

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANDRÉ RODRIGUES

**SOB O ESTANDARTE RUBRO-NEGRO: ANARQUISMO E ANTIFASCISMO NOS
JORNAIS *A PLEBE* E *A LANTERNA* (1932-1935)**

MARINGÁ

2017

ANDRÉ RODRIGUES

**SOB O ESTANDARTE RUBRO-NEGRO: ANARQUISMO E ANTIFASCISMO NOS
JORNAIS *A PLEBE* E *A LANTERNA* (1932-1935)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Política e Movimentos Sociais.

Orientador. Prof. Dr. João Fábio Bertonha

MARINGÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)

R696s Rodrigues, André
Sob o estandarte rubro-negro: anarquismo e
antifascismo nos jornais a plebe e a lanterna (1932-
1935) / André Rodrigues. -- Maringá, 2017.
116 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Departamento de História, Programa de Pós-Graduação
em História, 2017.

1. A Plebe (jornal). 2. Lanterna (jornal). 3.
Jornais brasileiros - São Paulo (SP) - 1932-1935. 4.
Anarquismo. 5. Antifascismo. 6. Fascismos. I.
Bertonha, João Fábio, 1968-, orient. II.
Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes. Departamento de História.
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 320.533

MN

ANDRÉ RODRIGUES

**SOB O ESTANDARTE RUBRO-NEGRO: ANARQUISMO E ANTIFASCISMO NOS
JORNAIS *A PLEBE* E *A LANTERNA* (1932-1935)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Política e Movimentos Sociais.

Orientador. Prof. Dr. João Fábio Bertonha

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. João Fábio Bertonha (Orientador)
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias
Universidade Estadual de Maringá – UEM

Prof. Dr. Ricardo Figueiredo de Castro
Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ

MARINGÁ

2017

AGRADECIMENTOS

À profa. Dra. Natally Vieira Dias, que me orientou em meu primeiro trabalho a respeito do tema do anarquismo e também quem me auxiliou na elaboração do projeto de pesquisa para que conseguisse ingressar no Mestrado.

Ao prof. Dr. João Fábio Bertonha, um dos maiores especialistas brasileiros acerca dos temas do fascismo e do antifascismo, pela orientação, conversas, sugestões e leituras sempre atentas dos meus textos.

Aos professores Dr. Ricardo Figueiredo de Castro e Dr. Reginaldo Benedito Dias, pelas valorosas sugestões e críticas na banca de qualificação, que muito contribuíram para o desenvolvimento posterior da minha pesquisa.

Aos colegas do PPH, especialmente Angélica Ramos Alvares e Rodrigo Pereira da Silva, pela amizade, compartilhamentos de ideias e também pelos momentos de descontração que nós passamos juntos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo incentivo financeiro que me possibilitou a dedicação exclusiva à pesquisa durante um ano.

Por fim, aos meus pais, Paulo Rodrigues dos Santos e Maria Joana Coelho dos Santos, pelo apoio, carinho, amor e incentivo em todos os momentos da minha vida.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo analisar a luta antifascista dos anarquistas de São Paulo entre os anos de 1932 e 1935, tomando como fonte de estudo as edições de *A Plebe* e *A Lanterna*, que foram os dois principais periódicos libertários que circularam no período. A partir da análise desses jornais, busca-se compreender qual foi a atuação antifascista dos anarquistas nesse contexto histórico de expansão e fortalecimento dos movimentos políticos de extrema direita, evidenciando tanto o que realizaram de forma autônoma, quanto os episódios da luta antifascista em que participaram em conjunto com outros grupos políticos de esquerda, como na ‘Batalha da Praça da Sé’, em sete de outubro de 1934. Por meio da averiguação crítica das fontes, identificamos que o antifascismo dos anarquistas de São Paulo não esteve restrito às atividades de militância, mas também ocorreu no plano político-ideológico, ao publicarem em seus jornais diversos textos críticos aos fascismos, buscando assim influenciar diretamente na formação dos seus leitores para que tomassem um posicionamento antifascista. Nesse sentido, parte da pesquisa também será direcionada ao estudo das ideias antifascistas veiculadas por esses importantes órgãos de informação e de propaganda anarquista.

Palavras-chave: Anarquismo, antifascismo, *A Plebe*, *A Lanterna*, fascismos.

ABSTRACT

The purpose of the current dissertation is to examine the anti-fascist struggle of the anarchists in São Paulo between the years 1932 and 1935, based on the editions of *A Plebe* and *A Lanterna* – the two main libertarian periodicals which circulated in this period. Once analyzed, it makes an effort to understand what were the anti-fascist procedures taken by the anarchist at this historical background – noticeable by the expansion and strengthening of far-right political movements – evidencing both what they have performed autonomously and the anti-fascist struggles episodes which they have taken part along with others left-wing political parties, as seen in the ‘Battle of the Sé Square’ (Batalha da Praça da Sé) on October seventh, 1934. By the critical inquiry of the resources, we have noticed that the anti-fascism of the anarchist in São Paulo were not restricted to the militancy acts, but has also come to pass in a political-ideological realm, as they have published in their journals many texts criticizing fascisms – in an effort to achieve a straight influence upon their reader’s political alignment in order to propel them to take an anti-fascist posture. In this regard, part of the current research is also going to be dedicated to the analyses of the anti-fascist ideas present in these important channels of anarchist information and propaganda.

Keywords: Anarchism, Anti-fascism, *A Plebe*, *A Lanterna*, Fascisms.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Modelo de cabeçalho do jornal <i>A Lanterna</i> na terceira fase.....	44
Ilustração 2 - Modelo de capa do jornal <i>A Lanterna</i> na terceira fase.....	47
Ilustração 3 - Modelo de cabeçalho do jornal <i>A Plebe</i>	50
Ilustração 4 – Balancete do festival pró “A Plebe”	51
Ilustração 5 – “Nosso balancete”	52
Ilustração 6 – Modelo de capa do jornal <i>A Plebe</i>	54
Ilustração 7 – Imagem do comício anti-integralista de 14 de novembro de 1933.....	86
Ilustração 8 – “Grande festival pró presos sociais”	99
Ilustração 9 – “Contra o integralismo devemos despender todas as nossas energias de homens conscientes e de povo liberto”	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 ANARQUISMO E IMPRENSA	18
1.1 Anarquismo e movimento operário em São Paulo durante a Primeira República.....	18
1.2 O movimento anarquista durante a década de 1930.....	26
1.3 A presença libertária no sindicalismo revolucionário brasileiro.....	32
1.4 A imprensa anarquista.....	38
1.5 O periódico <i>A Lanterna</i>	40
1.6 O periódico <i>A Plebe</i>	48
CAPÍTULO 2 DEFININDO OS INIMIGOS: OS FASCISMOS SOB A ÓTICA LIBERTÁRIA	55
2.1 A definição de fascismo.....	56
2.2 A aliança “fascista-clerical”.....	60
2.3 Os fascismos e o racismo na perspectiva libertária.....	66
CAPÍTULO 3 OS ANARQUISTAS E A LUTA ANTIFASCISTA EM SÃO PAULO	74
3.1 Os libertários e a luta antifascista em São Paulo.....	77
3.2 A Batalha da Praça da Sé: o evento, as suas repercussões e a sua importância para o movimento anarquista.....	92
3.3 Para além da luta contra o corporativismo: a FOSEP e o antifascismo.....	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a resistência antifascista nos jornais anarquistas *A Plebe* e *A Lanterna* nos anos 1930. Os estudos a respeito do anarquismo no Brasil nesse período não são tão abundantes, se comparados com os existentes no início do século XX, época que é considerada como auge da ideologia anarquista no movimento operário brasileiro. As décadas de 1920 e 1930, ao contrário, são consideradas um período de declínio da mobilização anarquista no Brasil.

Mas é importante observar que os dois jornais analisados, que já tinham circulado em momentos anteriores, voltam a ser editados exatamente no início da década de 1930 e mantêm suas publicações por mais de dois anos seguidos. A leitura das fontes mostra que os jornais estiveram envolvidos em diversas atividades de militância anarquista, como comícios, reuniões, conferências públicas e distribuição de manifestos. Por meio dos jornais, também pode-se compreender que uma das principais preocupações dos anarquistas nesse período foi a ascensão dos fascismos e, conseqüentemente, a tentativa de criar meios para promover a resistência antifascista.

Nesse sentido, a nossa análise se concentra na articulação da luta antifascista por parte dos anarquistas de São Paulo, tomando como fonte os dois principais periódicos libertários que circularam no período¹. Esses jornais foram escolhidos porque identificamos que existia uma forte vinculação entre seus grupos editores. Observou-se, pela leitura dos periódicos, que ambos contavam com muitos colaboradores em comum; não raro, publicavam artigos de proeminentes militantes do período, como Edgar Leuenroth, Maria Lacerda de Moura, Florentino de Carvalho e José Oiticica.

Em nosso estudo buscamos entender o pensamento e a atuação antifascista dos libertários em suas especificidades no contexto brasileiro do início da década de 1930, sem partir da ideia de que esse teria sido um período de quase inexistência do movimento anarquista no Brasil.

¹ Na década de 1930, outras publicações anarquistas também circularam em São Paulo, como *Alba Rossa*, *I Quaderni Della Libertá*, *O Trabalhador* e *O Trabalhador da Light*, mas no geral foram jornais pequenos e com uma publicação irregular, alguns com uma única edição. Dessa forma, a nossa pesquisa recaiu em *A Plebe* e *A Lanterna*, que conseguiram manter uma publicação regular e que ultrapassava 3.500 números impressos a cada edição.

Durante muito tempo a historiografia que abordou a presença do anarquismo no Brasil privilegiou a ação dos libertários dentro do movimento operário da Primeira República. Importantes obras, publicadas nos anos de 1960 a 1980, buscaram mostrar que as mobilizações trabalhistas de grande vulto entre 1917 e 1920 demonstraram o apogeu do anarquismo, mas também suas debilidades teóricas, ao não compreenderem a relevância da formação de um partido político para dirigir os trabalhadores de forma mais centralizada e organizada. Com essa perspectiva, o historiador Boris Fausto (1977) definiu as causas que levaram o movimento anarquista ao declínio,

Os anos de 1917-1920 serão os anos do anarquismo e de sua crise. Centro do debate ideológico, os libertários prevalecerão no movimento operário, na maioria das ações coletivas. Isto equivale a dizer que não amadureceram na etapa de ascenso da conjuntura as condições que permitiram colocar o problema da construção de um partido. (FAUSTO, 1977, p. 174).

Luiz Alberto Moniz Bandeira (2004), por sua vez, também ressaltou que os anarquistas, apesar da combatividade em diversos movimentos grevistas durante a Primeira República, principalmente na conjuntura de 1917 e 1920, foram incapazes de compreender a necessidade da formação de um partido político.

As greves de 1917, 1918 e 1919 mostraram que o movimento operário estava, objetivamente, maduro, mas não possuía uma direção consequente, capaz de abrir a perspectiva política.

Os anarquistas, apesar da firmeza, da combatividade e do devotamento que lutavam, não podiam desempenhar essa tarefa, em virtude das limitações da sua doutrina. (BANDEIRA, 2004, p. 203).

Por muito tempo, os pesquisadores que analisaram os movimentos sociais, principalmente os ligados a vertentes marxistas, observaram o anarquismo como uma ideologia ligada aos trabalhadores urbanos e rurais de países que ainda não estavam plenamente inseridos na produção industrial entre o século XIX e início do XX, como Itália, Espanha e Portugal. Em contraposição, o comunismo era apresentado como uma corrente com embasamentos científicos mais profundos e, portanto, vinculado ao movimento operário dos países mais desenvolvidos². Dentro dessa perspectiva, ao passo que ocorria o desenvolvimento industrial e o amadurecimento intelectual dos próprios trabalhadores, o

² O historiador Eric Hobsbawm (1983, p.143), em seu livro *Rebeldes Primitivos*, chegou até mesmo a mencionar que o anarquismo clássico era um tipo de movimento camponês, praticamente incapaz de se adaptar de forma prática às condições modernas do mundo capitalista.

anarquismo logicamente tendia a entrar em decadência e abrir espaço para que o comunismo ascendesse como principal corrente no movimento operário.

Para os historiadores brasileiros correligionários a essa interpretação, o anarquismo em território nacional começou a ser superado pelo comunismo em 1922, com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), tendo entre seus fundadores ex-militantes libertários, como Astrojildo Pereira e Otávio Brandão, que foram capazes de compreender a necessidade da formação de um partido político revolucionário para atuar como vanguarda da classe operária.

Contudo, essa visão que aponta o anarquismo como uma ideologia vinculada a países subdesenvolvidos industrialmente, nos quais os trabalhadores ainda não estavam plenamente maduros para o comunismo, tem sido alvo de críticas. O historiador Claudio Batalha (2013), por exemplo, ressalta que tanto o anarquismo quanto o socialismo eram correntes presentes no movimento operário e, no caso brasileiro, a preferência maior de muitos trabalhadores pelo anarquismo ao invés de um socialismo de cunho marxista durante a Primeira República se deve muito mais às condições políticas do país do que a questões atreladas ao desenvolvimento industrial, pois era difícil para as correntes de esquerda, voltadas à participação dos trabalhadores na política por meio do processo eleitoral, lograr êxito no Brasil daquela época, em que as condições para o voto eram extremamente limitadas. (BATALHA, 2013, p. 172).

A tese de que o anarquismo entrou em declínio nos anos 1920, com o surgimento do movimento comunista e chegando praticamente a se extinguir na década seguinte, sempre esteve muito presente na historiografia brasileira, sendo que só a partir da década de 1990 que começaram a aparecer os primeiros trabalhos acadêmicos que analisavam especificamente o movimento anarquista após a Revolução de 1930³. Antes desse período, o movimento anarquista nos anos 1930 geralmente aparecia de forma indireta em algumas obras que abordam a história do PCB, as origens da legislação trabalhista no Brasil, o movimento operário e o sindicalismo. (AZEVEDO, 2002).

O historiador Edgard Carone (1989), ao analisar a história do movimento operário brasileiro do período que vai do findar do século XIX até a década de 1930, em seu livro *Classes sociais e movimento operário*, destaca que o anarcossindicalismo vinha entrando em

³ Fora dos estudos acadêmicos, existem alguns livros do militante e escritor anarquista Edgar Rodrigues, publicados principalmente na década de 1970, que demonstram a atuação dos anarquistas após a formação do PCB, em especial as obras *Trabalho e Conflito: Pesquisa (1906-1937)*, publicada em 1977, e *Novos Rumos: pesquisa social (1922-1945)*, publicada em 1978.

decadência desde os anos 1920, frente à expansão do movimento comunista. Para Edgard Carone, os anarquistas de São Paulo teriam se refugiado na Federação Operária de São Paulo (FOSP) nos anos 1930, que era um dos seus últimos redutos, contando apenas com o apoio de algumas parcelas dos trabalhadores manuais e pequenos sindicatos, não representando assim nenhuma ameaça direta para as outras correntes: “Estes sinais da ação anarcossindicalista não compravam a renovação de sua vitalidade anterior, pois, continuamente, eles perdem terreno para os comunistas e reformistas”. (CARONE, 1989, p.75).

No entanto, em outros estudos que enfocam a ascensão da organização sindical corporativista no Brasil e as origens da legislação trabalhista, os anarquistas não são vistos como tão inexpressivos. O sociólogo Azis Simão (1966), ao pesquisar as mudanças nas relações entre os sindicatos e o Estado de São Paulo na década de 1930, evidenciando a interferência governamental cada vez maior nas questões trabalhistas, aponta que os anarquistas organizados em torno da FOSP foram um dos grupos presentes no movimento operário que mais resistiram à sindicalização oficial e que, nesse período, continuavam a formar uma força bastante significativa entre os trabalhadores organizados, talvez até maior do que os comunistas.

A Federação Operária de São Paulo, mantendo sua antiga orientação, constituía-se de muitos antigos sindicatos, particularmente da capital, em número de 22 no mínimo. Contavam-se entre eles, os grêmios dos operários dos industriais de chapéus, calçados, vidros, ladrilhos, ferro, panificadoras, trabalhadores nos transportes urbanos e ferroviários, da construção civil e na metalurgia. A Federação Sindical Regional, seção do sindicalismo vinculado ao partido comunista constituía-se de alguns outros sindicatos ou frações sindicais, não se tendo dados disponíveis quanto ao seu número. (SIMÃO, 1966, p. 170).

Já o sociólogo Ricardo Antunes (1982), ao analisar as lutas grevistas e sindicais brasileiras entre 1930 e 1935, buscando verificar em que medida expressava uma ‘consciência de classe’ dos trabalhadores, destaca que o anarquismo vinha sofrendo um descenso gradativo desde a década de 1920, deixando de ser a corrente hegemônica no movimento operário, mas mesmo assim na década de 1930 continuava sendo um movimento bastante expressivo entre os trabalhadores organizados de São Paulo.

Os anarco-sindicalistas, de atuação combativa desde os primeiros anos do século XX, encontravam-se então em situação diversa daquela fase, já num período de efetivo descenso; sua presença no seio da massa operária não mais se dava de forma hegemônica. Porém pesquisas efetuadas nas categorias mais significativas do operariado em São Paulo mostrou que não é

verdadeira a afirmativa segunda a qual os anarco-sindicalistas eram uma força secundária no início dos anos 30; ao contrário, pelo menos até 1934, eles ainda constituíam força significativa em termos de penetração no movimento sindical. Articulados e dirigidos pela Federação Operária de São Paulo (FOSP) –entidade existente desde décadas anteriores- os anarco-sindicalistas repudiavam as normas restritivas impostas pelo Estado no início do governo Vargas. (ANTUNES, 1982, p. 103).

Mas mesmo com esses estudos que apontam a existência do movimento anarquista na década de 1930, foi somente a partir de 1995, quando ocorreu a parcial abertura dos arquivos do Departamento Estadual de Ordem Social de São Paulo (DEOPS/SP), que possibilitou aos pesquisadores novas oportunidades de estudos, como a repressão desenvolvida pelo Estado contra os opositores ao sistema, mas também as formas de resistências articuladas pelos sujeitos perseguidos pela polícia política, é que começou a haver um maior interesse de alguns pesquisadores pelo estudo do movimento anarquista nos anos 1930 em específico, que a partir de então também poderia ser analisado por meio dos prontuários policiais que procuraram investigar os militantes, jornais e organizações anarquistas.

Um desses trabalhos acadêmicos que começou a se valer dos arquivos do DEOPS/SP para o estudo do movimento anarquista é o livro *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*, de Raquel de Azevedo (2002). No livro, a autora analisou, por meio dos prontuários policiais, jornais libertários e periódicos da grande imprensa, a presença do anarquismo no movimento operário de São Paulo, a resistência libertária na luta pela autonomia sindical, pautando a luta dos anarquistas articulados em torno da FOSP contra as leis trabalhistas, o Ministério do Trabalho Indústria e Comércio e a caderneta de trabalho obrigatória⁴. Na referida obra, a autora também investigou as atividades culturais, imagens e formas de atuação que compunham a identidade anarquista.

No que se refere à resistência dos anarquistas perante os meios repressivos do Estado, destaca-se o livro *Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*, da historiadora Lucia Parra (2003), que estudou os métodos utilizados pela ação estatal para reprimir e investigar os anarquistas, tendo por base os acervos do DEOPS/SP e também a análise de alguns dos periódicos libertários que circularam nesse período, como *A Lanterna*, *A Plebe* e *O Trabalhador*, que buscaram resistir frente à repressão.

Ainda a respeito da repressão ao anarquismo, Rodrigo Rosa da Silva (2005), em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*, também analisou, por meio dos acervos do

⁴ O livro de Raquel de Azevedo é fruto de sua Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1996.

DEOPS/SP, a repressão estatal contra o movimento anarquista, mas com maior enfoque nos jornais, livros, panfletos e nas demais publicações libertárias, que foram perseguidas e apreendidas pela polícia.

Em anos mais recentes, Lucia Parra (2014), em sua Dissertação de Mestrado intitulada *Leituras Libertárias: cultura anarquista na São Paulo dos anos 1930*, procurou investigar a circulação de livros, a leitura e suas práticas entre os anarquistas de São Paulo na década de 1930, bem como a formação do acervo da biblioteca do Centro de Cultura Social (CCS) e a sua importância para as práticas culturais que ocorriam nesse espaço libertário, como palestras, reuniões, leituras comentadas, atividades teatrais e cursos.

Apesar da existência de importantes trabalhos, como os citados acima, a atuação dos anarquistas no Brasil durante a década de 1930 ainda é um tema relativamente pouco explorado, se comparado com a vasta bibliografia existente a respeito do movimento anarquista durante as duas primeiras décadas do século XX.

O antifascismo anarquista também é um tema muito pouco estudado, geralmente são feitas apenas algumas menções ao assunto em trabalhos que enfocam o período. O historiador Alexandre Samis (2014), em seu artigo: *Anarquistas e sindicalista revolucionários na luta antifascista (1933-1935)*, por exemplo, analisou dois episódios da luta antifascista em São Paulo, em que os anarquistas e a FOSP tomaram parte. Um foi o violento confronto entre integralistas e antifascistas na Praça da Sé, em 7 de outubro de 1934, e o outro foi o comício de 29 de junho de 1935, no salão da Federação Espanhola, no qual os libertários debateram acerca do posicionamento que deveriam tomar frente à luta antifascista articulada pela Aliança Nacional Libertadora (ANL). Mas apesar de ser uma importante contribuição, o texto de Alexandre Samis é muito restrito a apenas dois eventos, o que o impede de ter uma dimensão mais ampla a respeito da luta antifascista empreendida pelos anarquistas nesse período.

Já no caso do trabalho de João Fábio Bertonha (2012), que averiguou as lutas dos anarquistas antifascistas italianos nas Américas, a partir de suas redes transnacionais de conexões, o autor se refere aos anos 1920 e 1930 como um período de decadência do anarquismo em território brasileiro, o que teria impossibilitado os libertários de formarem uma forte resistência dentro do antifascismo vinculado à colônia italiana radicada no Brasil.

No caso brasileiro, por exemplo, os anarquistas tinham forte presença antes da Primeira Guerra Mundial, mas estavam em decadência nos anos 1920 e 1930 e receberam poucos companheiros nesse período, além de viverem em um país cada vez mais inóspito para a esquerda. Por isso, eles sempre foram minoritários dentro do antifascismo, predominantemente

socialista, e não formaram jamais grupos ou movimentos autônomos capazes de lhes dar mais expressão política (BERTONHA, 2012, p. 276).

Mas se é verdade que os anarquistas tiveram pouca expressão no antifascismo vinculado à comunidade italiana, não se pode esquecer de que, principalmente em São Paulo, pelo menos até 1935, os libertários de uma forma geral ainda possuíam seus periódicos, seus centros culturais e continuavam ativos na militância sindical, principalmente por intermédio da FOSP. E nesse período também foi desenvolvida uma série de atividades de caráter antifascista, como comícios, reuniões, conferências públicas e distribuição de manifestos.

Nesse sentido, partimos da hipótese de que movimento anarquista não fazia da luta antifascista o seu aspecto primordial na década de 1930, já que o principal inimigo a ser combatido no período era o projeto autoritário e corporativista da Era Vargas, que promovia a sindicalização oficial, fortalecendo a repressão aos grupos de esquerda. Mas ainda assim, os militantes anarquistas procuraram em vários momentos atuar na luta antifascista, seja promovendo ou participando de atividades antifascistas, seja atacando os fascismos por meio de seus jornais.

Para desenvolver este estudo, que tem o fito de analisar não somente a atuação antifascista dos anarquistas, mas também o pensamento político desse grupo, nos valeremos das contribuições teórico-metodológicas advindas da renovação da história política, que ocorreu principalmente a partir de 1970, e ampliou a compreensão do político, que deixou de ser visto como “um domínio isolado” e passou a ser entendido com “uma modalidade da prática social”, que “liga-se por mil vínculos, por toda espécie de laços, a todos os outros aspectos da vida coletiva” (RÉMOND, 2003, p. 35-36).

Com essa renovação, os estudos das ideais políticas deixaram de ter a aparência de uma história somente das “grandes obras” de “grandes homens”, multiplicando-se para uma variedade de temáticas, desde a análise das ideias dos intelectuais, dos órgãos de imprensa, das fontes audiovisuais, etc. Em nossa pesquisa, que tem como um das finalidades analisar o pensamento antifascista dos anarquistas, concordamos com o historiador Michel Winock (2003), que ressalta a importância da imprensa como uma das fontes mais produtivas para se compreender as ideias das correntes de pensamento e dos grupos políticos:

Na segunda série dos objetos de estudo – a das correntes de pensamento e das famílias políticas – é de fato o jornal que constitui a fonte mais rica, a que esposa as inflexões da época, as nuances da conjuntura, e reflete as relações na sociedade, em suas tentativas de coerência entre a “doutrina” e os “fatos”. (WINOCK, 2003, p. 282).

Como os jornais são utilizados como a nossa principal fonte de estudo, também é extremamente necessário tecer algumas considerações acerca do uso desse tipo de documento nas pesquisas históricas. Nesse sentido, ressaltamos que aqui serão utilizadas as propostas metodológicas de Renée Barata Zicman (1985), no artigo intitulado *História através da imprensa* – algumas considerações metodológicas, no qual a autora discute o uso da imprensa como fonte e/ou objeto histórico.

De acordo com Zicman (1985), para muitos pesquisadores os jornais são uma fonte de estudo pela qual se recupera o fato histórico de forma clara e objetiva, sem que seja necessária uma verificação crítica das características internas dos órgãos de imprensa analisados. Mas ao contrário dessa interpretação, a autora defende que ao se trabalhar com jornais e periódicos é mais do que necessária a análise das principais características de cada fonte, tendo em vista que a imprensa não é um veículo neutro de informação, e que, muitas vezes, ao publicar um texto ou uma notícia, procura-se agir diretamente no âmbito político-ideológico.

Partimos da hipótese geral que a Imprensa age sempre no campo político-ideológico e, portanto toda pesquisa realizada a partir da análise de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de Imprensa consultados.

Por outro lado devemos lembrar que na Imprensa a apresentação de notícias não é uma mera repetição de ocorrências e registros, mas antes uma causa direta dos acontecimentos, onde as informações não são dadas ao azar, mas ao contrário denotam atitudes próprias de cada veículo de informação, todo jornal organiza os acontecimentos e informações segundo seu “próprio filtro”. (ZICMAN, 1985, p. 90).

Dessa forma, em uma pesquisa como esta, que trabalha com um tipo de imprensa vinculada a um grupo portador de uma ideologia política revolucionária, é mais do que necessário ir além da mera análise descritiva textual e atentar para as mais diversas questões atreladas aos jornais analisados, como materialidade e aspectos formais dos impressos (periodicidade, número de páginas, etc.), aspectos históricos (origem, editores responsáveis, vinculações político-ideológicas), aspectos econômicos (preço, tiragem, financiamento) e aspectos da clientela (público alvo a quem o jornal se dirige)⁵.

Diante do exposto, a presente pesquisa está dividida em três capítulos. No primeiro, discutiremos em linhas gerais o movimento anarquista em São Paulo, durante as três primeiras décadas do século XX, evidenciando a resistência libertária por meio da imprensa,

⁵ De acordo com Zicman (1985, p. 93-94), em estudos tendo como fonte a imprensa, quatro grandes eixos englobam a caracterização geral dos impressos: aspectos formais e materiais do jornal, aspectos históricos, aspectos econômicos e aspectos da clientela.

movimentos sociais, organizações sindicais e político-culturais. Ainda nesse capítulo, será realizada a caracterização geral dos jornais analisados, atentando para seus aspectos estruturais, econômicos, históricos e a importância para o movimento anarquista brasileiro.

Após devidamente apresentado o contexto histórico e os periódicos, o segundo capítulo apresentará a análise do pensamento antifascista dos anarquistas. Primeiramente, serão evidenciados os conceitos de fascismo e de antifascismo que permeiam o nosso estudo, para na sequência averiguar o que os anarquistas entendiam por fascismo, a visão crítica que teceram acerca das aproximações entre os fascismos e o catolicismo e, por fim, a relevante identificação que estabeleceram entre fascismo e racismo.

Passando das ideias às ações, o terceiro capítulo tem como objetivo analisar a atuação antifascista dos anarquistas. A princípio, discorreremos a respeito do antifascismo libertário em diversas partes do mundo, entre as décadas de 1920 e 1930. Em seguida, será apresentado o estudo das ações antifascistas dos anarquistas de São Paulo e da FOSP, evidenciando tanto as atividades antifascistas que realizaram sem a presença de outras correntes, quanto os episódios da luta antifascista em que participaram em conjunto com outros grupos de esquerda, como na Batalha da Praça da Sé, em 7 de outubro de 1934. No presente capítulo, também será discutida a relação dos anarquistas com as organizações de frente únicas que existiram no Brasil.

Para finalizar, será apresentada uma breve consideração a respeito do título do presente trabalho. No período que compreende a nossa pesquisa, na imprensa anarquista era frequente o uso de imagens em que apareciam estandartes rubro-negros, que remetem à cor negra do anarquismo e à vermelha do movimento operário. Apesar de a bandeira rubro-negra aparecer nos jornais em preto e branco –já que sua impressão não era colorida –, podemos identificá-la pela sigla “AIT”, da Associação Internacional dos Trabalhadores, sediada em Berlim, organização que representava, naquela época, as federações anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionárias de todo o mundo, à qual a FOSP era filiada⁶.

⁶ De acordo com George Woodcock (2008), durante a Primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T), os anarquistas, assim como outras correntes do movimento operário, utilizaram a bandeira vermelha, entretanto, mais tarde, substituíram-na pela bandeira negra, para simbolizar o anarquismo. Posteriormente, os anarcossindicalistas espanhóis adotaram a bandeira vermelha e preta dividida diagonalmente, que simbolizava “uma tentativa de união do espírito do anarquismo tardio ao chamado coletivo da Internacional”. (WOODCOCK, 2008, p.137). A partir da década de 1920, com o surgimento da A.I.T anarcossindicalista, os militantes anarquistas de diversas partes do mundo passaram a utilizar cada vez mais as bandeiras rubro – negras.

CAPÍTULO 1 ANARQUISMO E IMPRENSA

1.1 Anarquismo e movimento operário em São Paulo durante a Primeira República

Entre muitos intelectuais libertários do final do século XIX e início do XX, era algo habitual estabelecer que as origens do anarquismo estivessem intrinsecamente relacionadas ao espírito antiautoritário que influenciava a humanidade ao longo de toda a história. Assim, para alguns, as ideias libertárias já eram defendidas por determinados pensadores desde a Antiguidade, como pelo filósofo grego Zenão, que acreditava que a razão e a organização popular daria conta de substituir as autoridades políticas, enquanto que, para outros mais próximos ao pensamento de Leon Tolstói, as raízes do anarquismo deviam ser buscadas em Jesus Cristo e em suas inúmeras críticas à riqueza material.

Em meio às múltiplas explicações acerca das origens do anarquismo, o certo é que realmente veio a se estruturar como uma ideologia política no século XIX, em meio aos movimentos populares e socialistas que almejavam novas formas de organização política, econômica e social, vindo a gerar um mundo mais justo, livre e igualitário, no qual não haveria espaço para a exploração do “homem pelo homem”, tal como ocorria na sociedade capitalista. Desse modo, o anarquismo como uma ideologia política revolucionária pode ser definido da seguinte forma.

(...) um tipo de socialismo revolucionário, que surge no século XIX colocando-se no campo social e sem desconsiderar as desigualdades da sociedade, e por isso tem uma herança histórica, ideológica e teórica determinada. Possuindo elementos morais de relevância, o anarquismo não pode ser considerado uma ciência, apesar de utilizar métodos racionais para a leitura da realidade – posicionando-se contra a exploração e a dominação – para a criação de uma perspectiva de sociedade futura e também para o estabelecimento de estratégias e táticas. O anarquismo defende uma transformação social revolucionária, em nível internacional, que deve ser levada a cabo de baixo para cima, ser protagonizada pelos diferentes sujeitos oprimidos e fazer com que os meios de luta estejam de acordo com os fins que se pretende atingir. Como objetivo, o anarquismo propõe a criação de um socialismo autogestionário e federalista, sem capitalismo e sem Estado, que concilie a liberdade individual, a liberdade coletiva e a igualdade. (CORRÊA, 2011, p. 47).

O ideal anarquista de formar um novo mundo fundamentado na liberdade, no federalismo e na socialização dos meios de produção e consumo, desde o findar do século XIX começou a ganhar adeptos no Brasil. A Colônia Cecília, fundada pelo agrônomo

Giovanni Rossi e por outros italianos, em 1890, na cidade de Palmeira, no Paraná, foi considerada por muitos autores uma das primeiras experiências anarquistas em território nacional. A colônia sobreviveu por cerca de quatro anos, apesar dos inúmeros conflitos e dificuldades financeiras, mas sem deixar marcas profundas no movimento anarquista nacional, pois foram poucos os seus ex-membros que ingressaram no movimento operário de importantes centros urbanos, como São Paulo, ou mesmo que colaboraram com a imprensa anarquista brasileira. (FELICI, 1998, p. 09).

De forma concomitante, com a experiência libertária posta em prática pela Colônia Cecília, começaram a aparecer militantes anarquistas em vários lugares do território brasileiro, em meio às ondas imigratórias vindas da Europa, voltadas a preencher principalmente a necessidade de mão de obra para as lavouras paulistas de café. Edilene Toledo (2007) destaca que, em 1892, foi fundado em São Paulo *Gli Schiavi Bianchi* pelo anarquista italiano Galileo Botti, considerado como o primeiro jornal libertário a ser editado no Brasil e, logo no ano seguinte, o jornal *Correio Paulistano* relatava a entrada de “perigosos anarquistas estrangeiros” no país.

De fato, no início do movimento anarquista brasileiro, muitos trabalhadores imigrantes de origem italiana, espanhola e portuguesa, tiveram relevância tanto nas atividades de militância quanto na publicação de jornais. Para o historiador estadunidense Sheldon Leslie Maran (1979), o trabalhador imigrante que era empregado nas primeiras indústrias nacionais ocupava, geralmente, cargos que exigiam qualificação ou semi-qualificação, sendo que esses ofícios eram vitais para a própria continuação da militância dentro dos sindicatos, pois aqueles trabalhadores não especializados eram rapidamente substituídos caso viessem a tomar parte nas mobilizações ou organizações de classe. Ademais, entre esses vieram também homens que já haviam adquirido experiência nas mobilizações trabalhistas europeias antes de emigrarem dos seus países de origem. (MARAN, 1979).

Todavia, como destaca o historiador Cláudio Batalha (2013), é preciso ficar atento para o mito do “imigrante militante”, tendo em vista que a maioria das pessoas que vieram da Europa para o Brasil geralmente provinha das regiões mais atrasadas dos seus países de origem, portanto, grande parte não havia tido experiências nas lutas sociais antes de emigrarem. Além disso, a perspectiva de que muitos imigrantes tinham de enriquecer para retornar ao continente europeu certamente foi um grande obstáculo para a organização operária. (BATALHA, 2013).

Para a região de São Paulo, a imigração teve importância não só para as fazendas de café, mas também para a própria formação da classe trabalhadora urbana ⁷. Desse modo, apesar de termos os devidos cuidados para com o mito do “imigrante militante”, e sem esquecer de que existiram vários anarquistas de origem brasileira; não podemos deixar de destacar a importância dos militantes que vieram do continente europeu, já que muitos dos primeiros jornais libertários que surgiram em São Paulo no final do século XIX eram publicados em italiano e, certamente, até pelos menos a década de 1930, os anarquistas estrangeiros eram extremamente ativos e formavam um dos grupos mais perseguidos pela polícia ⁸.

Em resposta ao crescimento do movimento operário e do anarquismo, impulsionados em boa parte por trabalhadores imigrantes, foram criadas leis voltadas a reprimir e expulsar os estrangeiros que tomavam parte nas “agitações”. Em janeiro de 1907, foi criada a Lei Adolfo Gordo, que previa a expulsão dos estrangeiros que apresentavam alguma tendência subversiva, bastando simples denúncias de algum fura-greve ou dos patrões para que o militante acusado fosse expulso do país.⁹ Essa lei teve algumas atualizações, sendo a mais reconhecida a que ocorreu em 1921, por meio do Decreto 4.247, que objetivava regularizar a entrada de estrangeiros considerados “nocivos à ordem pública” e previa a expulsão dos já estabelecidos no país que viessem a apresentar as mesmas características. (SAMIS, 2004, p. 146).

O movimento anarquista brasileiro, assim como de outros países, acreditava que a educação e a cultura politicamente engajadas eram um meio para a propaganda ideológica e a formação política dos militantes, tão imprescindíveis quanto à participação nos sindicatos e nos movimentos sociais, porque seriam capazes de gerar uma nova mentalidade revolucionária não contaminada pelos valores burgueses, estatais e religiosos. Esta crença levou os anarquistas a promoverem inúmeras atividades culturais e a criarem vários espaços,

⁷ Entre fins do século XIX e início do XX, São Paulo era uma das cidades que mais recebiam imigrantes no mundo, sendo que entre os anos de 1820 e 1940, dos 4,8 milhões de pessoas que saíram da Europa em direção ao Brasil, “um pouco mais da metade, 2,5 milhões, entraram no Estado de São Paulo. Em 1893, os estrangeiros já formavam a maioria da população na Capital, 54,6%, e sua predominância provavelmente cresceu por mais alguns anos”. (HALL, 2004a, p. 121).

⁸ Lucia Parra (2003), em seu estudo a respeito dos anarquistas perseguidos pelo DEOPS/SP, destaca que havia uma predominância de estrangeiros, principalmente de italianos, entre os militantes libertários que foram investigados, presos e perseguidos pela polícia política entre os anos de 1924 a 1945.

⁹ Processo bastante análogo ao brasileiro aconteceu na Argentina, quando o governo desse país alarmado com as greves, declarou, em 1902, o estado de sítio e elaborou a Lei de Residência, que permitiu expulsar estrangeiros tidos como “perigosos”, encarcerar militantes e fechar periódicos operários. (SURIANO, 2000, p. 313).

que iam desde escolas para os filhos dos trabalhadores, bibliotecas, festivais operários, centros de estudo, etc.

As iniciativas educacionais libertárias voltadas a atender a necessidade de uma educação básica para os filhos dos trabalhadores e a gerar indivíduos livres dos valores pregados pela Igreja, o Estado e a moral burguesa, começaram a aparecer já no início da década de 1900. Com o fuzilamento do pedagogo anarquista Francisco Ferrer, em 1909, na Espanha, ocorreu no Brasil, assim com em outros países da América Latina, várias campanhas pela formação de escolas que seguissem os ensinamentos pedagógicos de Ferrer, que agora havia se convertido em um mártir internacional do movimento anarquista. Em São Paulo, as experiências educacionais mais duradoras que surgiram nesse período foram as Escolas Modernas do Brás e do Belenzinho, fundadas em 1913, e conseguiram sobreviver mesmo que precariamente até 1919, quando, em meio ao contexto repressivo que o movimento operário estava vivenciando, o governo decretou a ilegalidade delas, por não obedecerem às normas da legislação de ensino. (FOOT HARDMAN, 2002, p. 79-84).

Interligadas as iniciativas educacionais, os anarquistas procuraram desenvolver diversas atividades culturais, como uma forma de proporcionar aos trabalhadores não só um momento agradável nos seus horários e dias de repouso, mas também para consolidar consciências e angariar novos adeptos para a causa. Dentre as atividades culturais, a encenação de peças teatrais indubitavelmente era umas das práticas mais frequentes. As encenações teatrais libertárias em São Paulo começaram a aparecer por volta de 1902 e sobreviveram até a década de 1930, quando o movimento operário veio a ser amplamente reprimido pelo governo Vargas, na conjuntura de 1935 e 1937. O teatro libertário era geralmente formado por grupos de amadores que se associavam para encenar peças com conteúdos voltados à propaganda ideológica, como *Primo Maggio*, do anarquista italiano Pietro Gori, e o pouco recurso financeiro que conseguiam arrecadar com as encenações era geralmente destinado à manutenção dos sindicatos e aos periódicos. (LIMA; VARGAS, 1986).

Além dessas manifestações culturais libertárias, como as encenações teatrais que aconteciam geralmente em recintos fechados, os anarquistas também desenvolveram diversas atividades em espaços públicos abertos, como nas ruas e praças. Entre as manifestações libertárias que aconteciam preferencialmente em lugares públicos destacam-se as celebrações do Primeiro de Maio, que eram interpretadas pelo movimento anarquista brasileiro como uma data de luto em memória dos Mártires de Chicago e de luta por melhores condições de vida e trabalho, sendo a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias o tema mais

pautado em suas manifestações. As celebrações do Primeiro de Maio envolviam comícios nos quais discursavam vários oradores, festivais de confraternização operária e passeatas, em que os militantes portavam bandeiras vermelhas ou negras.

Se os anarquistas, por um lado, convergiam para a necessidade das atividades culturais e educacionais como um meio de propaganda ideológica e formação política dos militantes, por outro, não formavam um consenso a respeito da participação nos sindicatos. Em São Paulo, já por volta de 1906 existiam dois grupos anarquistas principais, que mesmo visando à mesma finalidade política, ou seja, à construção de um novo mundo no qual não haveria Estado, religião e nem exploração capitalista, divergiam nos métodos que deveriam seguir para alcançá-lo, principalmente no que tange à participação no movimento operário organizado.

Os militantes articulados em torno do jornal *La Battaglia* defendiam que os sindicatos por sua própria natureza eram reformistas e preocupados apenas com as melhorias parciais, e assim colaboravam para a manutenção do sistema econômico e político burguês, ao iludir os trabalhadores com benefícios momentâneos que os impediam de passar a insurreição efetiva que viria dar fim ao mundo capitalista¹⁰. Esse grupo, embora de forma crítica, procurava apoiar os trabalhadores nos momentos que eclodiam as mobilizações grevistas, mas logo em seguida procuravam denunciar as lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho como ilusórias, principalmente quando a greve fracassava. (MAGNANI, 1982, p. 59). Do grupo editorial e dos colaboradores de *La Battaglia* surgiram posteriormente outros jornais que seguiam o mesmo ponto de vista, como *Guerra Sociale* e *Germinal*.

Já os anarquistas que procuraram se organizar no mesmo período em torno do jornal *A Terra Livre* destacavam que mesmo que a finalidade principal do sindicato fosse promover a melhoria imediata da condição de vida e trabalho, o que logicamente divergia dos objetivos revolucionários anarquistas, ainda era um espaço no qual deveriam estar para conscientizar os trabalhadores acerca dos seus direitos e para divulgarem as suas ideias, a fim de que pudessem ganhar cada vez mais adeptos para a causa. Mas sem nenhuma imposição autoritária do ideal anarquista, pois o sindicato deveria ser neutro e aberto aos operários de todas as tendências políticas. (MAGNANI, 1982; SFERRA, 1987)¹¹. Os anarquistas partidários do sindicalismo tiveram uma intensa atuação no movimento operário desde os

¹⁰ O jornal *La Battaglia* foi publicado entre 1904 e 1913, era redigido em italiano e no seu grupo editorial se encontravam reconhecidos anarquistas do período, como Oresti Ristori e Gigi Damiani.

¹¹ *A Terra Livre* era uma publicação anarquista semanal, redigida em português, que circulou entre os anos de 1906 e 1911; no seu grupo editorial estavam Benjamim Mota, Neno Vasco e Edgar Leuenroth.

primórdios do século XX, e desse grupo, que contava com a participação de Edgard Leuenroth, Benjamim Mota e Neno Vasco, surgiu posteriormente o jornal *A Plebe*.

Apesar das divergências acerca dos métodos que deveriam seguir para se chegar à sociedade anarquista, os militantes libertários como um todo tiveram notabilidade em vários movimentos sociais e trabalhistas que ocorreram em São Paulo durante a Primeira República e, sobretudo, na conjuntura de 1917 e 1920, quando houve as mais importantes greves do período.

No ano de 1917, os trabalhadores paulistas estavam enfrentando as duras condições de vida agravadas pela elevação no preço dos alimentos, além de muitos produtos alimentícios estarem sendo adulterados para a venda com substâncias tóxicas extremamente nocivas à saúde humana. Os trabalhadores também vivenciavam péssimas condições de trabalho nas fábricas, o que os levava a se queixarem constantemente da insalubridade do espaço fabril que fazia com que muitos adoecessem, acrescidas as denúncias da exploração da mão de obra infantil e feminina, o constante risco de desemprego e as extenuantes jornadas de trabalho. (LOPREATO, 2000).

No dia 10 de julho de 1917, a imprensa paulista divulgava o falecimento do sapateiro e anarquista espanhol José Iniguez Martinez, morto em meio a um conflito entre grevistas e policiais em frente à fábrica de tecidos Mariângela. Durante o enterro de Martinez, compareceram diversos militantes anarquistas e socialistas, que se aproveitaram da comoção geral entre os trabalhadores para incitar a todos os presentes a deflagrarem uma greve geral. (LOPREATO, 2000).

Aos poucos as mobilizações grevistas que haviam se iniciado com os operários têxteis foram se alastrando para as outras categorias de trabalhadores, tomando proporções de uma greve geral. (LOPREATO, 2000, p.46). Os trabalhadores que tomaram parte nas mobilizações grevistas não só se valeram de manifestações de rua, mas também de práticas de sabotagem e boicote aos produtos das grandes indústrias paulistanas, como a Crespi, Gamba e Matarazzo. (SAMIS, 2004, p.142).

Em meio ao movimento grevista, surgiu o Comitê de Defesa Proletária (CDP), que era formado majoritariamente por anarquistas, mas também contava com a presença de alguns socialistas. O CDP passou a atuar como coordenador das diversas reivindicações apresentadas pelos trabalhadores e como os seus integrantes não estavam dispostos a negociar o fim da greve com a polícia, os representantes de diversos jornais diários de São Paulo procuraram se organizar para criar um meio de intermediar as negociações entre o CDP e os

trabalhadores em greve de um lado, os patrões e o governo de outro. (LOPREATO, 2000, p. 46-52).

Os jornalistas lograram êxito na atividade de moderação, o que possibilitou que os trabalhadores por meios das negociações conseguissem a diminuição da jornada de trabalho e aumentos salariais consideráveis, bem como que o governo libertasse vários militantes presos em decorrência do movimento, comprometendo-se a proibir o trabalho noturno das crianças e mulheres e a procurar meios de evitar que o preço dos alimentos se elevasse em demasia. E entusiasmado com as vitórias conquistadas ao final da greve, o movimento operário começou a se articular, a FOSP se reorganizou e em diversos bairros surgiram as ligas operárias, como no Brás, Belenzinho, Cambuci e Ipiranga. Mas o governo, alarmado com o fortalecimento do movimento operário, logo tratou de empastelar os jornais de esquerda, perseguir líderes sindicalistas e deportar vários militantes de origem estrangeira. (HALL, 2004b, p.278-279).

Em 1919 aconteceu a última grande greve da primeira classe operária de São Paulo. Em maio desse ano, após um incidente que levou à demissão de um operário na fábrica Mariângela, seus companheiros de trabalho saíram em greve de solidariedade e passaram a percorrer vários bairros, impulsionando um grande movimento popular. Com o desenvolver das paralisações, as reivindicações passaram a ser concentrar no aumento dos salários e na diminuição das jornadas de trabalho, sendo que muitos dos trabalhadores que entraram em greve obtiveram melhorias ou promessas de que suas reivindicações seriam atendidas. No entanto, a repressão desencadeada contra os manifestantes foi maior do que a ocorrida durante as greves de 1917, várias reuniões e comícios foram dispersos a “patas de cavalo” pelos policiais, com múltiplos casos de prisões e deportações de militantes. (HALL, 2004b, p.279-280).

Na década de 1920, as atividades grevistas e sindicais diminuíram drasticamente, sobretudo por causa do governo repressivo de Artur Bernardes, que foi marcado pelo estado de sítio e pela intensa perseguição ao movimento operário (FOOT HARDMAN, LEONARDI, 1991, p.285). Nesse período, vários militantes comunistas e anarquistas foram mandados para ilhas prisões, próximas à Cidade do Rio de Janeiro, como a Ilha Rasa e a Ilha das Flores, nas quais os encarcerados eram submetidos a péssimas condições de sobrevivência, tendo que comer alimentos de péssima qualidade e beber água impotável, ocasionando cólicas e diarreias. (DULLES, 1977, p.209-210).

A partir de 1924, com a formação da ‘Coluna Prestes’, constituída por tenentes revoltosos que se rebelaram em São Paulo e no Rio Grande do Sul contra o governo, e que sob a liderança de Luís Carlos Prestes vieram a percorrer cerca de 25 mil quilômetros do

território nacional desafiando as forças governamentais sem sofrer nenhuma derrota; o então presidente Artur Bernardes passou a ter o movimento tenentista como o principal inimigo a ser combatido. Entretanto, a repressão não ficou restrita aos tenentes, pois o governo também passou a reprimir violentamente as organizações sindicais, os militantes anarquistas e comunistas.

Entre os anos de 1924 e 1926, a polícia de São Paulo passou a atuar em conjunto com a do Rio de Janeiro para reprimir as greves e prender os opositores ao sistema. (SAMIS, 2004, p.146-147). A integração da polícia desses dois estados ficou bem visível quando passaram a atuar em conjunto para deportar os presos políticos para a Colônia Agrícola Clevelândia, que durante a sua existência, nos anos 1920, era localizada próxima ao Rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa. Nessa colônia, os presos eram submetidos a péssimas condições e acabavam padecendo devido às mais variadas doenças, chegando a haver de cinco a doze casos de óbito por dia. (ALVES, 2009).

Ainda nos anos 1920, surgiu o Partido Comunista do Brasil (PCB), que entre seus fundadores estavam presentes ex-militantes libertários que sob a inspiração da Revolução Russa de 1917 se tornaram comunistas, como Astrojildo Pereira, Antônio Canellas e Octávio Brandão. Dessa forma, em 1922, com a fundação do PCB, surgiu uma nova corrente no movimento operário brasileiro, que mesmo defendendo um programa político revolucionário, divergia dos anarquistas em vários aspectos, principalmente ao pautar a necessidade da luta político-partidária como uma forma de obter melhorias econômicas e políticas para os trabalhadores, e também como um meio de ganhar projeção nacional e angariar novos adeptos.

Contudo, para fortalecer o nascente movimento comunista, muitos militantes passaram a atuar em sindicatos liderados por anarquistas e reformistas, com o objetivo de minar as forças dessas outras correntes e assim obter as lideranças das organizações sindicais, o que logicamente levou a vários debates, disputas e confrontos no seio do movimento operário organizado. Desse modo, os militantes que permaneceram fiéis ao anarquismo passaram a se opor ferrenhamente ao PCB, quando os militantes comunistas tentaram exercer influência em organizações sindicais lideradas por anarquistas.

Durante a década de 1920, portanto, apesar de continuarem a militância ativa, os anarquistas vivem um período um tanto adverso, tanto pela repressão de que são alvo quanto pelas novas forças políticas que surgiram a disputar a influência e o controle das organizações operárias. Dentre as novas forças, o PCB, cujos fundadores encontravam-se alguns de seus antigos companheiros, sofria duras e explícitas críticas por parte dos

anarquistas. A posição era clara e firme: oposição aos comunistas. As publicações libertárias sempre estariam repletas de acusações aos comunistas, que se não tinham seus partidos e métodos comparados aos partidos oligárquicos e burgueses do Brasil, equiparavam o governo soviético ao governo do czar ou ao de Mussolini, e mais tarde, ao de Hitler. (OLIVEIRA, 2009, p. 197).

De fato, a oposição entre anarquistas e comunistas presente desde 1922 passou a se tornar cada vez maior ao longo da década de 1920, ao passo que o movimento comunista vinha se fortalecendo por diversos motivos, como pela política agressiva dentro dos sindicatos, ao criar frações dissidentes que buscavam diminuir a influência dos reformistas e anarquista nas associações operárias; a criação de frentes únicas para colaborar contra outros grupos de esquerda, para na sequência tentar persuadir os militantes das outras correntes a se tornarem comunistas. Além de terem ao seu favor a Internacional Comunista, que sempre procurava orientar e colaborar com o crescimento dos partidos comunistas em escala internacional.

Em meio à disputa com os comunistas por espaço dentro das organizações sindicais, a repressão contra o movimento anarquista se intensificava, levando a um alto índice de militantes presos, expulsos do país, e alguns dos que foram mandados para os cárceres da Colônia Agrícola Clevelândia chegaram até mesmo a falecer devidos às péssimas condições de sobrevivência. Mas apesar da intensa repressão e da disputa contra novas forças no movimento operário, os anarquistas de São Paulo não se deixaram abater e, no limiar dos anos 1930, conseguiram reestruturar ou mesmo criar novos sindicatos, jornais e organizações político-culturais, procurando assim revitalizar o movimento libertário.

1.2 O movimento anarquista durante a década de 1930

Com o findar do período repressivo que marcou o governo de Washington Luiz, no início dos anos 1930, ocorreu uma reestruturação do movimento anarquista em São Paulo. Primeiramente em 1931, os grupos libertários que atuavam nos sindicatos reorganizaram em âmbito estadual a FOSP, que passou a congregar um grande número de sindicatos da capital paulista. Já em 1933, é fundado o Centro de Cultural Social, que se tornou sede de uma série de atividades políticas e culturais de cunho anarquista.

No ano de 1927, durante as comemorações do Dia do Trabalho, foi constituída a Comissão Pró-Organização do Operariado, que tinha por objetivo reconstruir a FOSP; no dia

7 de maio surgiu a União Operária de Ofícios vários, de forma antecessora à Federação Operária, que só voltou às atividades de fato no ano de 1931. A União Operária contava com poucos sindicatos em atividade: “União dos Canteiros, União dos Chapeleiros, União dos Artífices em Calçados e a Liga Operária de Vila Esperança, dentre outros sindicatos anarquistas”. (AZEVEDO, 2002, p. 54).

Já no início do ano de 1931, as principais categorias de trabalhadores do estado de São Paulo conseguiram se organizar em sindicatos, o que possibilitou o surgimento de duas federações sindicais: a Federação Operária de São Paulo (FOSP), formada pelo maior número de sindicatos e algumas das principais categorias de trabalhadores da capital paulista, sendo hegemonizada pelos anarquistas; e a Federação Sindical Regional de São Paulo (FSRSP), que congregava principalmente as organizações operárias das cidades do interior, dirigida pelos comunistas. (ARAÚJO, 2002, p. 47).

A consolidação da FOSP ocorreu em março de 1931, durante a 3ª Conferência Operária Estadual, na qual estiveram presentes onze sindicatos da capital paulista e oito sindicatos das cidades do interior. Dos sindicatos participantes, apenas a União dos Gráficos de São Paulo era dirigida por “trotskistas”; as demais organizações operárias eram lideradas por anarquistas. (AZEVEDO, 2002). Na Conferência Operária, estiveram presentes os seguintes sindicatos.

“Canteiros de Ribeirão Preto”; “Canteiros de S. Paulo”; “União dos Trabalhadores Gráficos de S. Paulo”, “Canteiros de Carvalho Araújo”, minoria reconhecida da “Associação dos Empregados do Comércio de S. Paulo”; “União Sindical dos Profissionais do Volante”; “União Gráfica de Bauru”, “Liga Operária da Construção Civil”; “Manipuladores de Pão”; “Centro Operário de Ribeirão Preto”; “Sindicato dos Vidreiros de São Paulo”; “União dos Operários Metalúrgicos”; “Canteiros de Itatiba”; “União dos Trabalhadores da Light”; “Núcleo Proletário de Catanduva”; “Sindicato de Operários em Fábricas de Chapéus, Artífices em Calçados”; “Operários Ladrilheiros”; “Centro Operário de São José dos Campos”; “Grupo Operário de Sorocaba” e a “Federação Operária de São Paulo”. (RODRIGUES, 1978, p. 328).

A FOSP e os anarquistas nos anos 1930 se opuseram com veemência ao projeto corporativista da Era Vargas, em defesa dos princípios que regiam o sindicalismo revolucionário: autonomia sindical, ação direta do movimento operário, recusa na colaboração entre as classes sociais e a negação dos benefícios sociais garantidos pelo Estado.¹²

¹² A organização do corporativismo no Brasil está diretamente relacionada com o surgimento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no ano de 1930; sendo que esse órgão público se tornou responsável por defender os interesses tanto dos patrões quanto dos trabalhadores, mas sempre tendo em vista que os interesses

Entre os anos de 1930 e 1933, ocorreram várias greves de resistência ao projeto político do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Os trabalhadores organizados criticaram a lentidão e a inoperância desse órgão estatal, que não conseguia dar conta de fazer cumprir as leis trabalhistas. (ARAÚJO, 2002). A FOSP e os anarquistas denunciaram constantemente as debilidades do Ministério do Trabalho, ao mesmo tempo em que também incitavam os trabalhadores a conquistar por meio da ação direta os seus direitos sociais que eram garantidos pela legislação trabalhista, mas que na prática não eram cumpridos.

Muitas características do projeto corporativista da Era Vargas tiveram uma inspiração claramente fascista. O historiador Alcir Lenharo (1986), por exemplo, destaca que nesse momento de ascensão do projeto corporativista que visava centralizar o controle estatal sobre a classe operária, muitos dos colaboradores do regime de Vargas não disfarçavam o “parentesco” da organização burocrática do governo com o regime fascista de Mussolini, ao buscarem consolidar uma organização sindical controlada pelo Estado, com o claro objetivo de disciplinar os trabalhadores. Segundo o autor, o deputado Ari Pitombo, por exemplo, “reporta-se aos sindicatos ‘como escolas de união e disciplina’”, de forma semelhante ao que propunha o programa fascista, em sua *Carta del Lavoro*: “uma função educativa dos sindicatos, contrariamente à função reivindicativa e classista dos opositores”. (LENHARO, 1986, p. 37).

Os anarquistas que militavam na FOSP, dentre eles os redatores de *A Plebe*, identificaram o projeto corporativista brasileiro com o de outros regimes autoritários, denunciando, por exemplo, a criação do Ministério do Trabalho como uma estratégia de cunho ideológico fascista. Demonstraram que as artimanhas dos “governantes fascistas da hora atual” nada produziram de efeito sobre a classe operária do Estado de São Paulo, pois os trabalhadores permaneciam organizados por meio da FOSP, seguindo contra as manobras do Ministério do Trabalho, “que com a Lei de Sindicalização, pretende amarrar os trabalhadores às conveniências políticas da burguesia”. (*A PLEBE*, 1933, p.4)¹³.

A FOSP se manteve irredutível ao sindicalismo oficial em defesa da autonomia do movimento operário perante o Estado; já os comunistas “stalinistas” e “trotskistas”, no ano de

da nação estavam acima de qualquer grupo social. O Ministério do Trabalho também passou a ser o responsável por fazer cumprir a legislação trabalhista e por arregimentar a sindicalização oficial, como forma de garantir um antídoto ao sindicalismo revolucionário. (ARAÚJO, 1994, p. 90 -93).

¹³ Federação Operária de São Paulo. *A Plebe*. São Paulo, n. 7, 07 jan. 1933

1933, passaram a atuar dentro dos sindicatos atrelados ao governo, com o intuito de assumir os seus diretórios e resistirem dentro da própria estrutura oficial. (ARAÚJO, 2002) ¹⁴.

Nos anos 1930, os anarquistas, perante a presença cada vez mais expressiva de grupos comunistas atuando nos sindicatos em diversas regiões do país, tenderam a acentuar o posicionamento anticomunista por meio de suas publicações, principalmente quando os “trotskistas” e “stalinistas” vieram a adentrar o sindicalismo oficial. Mesmo em São Paulo, onde os anarquistas hegemonizavam uma das maiores federações sindicais do Estado, a FOSP, havia toda uma preocupação em desmoralizar as organizações operárias ligadas a outras correntes de esquerda, principalmente aos “trotskistas” da Liga Comunista, que naquela época possuíam uma presença mais significativa no movimento operário da capital do que o PCB e exerciam um papel de liderança na União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG-SP), um importante sindicato paulistano ¹⁵.

A título de exemplificação acerca da oposição dos anarquistas à Liga Comunista, podemos citar o artigo *Funambulismo Bolchevista*, escrito por Pedro Catalo, que foi publicado em *A Plebe*, no qual o autor procurou demonstrar que no passado, quando a UTG-SP seguia uma orientação sindicalista revolucionária, foi capaz de promover as mais intensas lutas pelos direitos dos gráficos de São Paulo, mas depois que passou a ser influenciada pelos “trotskistas” acabou sendo cooptada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e deixou a combatividade de lado para exercer atividades festivas e recreativas.

Outro fator que nos revela com uma eloquência invulgar a mentalidade frágil e maleável que a dialética comunista forma nos indivíduos, é o que se está passando na União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo.

Esta organização tem um passado digno, belo e revolucionário, que está sendo vilmente emporcalhado por um grupo de comunistas-trotskistas que escolheu como campo de experiência das suas táticas políticas aquele sindicato, que, em 1921, orientado pelas mesmas bases que ora defende a Federação Operária de S. Paulo, conseguiu alcançar, numa vitória estrondosa para os seus componentes, o salário mínimo, caso único, talvez, em S. Paulo. Já sabemos que os trotskistas repetirão proverbial “ritornelo” de “Policial”, que já é clássico para os comunistas: mas nós costumamos chamar as coisas pelo seu verdadeiro nome, sem tremer e sem perder o senso das responsabilidades.

¹⁴ Os termos “stalinista” e “trotskista” eram utilizados pelos grupos comunistas para se referirem uns aos outros de forma pejorativa. (CASTRO, 2007, p. 448). Em nossa análise esses termos são utilizados para facilitar a distinção entre os partidários de Trotsky e Stálin.

¹⁵ De acordo com Ricardo Figueiredo de Castro (1995, p. 59), a Liga Comunista foi fundada em 1931 por militantes vinculados ao PCB, mas que estavam descontentes com os rumos tomados pelo partido no que diz respeito a sua política sindical e de alianças. A Liga Comunista era filiada a Oposição de Esquerda Internacional, que foi criada e liderada por Trotsky. Em São Paulo, pelo menos até 1934, a Liga Comunista possuía uma presença mais significativa que o PCB, que naquela época, fora o Distrito Federal, possuía apenas alguns núcleos isolados espalhados pelo país. (CASTRO, 1995, p. 58-59).

Os “próceres” aos quais nos referimos, vociferaram raios e trovoadas contra o Ministério e Departamento do Trabalho, contra a Lei de Sindicalização, Carteira Profissional e todas as mercadorias que se vendem naqueles estabelecimentos.

Até aqui nada de extraordinário, ao contrario, aplausos por essa campanha saneadora.

Mas é que, num rasgo de heroísmo “tático”, os napoleônicos “condonotieres” no seu diapasão único e desconcertante, passaram-se, com armas e bagagens, para a sindicalização oficial, alegando que a maioria da corporação assim o desejava e que era progressivo o aumento dos “simpatizantes” para o Ministério do Trabalho.

De modo que, de “vanguarda” que eram daquela corporação, passaram a ser retaguarda de uma mentalidade trabalhada pelo baile, futebol e outras mixórdias que vem deturpar e arrefecer o espírito revolucionário e combativo do operário organizado. (CATALO, 1934, p.04)¹⁶.

Além da resistência sindicalista, o movimento anarquista de São Paulo na década de 1930 também foi marcado por uma série de atividades políticas e culturais, tendo o Centro de Cultura Social (CCS) como um dos principais espaços de sociabilidade libertária. Durante a sua primeira fase de existência, o CCS era organizado por antigos militantes libertários que ainda se encontravam em plena atividade, tais como: Pedro Catalo, Rodolpho Fellipe, Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho e Amor Salgueiro. (PARRA, 2014, p. 42-47).¹⁷

Como já discutido, para os anarquistas a educação e as atividades culturais engajadas ideologicamente eram de importância vital para a formação política dos militantes e a propaganda de seus ideais. Dessa forma, o CCS surgiu com o objetivo de difundir a ideologia anarquista, a cultura e o conhecimento entre os militantes e trabalhadores.

No CCS eram realizadas diversas atividades de propaganda e discussão política, sendo que as mais frequentes eram as palestras e conferências, que geralmente eram dirigidas por figuras ilustres do movimento anarquista brasileiro, como Oiticica, Leuenroth e Carvalho (GERALDO, 1998). As atividades do CCS eram geralmente divulgadas por meio dos jornais anarquistas, como no seguinte anúncio de uma conferência que apareceu em *A Plebe*.

Centro de Cultura Social

Domingo, 23, às 20 e meia horas, será realizada mais uma conferência promovida pelo CENTRO DE CULTURA SOCIAL, que convidou para esse fim o conhecido militante do proletariado, Herminio Marcos, que falara sobre o tema:

¹⁶ CATALO, Pedro. Funambulismo bolchevista. *A Plebe*. São Paulo, ano II, n. 58, 17 mar. 1934.

¹⁷ O CCS surgiu em 1933, permanecendo em atividade até 1937 quando foi fechado pelas forças policiais, ressurgiu em 1945 mantendo-se em plena atividade até 1969, quando novamente é fechado pelas autoridades públicas. No ano de 1985, os anarquistas mais uma vez reestruturaram o CCS que ainda hoje continua ativo. (PARRA, 2014).

O proletariado através da história.

Entrada franca.

Todos os estudiosos dos problemas sociais devem assistir a esta conferência, que será uma excelente noite de cultura e educação proletária.

Rua Quintino Bocaiuva, 80. (A *PLEBE*, 1933, p.01) ¹⁸.

Além do CCS, a imprensa anarquista, as organizações sindicais filiadas a FOSP e os grupos anarquistas em geral também promoveram uma série de atividades culturais e políticas. Nos jornais libertários, não raro eram anunciadas a realização de piqueniques, excursões e festivais, que tinham por objetivo não só promover a sociabilidade e a confraternização entre os trabalhadores, mas também arrecadar fundos para a sobrevivência dos sindicatos e dos próprios jornais. No dia 26 de outubro de 1933, por exemplo, o jornal *A Lanterna* publicou a seguinte nota a respeito de um festival proletário cujo objetivo era a aquisição de recursos para a compra de móveis mais cômodos para o salão de conferências da FOSP.

Festival Proletário

No próximo dia 05 de novembro, será levado a efeito no Salão Celso Garcia, á rua do Carmo, um interessante festival das organizações proletárias filiadas a Federação Operária de São Paulo, e cujo resultado será destinado á compra de mobiliário mais cômodo para o salão de conferências da sede da rua Quintino Bocaiuva, 89. (A *LANTERNA*, 1933 a, p.02) ¹⁹.

Todavia, o ponto auge das atividades político-culturais libertárias indubitavelmente foram as celebrações do Primeiro de Maio, que assim como ocorreu durante toda a Primeira República, não deixou de ser celebrado como uma data símbolo de luto em memória dos “Mártires de Chicago” e de luta em prol de melhores condições de vida para os trabalhadores. No período analisado, a FOSP era a responsável por organizar as manifestações públicas, comícios e festivais de confraternização operária. No dia 28 de abril de 1934, essa organização sindicalista divulgou a seguinte convocação aos “trabalhadores e o povo em geral”, por meio de *A Plebe*.

Grande Comício Popular

Aos trabalhadores e ao povo em geral!

A Federação Operária de São Paulo convida aos Trabalhadores e ao Povo em geral a comparecerem ao Grande Comício Comemorativo da tragédia de Chicago que se realizará Terça-feira, 1º de Maio, às 14 horas em sua sede social.

Trabalhadores! Ninguém falte a este comício!

¹⁸ Centro de Cultura Social. *A Plebe*. São Paulo, n. 21, 22 abr. 1933.

¹⁹ Festival Proletário *A Lanterna*. São Paulo, n. 364, 26 out. 1933.

O Comitê Federal (*A PLEBE*, 1934, p.03)²⁰.

Como demonstram os estudos de Lucia Parra (2003) e Rodrigo Rosa da Silva (2005), o movimento anarquista de São Paulo na década 1930 também foi alvo de uma intensa repressão policial. A polícia política vigiava e reprimia constantemente os militantes anarquistas, a FOSP e os seus sindicatos filiados e também as publicações libertárias de uma forma geral. De acordo com a historiadora Lúcia Parra (2003, p.59-65), os agentes policiais temiam que as ideias libertárias se propagassem entre os trabalhadores, gerando assim uma possível ameaça à estabilidade da ordem pública. Dessa forma, os anarquistas eram estigmatizados e perseguidos pelas forças policiais, caracterizados pelas autoridades públicas como pessoas agressivas e violentas.

Com a repressão intensificada entre os anos de 1935 e 1937, o movimento anarquista perdeu muita força, chegando quase a se extinguir em São Paulo. O clima repressivo vivenciado por todas as correntes de esquerda desde o início de 1935, quando o Governo decretou a Lei de Segurança Nacional, no dia 4 de abril, intensificou-se ainda mais a partir dos levantes de novembro de 1935 que ocorreram em Natal, Rio de Janeiro e Recife; mesmo os anarquistas que nada tinham a ver com esses eventos foram violentamente reprimidos; muitos militantes acabaram presos, os jornais libertários foram empastelados e várias organizações sindicais tiveram as suas sedes invadidas²¹. Já em 1937, com a implantação do Estado Novo, a FOSP e o CCS, que eram os últimos baluartes do anarquismo em São Paulo, foram invadidos e fechados pelas forças policiais.

1.3 A presença libertária no sindicalismo revolucionário brasileiro

Como já mencionado, os anarquistas tiveram uma atuação significativa no movimento operário de São Paulo no início do século XX. Dessa forma, também se faz necessário analisar qual foi a real ligação desse grupo com as organizações operárias do período. Mas, a princípio, é imprescindível salientar que a maioria dos historiadores que analisou o

²⁰ Grande comício popular. *A Plebe*. São Paulo, n. 61, 28 abr. 1934.

²¹ De acordo com a historiadora Marly de Almeida G. Vianna (2007, p.76-77), mesmo ocorrendo a participação de militantes comunistas nos levantes de 1935, tais acontecimentos ocorreram por motivações internas e não por ordens do Comintern, como muitos autores têm afirmado: “Apesar das evidências de que os levantes se deram por motivações essencialmente internas, entre outras coisas pela tradição de luta armada da sociedade brasileira e pelos traços tenentistas fortemente presentes em Prestes-mesmo depois da adesão ao comunismo-, alguns autores ainda sustentam a tese das ordens de Moscou”. Dessa forma, em nosso estudo utilizamos o termo “levantes de novembro de 1935” e não “Intentona Comunista”.

movimento operário das primeiras décadas do século passado destaca que a corrente predominante nas organizações sindicais brasileiras era o anarcossindicalismo, principalmente nas regiões mais desenvolvidas do Sul e Sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

Entretanto, nos últimos tempos, essa tese tem sido questionada; a historiadora Edilene Toledo procura demonstrar que a atuação sindical durante a Primeira República seguiu uma orientação sindicalista revolucionária e não anarcossindicalista. Toledo (2004), em seu livro *Anarquismo e sindicalismo revolucionário*, destaca que o movimento operário do início do século XX é geralmente associado pela historiografia ao anarquismo. Todavia, por meio da análise de uma série de documentos como jornais, resoluções do Congresso, dentre outras fontes, a autora acredita ter descoberto que em vários momentos o movimento operário brasileiro seguiu uma orientação muito mais sindicalista revolucionária do que anarquista.

Segundo Toledo (2004), o sindicalismo revolucionário foi um movimento internacionalista com uma ideologia própria, que não pode ser confundido com o anarquismo ou com qualquer outra corrente política. Assim, a autora resume da seguinte forma as principais características do sindicalismo revolucionário.

É um fenômeno internacional, uma prática sindical que se constitui como corrente política autônoma; é um movimento em defesa do sindicato como o único órgão capaz e suficiente para garantir as conquistas presentes e futuras dos trabalhadores; defende a luta de classes, a ação direta dos trabalhadores, a autonomia operária associada à autonomia sindical e a neutralidade política do sindicato, ou seja, a não associação deste último a qualquer corrente política, o que traduz em garantia de sua autonomia e da superação das divisões entre os trabalhadores. (TOLEDO, 2004, p.13).

Na mesma linha de interpretação de Edilene Toledo, o historiador Cláudio Batalha (2013) também destaca equivocadamente que muitos pesquisadores associaram o movimento sindicalista revolucionário ao anarquismo, sob o rótulo de ‘anarcossindicalismo’. Para o autor, o sindicalismo revolucionário não foi mera ramificação do anarquismo, “mas uma corrente autônoma, fundamentada em uma doutrina própria, que conserva tanto elementos do anarquismo, como a ação direta e o federalismo, como do marxismo, a exemplo da luta de classes”. (BATALHA, 2013, p. 178).

A fim de aprofundarmos a presente discussão, destacamos que o sindicalismo revolucionário surgiu na França, mas como herdeiro de muitas práticas e ideias defendidas pelo anarquista russo Mikhail Bakunin e seus seguidores, na primeira Associação

Internacional dos Trabalhadores (AIT). Como demonstra Gaston Leval (2007), os princípios básicos do sindicalismo revolucionário como federalismo, ação direta do movimento operário independente de qualquer partido político, antimilitarismo e internacionalismo foram defendidos primeiramente por Bakunin e seus seguidores na AIT.

Na França, vários anarquistas, como Yvetot, Pouget e Delessale, foram extremamente importantes na construção do sindicalismo revolucionário ao difundirem muitas das ideias bakuninianas no movimento operário, principalmente pela participação ativa na *Confédération Générale du Travail* (CGT), a primeira organização sindicalista revolucionária, cujos princípios influenciaram diversos movimentos trabalhistas ao redor do mundo.

Todos estes anarquistas de alguma forma buscavam resgatar a perspectiva de Bakunin. No caso francês, o da C.G.T – paradigma para o sindicalismo revolucionário em diversos países -, as táticas de boicote, sabotagem e da greve geral, combinadas a uma profunda desconfiança em relação a política parlamentar, indicavam claramente a presença libertária na formulação dos postulados sindicais. (SAMIS, 2007, p.13).

A maioria desses anarquistas franceses acreditava que o sindicalismo era um meio de luta eficaz, mas não esqueciam jamais de que o anarquismo era a finalidade última a ser alcançada. Entretanto, após o Congresso realizado em Amiens, pela CGT, em 1906, alguns sindicalistas que vieram do anarquismo, como Pierre Monatte, passaram a observar o sindicalismo revolucionário não mais como um meio de luta para se chegar à sociedade anarquista, mas uma corrente autônoma com uma doutrina e finalidades políticas próprias.

Um ano após o Congresso de Amiens, foi realizado o Congresso Anarquista de Amsterdã, em agosto de 1907, no qual ocorreu o conhecido debate entre o anarquista italiano e já veterano Errico Malatesta e o jovem sindicalista revolucionário francês Pierre Monatte. Nesse debate, ficaram evidentes os antagonismos entre os anarquistas que viam o sindicato como um meio de luta, e os sindicalistas revolucionários que buscavam fazer do sindicalismo um novo movimento revolucionário.

Para Monatte (1981), existiam vários pontos de convergência entre o anarquismo e o sindicalismo revolucionário, sendo que ambos se influenciavam mutuamente, e o primeiro havia colaborado em muitos aspectos para o desenvolvimento do corpo de princípios que geria as bases do segundo.

Seria preciso estar cego para não ver a semelhança entre o anarquismo e o sindicalismo. Ambos tentam eliminar o capitalismo e o sistema salarial através de uma revolução social. O sindicalismo existe como a prova de um recrudescimento do movimento operário, e ele faz renascer no anarquismo

uma consciência de suas origens entre os trabalhadores, por outro lado, não foram poucas as contribuições dos anarquistas no sentido de levar o movimento operário para o caminho da revolução e da popularização do conceito de ação direta. Assim o sindicalismo e o anarquismo se influenciaram mutuamente em benefício de ambos. (MONATTE, 1981, p.197).

Todavia, apesar de destacar os pontos de contato entre o anarquismo e o sindicalismo, Monatte salienta que o segundo era uma nova corrente política: “a doutrina que vê no sindicato um órgão de transformação social e a greve geral como o meio de obtê-la”. (MONATTE, 1981, p. 200). Apesar de ser uma doutrina com finalidades próprias, Monatte também procurou destacar que o sindicalismo revolucionário não é excludente e nem autoritário, muito pelo contrário, aceita que os militantes das mais diversas correntes políticas, como anarquistas e socialistas, se façam presentes nos sindicatos, desde que não tentem impor as suas ideologias a outros trabalhadores.

Errico Malatesta (1981), em resposta a Monatte, destacou que o sindicalismo era um fato real da sociedade capitalista que não podia ser ignorado, e que os militantes libertários deveriam adentrar as organizações operárias para difundir a ideologia anarquista entre os trabalhadores. Apesar de ver no sindicalismo um meio de atuação anarquista, Malatesta, assim como Monatte, acreditava que os sindicatos deveriam ser livres e neutros, abertos aos trabalhadores de todas as tendências políticas.

Entretanto, na concepção de Malatesta, os anarquistas ao adentrarem os sindicatos nunca deveriam esquecer de que eram apenas mais um meio de luta e que dentro das organizações operárias deveriam permanecer fiéis aos princípios libertários. O problema para Malatesta era que Monatte e outros militantes que estavam no sindicalismo revolucionário estavam confundindo os fins com os meios.

Os sindicalistas, por outro lado têm uma propensão para transformar os meios em fins e para considerar as partes como sendo o todo. E, desse modo, para alguns dos nossos, o sindicalismo começa a se transformar numa nova doutrina que ameaça a própria existência do anarquismo.

Entretanto, mesmo que fortaleça a própria imagem utilizando a inútil alcunha de anarquista, o sindicalismo não é e nem nunca será mais do que um movimento legítimo e até conservador, sem outro objetivo senão a melhora das condições de trabalho do operário. (MALATESTA, 1981, p.204).

No Brasil, as ideias sindicalistas revolucionárias inspiraram o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, realizado em 1906, que adotou uma série de princípios pregados pela CGT francesa, como a ação direta do movimento operário, o antimilitarismo, a neutralidade

política dos sindicatos e o federalismo. Entretanto, como observam Hall e Pinheiro (1979, p. 41-42), nas resoluções do Congresso Operário, em nenhum momento, se fez menção ao anarquismo e nem mesmo aos debates sindicalistas revolucionários que estavam ocorrendo na Europa, a respeito da destruição do Estado e a construção de uma nova sociedade a partir da greve geral.

Neno Vasco, militante anarquista português que residiu no Brasil no início do século XX, destacou por meio das páginas do jornal libertário paulista *A Terra Livre*, que, embora o Congresso Operário não tenha representado uma vitória direta para o anarquismo, de certa forma favoreceu para que as ideias libertárias começassem a se propagar entre os trabalhadores.

O Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. A Internacional, desfeita por causa das lutas de partido no seu seio, deve ser memorável lição para todos. Se o Congresso tivesse tomado um caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe. O nosso fim não é constituir duplicativas dos nossos grupos políticos. Mas se o Congresso se não foi, a vitória do anarquismo, foi, porém, indiretamente útil à difusão de nossas ideias. (VASCO *apud* RODRIGUES, 1969, p.131).

O historiador Tiago Bernadon de Oliveira (2009) demonstra que a consolidação do sindicalismo revolucionário no Brasil não implicou a cisão de dois blocos rivais: um sindicalista e o outro anarquista; o movimento operário era rico em militantes anarquistas mais próximos das ideias de Malatesta, que, assim como Neno Vasco, passaram a instrumentalizar os métodos de ação pregados pela CGT, mas sem esquecer de que o sindicalismo era um meio de luta e não uma ideologia política.

De fato, elementos do sindicalismo revolucionário são visíveis no processo de organização sindical no Brasil, especialmente no Distrito Federal, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, mas reafirmo que, a meu ver, ele não constituiu propriamente uma corrente autônoma: antes foi um método de ação, cuja projeção atingida foi alavancada principalmente pela intensa militância anarquista, tornando possível ao observador confundir ambos. (OLIVEIRA, 2009, p. 66).

De acordo com Oliveira (2009), o sindicalismo revolucionário brasileiro se declarava politicamente neutro, porque esse foi um método encontrado para tentar reconstruir a união da classe operária que foi abalada no passado pelas disputas e pelos antagonismos entre Marx e Bakunin durante a AIT. Segundo o autor, a opção pela neutralidade ia ao encontro dos anseios de muitos anarquistas, que acreditavam que as suas ideias não deveriam ser impostas, mas divulgadas a fim de conquistar os trabalhadores. Os anarquistas também acreditavam que a

imposição dos princípios libertários poderiam afastar muitos operários dos sindicatos, tendo em vista a má reputação que o anarquismo carregava em diversas partes do mundo (OLIVEIRA, 2009).

No Brasil, antes da década de 1920, a única organização operária que rompeu com a neutralidade política dos sindicatos foi a Federação Operária Local de Santos (FOLS), em 1913, que adotou os princípios anarco-comunistas como as finalidades políticas a serem alcançadas pela ação operária. Por ter rompido com o pacto da neutralidade política, a FOLS recebeu duras críticas de vários anarquistas, dentre eles Neno Vasco. Já de volta a Portugal, Vasco atacava os delegados e representantes da FOLS por estarem estabelecendo de forma autoritária os princípios anarquistas entre os trabalhadores, o que poderia fazer com que muitos deles se afastassem dos sindicatos, e que o anarquismo jamais deveria ser imposto, mas divulgado, a fim de conquistar as consciências. (OLIVEIRA, 2009, p. 75).

A experiência dos anarquistas brasileiros nos sindicatos teve suas particularidades, comparando-se com a de outros países da América Latina, como no caso do Uruguai e da Argentina. No Brasil, a maioria dos anarquistas que atuaram nos sindicatos jamais se autodesignou anarcossindicalista, ou mesmo buscou estabelecer os princípios libertários nos sindicatos. Na Argentina, por exemplo, já em 1905, a *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA), durante o seu V Congresso, decidiu adotar os princípios filosóficos do comunismo anarquista.²²

Entretanto, sem se autodeclararem anarcossindicalistas, aos poucos os anarquistas paulistas que militavam nos sindicatos foram rompendo com a neutralidade política das organizações operárias na década de 1930. A FOSP defendia teoricamente a neutralidade como forma de manter a união operária, mas na prática mantinha um nítido posicionamento anarquista; o seu próprio jornal, *O Trabalhador*, era um típico periódico anarquista repleto de mensagens libertárias, com notícias acerca do anarquismo ao redor do mundo e até mesmo textos explicando o que era o anarquismo.

De acordo com o historiador Alex Buzelli Bonomo (2007), a FOSP nesse período estava preocupada em lutar contra os “stalinistas”, “trotskistas” e sindicalistas oficiais, com o objetivo de minar a influência desses outros grupos no movimento sindical. Dessa forma, embora sem se colocar diretamente como uma organização anarquista, aos poucos a FOSP foi tomando um posicionamento libertário para distinguir os elementos anarquistas que

²² A respeito da relação que a FORA estabeleceu com o anarquismo no seu V Congresso ver Colombo (2004) e Abad de Santillán (1971).

compunham o sindicalismo revolucionário paulista das outras correntes que estavam ganhando força no movimento operário.

O sindicalista revolucionário brasileiro foi uma forma de ação sindical, na qual os militantes anarquistas participaram ativamente, e não uma ideologia política. Entretanto, apesar dos anarquistas terem hegemonizado várias organizações operárias durante as primeiras décadas do século XX, não se pode asseverar que eram anarcossindicalistas, pois diferentemente do que aconteceu em outros países da América Latina, nos quais os princípios libertários foram adotados pelos sindicatos, no Brasil os anarquistas optaram por não tentar impor as suas ideias aos trabalhadores, mas por ser valerem das organizações operárias como um meio de luta e de propaganda ideológica.

1.4 A imprensa anarquista

Ao analisar a história do movimento anarquista no Brasil, observamos a marcante presença de uma imprensa de cunho libertário, utilizada como meio de conscientização das mazelas da sociedade, mostrando a dura realidade dos trabalhadores, e, também, agindo como difusora de ideais anarquistas, tais como anticlericalismo, antiestatismo e crítica à sociedade burguesa. Em estudo acerca dos jornais operários brasileiros publicados no início do século XX, a cientista da comunicação Maria Nazareth Ferreira (1988) chega a afirmar que “o ponto alto da atividade dos militantes anarquistas no Brasil foi à proliferação da imprensa operária”. (FERREIRA, 1988, p. 13).

Na imprensa anarquista do início do século XX é possível encontrar jornais, revistas e panfletos. Todos esses diversos tipos de publicação atuavam como um meio de propaganda ideológica anarquista, à medida que difundiam uma série de mensagens que buscavam gerar determinados comportamentos e influenciar na posição política dos seus leitores. Dentre as publicações anarquistas que saíam de forma regular predominavam os jornais, pois, se comparados com as revistas, eram mais baratos, o processo de impressão era mais simples, além de mais fáceis de distribuir e manusear. (MARTINS, 2008).

Os jornais anarquistas são uma das fontes mais importantes para compreender a história do movimento operário do início do século XX, pois foram os responsáveis pela divulgação dos mais diversos assuntos que permeavam o âmbito do trabalho urbano, como notícias de greves, conflitos, condições de vida, cotidiano operário, repressão, sindicalismo, etc.

Além das questões vinculadas ao mundo do trabalho urbano, os jornais também divulgavam e sugeriam revistas, livros, periódicos e boletins que deveriam ser lidos pelos militantes, os locais de sociabilização libertária, como centros de estudos e bibliotecas, bem como o dia e o horário em que estavam abertos ao público. (SFERRA, 1987, p.21).

Com relação à materialidade da imprensa anarquista, destacamos que geralmente era bastante simples. Os jornais na maioria das vezes eram impressos em formato tabloide, compostos por quatro páginas, com uma periodicidade geralmente mensal, pois foram poucos os que conseguiram ser publicados semanalmente ou mesmo de forma quinzenal. A maioria dos jornais libertários teve uma vida curta, alguns com um único número publicado. (BATALHA, 2000, p.64).

Como forma de arrecadar fundos para a publicação, a imprensa anarquista se valia de vários mecanismos, sendo os mais frequentes os auxílios voluntários, as vendas de números avulsos e as assinaturas semestrais ou anuais. Diferentemente do que acontecia com os jornais da grande imprensa, poucos foram os periódicos que se valeram de anúncios publicitários para arrecadar dinheiro.

Para sobreviverem, os jornais também tiveram que lidar com inúmeras dificuldades, desde as financeiras, devido ao baixo poder aquisitivo da maioria de seus leitores, que era composta em sua maioria por trabalhadores que recebiam salários efêmeros, até as inúmeras perseguições e investidas policiais, que geralmente ocasionavam na invasão das oficinas de impressão, destruição de máquinas e mobílias e no aprisionamento dos editores. (GAWRYSWSKI, 2009).

No caso da região de São Paulo, os primeiros periódicos anarquistas surgiram no final do século XIX, eram publicações simples e redigidas em italiano, que no geral tiveram uma vida curta, como *Gli Schiavi Bianchi* (1892), *L'Asino Umano* (1893), *L'Avvenire* (1894) e *Il Pungolo*. Dessa forma, foi somente no início do século XX que surgiram os primeiros jornais libertários paulistas com uma publicação regular e que não eram redigidos apenas em língua estrangeira: *A Lanterna* (1901-1935), *A Terra Livre* (1905-1909), *O Amigo do Povo* (1902-1904) e *La Battaglia* (1901-1911). A maioria desses primeiros jornais anarquistas contou com a participação de intelectuais e trabalhadores de origem imigrante e brasileira dentro dos seus grupos editoriais.

Durante as décadas de 1920 e 1930, os periódicos anarquistas estiveram entre os jornais operários que resistiram ao controle repressivo sobre a população trabalhadora e pobre da capital paulista, denunciando constantemente a obrigatoriedade da carteira

profissional, a sindicalização oficial e a obrigação dos certificados médicos nos locais de trabalho, como uma forma de tentar disciplinar os trabalhadores (DECCA, 1987, p. 97).

Nos anos 1930, além da luta contra o controle repressivo do Estado, os jornais anarquistas de São Paulo também se preocuparam em debater a ascensão dos movimentos e regimes fascistas e, conseqüentemente, em criar meios para promover a resistência antifascista. Dentre os jornais anarquistas paulistanos que se opuseram aos fascismos, destacamos a forte presença e atuação de *A Plebe* e *A Lanterna*, que já possuíam uma vasta tradição libertária, marcada por longos anos de publicação em momentos anteriores.

Em ambos os periódicos a luta antifascista aparece como um dos temas que mais preocupavam os anarquistas. Nas páginas de *A Plebe* e *A Lanterna* foram discutidos a ascensão dos fascismos e os meios pelos quais se poderia promover uma resistência antifascista de caráter anarquista. Desse modo, posteriormente serão abordadas as características e as trajetórias desses dois jornais, que compõem as nossas principais fontes para compreender o antifascismo libertário nos anos 1930.

1.5 O Periódico *A Lanterna*

Iniciar-se-á pela análise do jornal *A Lanterna*, por ser o periódico mais antigo que está sendo estudado. Embora estejamos trabalhando apenas com a terceira fase de publicação do jornal, entre os anos de 1933 e 1935, consideramos relevante abordar um pouco da sua história em suas diversas fases, tendo em vista as principais características e a sua importância para o movimento anarquista e anticlerical brasileiro.

A Lanterna era um importante jornal anarquista e anticlerical, que, apesar das inúmeras interrupções, foi publicado entre os anos de 1901 e 1935. É considerado um dos veículos mais consistentes do anticlericalismo libertário, pois durante as três primeiras décadas do século passado, quando os anarquistas eram um dos grupos mais atuantes no movimento anticlerical, essa publicação libertária foi a que mais se preocupou em denunciar as práticas imorais de diversos clérigos, o ensino religioso nas escolas, a intromissão da Igreja na vida cotidiana, dentre outras inúmeras críticas ao catolicismo.

O jornal surgiu ligado à Liga Anticlerical de São Paulo, que financiava suas impressões e possibilitava a distribuição gratuita do periódico, cujos custos também eram pagos por auxílios via subscrição voluntária e anúncios comerciais, que apareciam na quarta e

última página do periódico. A publicidade incluía diversos produtos e serviços, como farmácias, remédios e dentistas, advogados, tipografias e loterias.

As oito primeiras edições, todas do ano de 1901, foram distribuídas gratuitamente; houve mais uma edição nesse mesmo ano, mas já paga, custando 100 réis.

No ano de 1902, *A Lanterna* publicou apenas um suplemento especial de Natal, em 20 de dezembro, e suas edições somente foram retomadas em junho de 1903, ano em que o jornal deixou de ser publicado pela Liga Anticlerical, tornando-se uma propriedade da empresa Souza, Vieira e Comp. A partir de então, passou a ser publicado semanalmente, sempre aos sábados.

Em novembro de 1903, *A Lanterna* anunciou sua fusão com os outros dois jornais anticlericais publicados em São Paulo, *O Livre Pensador* e o *L'Asino*. Com a fusão, *A Lanterna* tornou-se um jornal diário, enquanto os outros dois periódicos passaram a ser publicados aos sábados, como suplementos da folha diária. *A Lanterna* passou a ser editado como “diário da noite anticlerical - independente”. No início de 1904, *A Lanterna* passou a ser anunciado como “diário da manhã anticlerical – independente”, mantendo-se com essa denominação até o fim de fevereiro do mesmo ano, quando deixou de ser editado, por motivos de conflito dentro do grupo editorial.

Nessa sua primeira fase de publicação, *A Lanterna* teve o advogado Benjamim Mota como o seu diretor, que era considerado como um dos mais importantes anarquistas brasileiros do período, desde que havia publicado, em 1898, o livro *Rebeldias*, um dos primeiros livros de autor brasileiro acerca do tema do anarquismo ²³.

Após parar de ser editada, em 1904, *A Lanterna* só voltou a circular em 1909, quando Edgard Leuenroth e Benjamim Mota se associaram para retomar com a publicação do jornal; mas como a “vida das folhas que representavam resistência a poderes constituídos era sempre muito difícil, por sua própria natureza”, pararam com as publicações em 1916. (KHOURY, 2007, p. 118). Nessa segunda fase, o jornal lançou duzentas e noventa e três edições, que saíam geralmente de forma semanal.

Edgard Leuenroth foi o redator chefe de *A Lanterna* entre a segunda e a terceira fase de publicação. Leuenroth nasceu no ano de 1881, em Mogi Mirim, interior do Estado de São Paulo, vindo a falecer em 1968, na capital paulista, vítima de câncer hepático. Esse militante

23 Nesse livro, Benjamim Mota escreveu: “De rebeldia em rebeldia contra as mentiras e contra as hipocrisias cheguei até o anarquismo, abracei o ideal mais humanitário que existe nas sociedades modernas, preocupando a atenção dos sábios, dos literatos e principalmente do proletariado, a eterna vítima do regime burguês”. (TOLEDO, 1993, p. 51).

é considerado um dos nomes mais importantes do movimento anarquista do século passado, devido a sua intensa atuação, tanto no movimento operário, quanto na imprensa libertária, redigindo e colaborando com vários jornais, dentre os quais se destacam: *A Lanterna* (1901-1935), *A Terra Livre* (1905-1910), *A Plebe* (1917-1951) e *O Libertário* (1960-1964). Durante toda a sua vida, Leuenroth dedicou-se a atividades ligadas à imprensa, atuando como jornalista, arquivista, tirador de provas, colaborador, etc. (GONÇALVES, 2014, p. 15).

Na sua segunda fase de publicação, *A Lanterna* empreendeu diversas campanhas de agitação contra o Orfanato Cristóvão Colombo, denunciando, em conjunto com outros periódicos anarquistas, o desaparecimento da menina Idalina Oliveira desse orfanato-escola. De acordo com a imprensa anarquista o padre Stefani havia estuprado a jovem Idalina, e o seu cúmplice, o padre Faustino Consoni, o então diretor do orfanato, para ocultar o crime, matou a menina por meio de violentos golpes com uma pá e depois escondeu o seu cadáver. (VALLADARES, 2000, p. 68-70).

Os grupos anticlericais e anarquistas realizaram diversos comícios e manifestações de protesto em São Paulo, cobrando que o orfanato-escola fosse fechado e que os padres acusados fossem presos. Entretanto, em vez de os padres serem encarcerados, a polícia prendeu Edgard Leuenroth e Oresti Ristori, o diretor do jornal *La Battaglia*, por serem acusados de provocarem danos morais aos clérigos. Os dois militantes anarquistas só foram soltos graças aos inúmeros protestos e esforços do advogado Benjamim Mota, o fundador de *A Lanterna*. (VALLADARES, 2000).

O jornal, após encerrar as suas atividades, em 1916, só voltou a circular novamente entre 1933 e 1935, período que compreende a nossa pesquisa e a sua terceira e última fase de publicação. Durante esses anos, o periódico publicou quarenta e oito edições, que apareciam geralmente de forma quinzenal, primeiramente às quintas-feiras e depois aos sábados, com um total de onze mil exemplares impressos a cada edição. O jornal era editado em quatro páginas e embaixo do cabeçalho aparecia a seguinte frase: “Jornal de Combate ao Clericalismo”.

Os editores de *A Lanterna*, na edição de retomada em 1933, destacaram que estavam voltando a publicá-la em um momento histórico bastante conturbado. No artigo “Voltando à Luta”, demonstraram que o jornal ressurgiu como um meio de lutar contra a dominação da Igreja Católica, que naquela época estava exercendo influência desde o âmbito familiar,

escolar e político; e que muitos padres expulsos de outros países estavam emigrando para o Brasil. (*A LANTERNA*, 1933, p.02)²⁴.

Além da força que a Igreja ganhava em âmbito nacional, os editores também se preocupavam com as ligações que ocorriam pelo mundo, entre o catolicismo e os poderes políticos autoritários e fascistas. Para os anarquistas e anticlericais tratava-se de um momento crítico, pois após a assinatura do Tratado de Latrão, entre a Igreja e Mussolini, em 1929, os perigos de alianças entre poderes políticos fascistas e o clero ficavam ainda mais evidentes. (*OITICICA*, 1933, p. 01)²⁵.

A Lanterna, durante o período em que foi publicado na década de 1930, assim como aconteceu em todas as suas outras fases de existência, manteve um posicionamento anticlerical libertário que correspondia aos interesses dos seus editores, que viam na Igreja uma forte aliada do capitalismo, que atuava no sentido de impedir a organização operária. Em sua edição de retomada, ao definir o seu programa anticlerical, o jornal deixou claro que a sua luta contra o catolicismo também era voltada a dar combate aos empecilhos que essa religião causava aos trabalhadores e à sua devida emancipação social.

O nosso não é o anticlericalismo que, com algumas medidas anódinas e inofensivas contra o “poder eclesiástico”, procura, não favorecer a liberdade e ao povo, mas fortalecer outro poder, outro privilégio, prolongando-lhe a vida e salvando-o das ameaças de um movimento reivindicador de justiça social. Esse anticlericalismo, que repudiamos com asco, é instrumento do governo e da opressão, é o último refúgio dos regimes em agonia.

Nada tem em comum com o nosso anticlericalismo integral – contra a Igreja, como poder político, econômico e religioso como força material e espiritual, como sustentáculo de tiranos e apoio de privilégios, como estorvo a emancipação social. Nós não queremos consolidar privilégio algum, defender a “supremacia” de poder algum. Somos por todas as liberdades contra todas as opressões.

A expressão anticlericalismo, tornando-se integral, como nós o fazemos abrange:

A) Luta contra os padres, para mostrar as contradições da sua vida com a sua doutrina, o seu sacerdócio como profissão, tendo o interesse material por base, etc., o que é importante para as camadas mais simples da população, que veem o padre e não os dogmas e mitos, como importante foi, para o povo que não lia os enciclopedistas, a propaganda pelo libelo, pelo panfleto, contra a realeza, a nobreza e o clero.

B) Luta contra a influência política da Igreja – pela ação direta, pela propaganda extraparlamentar.

C) Propaganda para mostrar o poder econômico da Igreja, a Igreja como empresa, como auxiliar da exploração capitalista, com divisora do proletariado, fatora de crumiros. Este ponto é importantíssimo.

²⁴ Voltando à luta. *A Lanterna*. São Paulo, n. 354, 13 jul. 1933.

²⁵ OITICICA, José. E amanhã? *A Lanterna*. São Paulo, n. 354, 13 jul. 1933.

Esse é o nosso anticlericalismo e por eles orientaremos a nossa atividade, como sempre o fizemos. (*A LANTERNA*, 1933, p. 01)²⁶.

No cabeçalho do jornal que apresentamos a seguir, é possível encontrar vários dados importantes acerca da sua publicação nos anos 1930. Abaixo do nome do periódico, no canto esquerdo, observam-se as formas pelas quais era vendido: assinatura anual a 15\$000 réis, assinatura semestral 8\$000 réis e venda de números avulsos, custando \$200 réis à vista e \$400 réis o pagamento atrasado. No meio do cabeçalho, está o nome do diretor-gerente do jornal: Edgard Leuenroth, e logo abaixo o endereço da redação: “Rua Senador Feijó, N° 8-b”. Já no canto direito, está à data de sua fundação e o número da publicação que se encontra contada desde a sua primeira edição: “Fundada em sete de março de 1901 – num. 390”.

Ilustração 1 - Modelo de cabeçalho do jornal *A Lanterna* na terceira fase.



Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, n. 390, p.01, 09 mar. 1935.

No período analisado, *A Lanterna* possuía algumas colunas fixas. Na segunda página havia uma pequena coluna intitulada *Catecismo Herege*, com frases de pensadores anarquistas e anticlericais que criticavam a Igreja Católica. Na terceira página existia a *Lanterna Mágica*, que trazia os malefícios que o Catolicismo causava à humanidade através dos tempos. Outra

²⁶ O nosso anticlericalismo. *A Lanterna*. São Paulo, n. 354, 13 jul. 1933.

coluna fixa do jornal, que também aparecia na terceira página, era a *Lata do Lixo*, na qual zombavam de frases de teor religioso ditas por católicos.

Na década de 1930, o jornal era repleto de imagens. Na primeira página, em grande destaque, sempre havia uma imagem de teor anticlerical, muitas vezes com traços cômicos, em que os padres eram retratados das formas mais bizarras possíveis, ora como insetos devoradores, outras vezes como ladrões, corruptos, gulosos, dentre outras características negativas. Ao longo do jornal, entre uma matéria e outra, havia pequenas imagens que também retratavam os clérigos de forma cômica, às vezes com traços zoomórficos, como porcos ou corvos, ou mesmo em inúmeras práticas imorais, como, por exemplo, alimentando-se com gulodice ou seduzindo freiras ou mulheres casadas.

Para arrecadar fundos para a publicação, além da venda de jornais, *A Lanterna* também realizou uma série de atividades culturais, como festivais e piqueniques de confraternização operária, que serviam como uma forma de propagar o anticlericalismo e conseguir dinheiro para diminuir um pouco as dificuldades enfrentadas para se manter o periódico. No dia 28 de setembro de 1933, por exemplo, os editores do jornal deram a seguinte nota positiva referindo-se a um festival que foi realizado em benefício do jornal.

Realizou-se no sábado passado, dia 23, no Salão Celso Garcia, o anunciado festival que os amigos colaboradores de *A Lanterna* organizaram em sua homenagem e benefício. Excedeu a toda expectativa o sucesso alcançado por essa demonstração anticlerical, que nos trouxe a certeza de que a nossa obra está despertando grande interesse e que o clericalismo está perdendo terreno (*A LANTERNA*, 1933, p.01)²⁷.

Os editores de *A Lanterna* constantemente se queixavam dos enormes déficits financeiros que o jornal enfrentava, sobretudo por causa dos inúmeros pagamentos atrasados das assinaturas, o que fez inclusive com que o jornal deixasse de circular entre outubro e dezembro de 1934, só retornando com a publicação no final de janeiro de 1935.

No entanto, as maiores dificuldades enfrentadas pelo jornal certamente não foram as financeiras, mas a constante repressão policial que marcou a Era Vargas. Por meio do prontuário de Edgard Leuenroth, arquivado no DEOPS/SP, pode-se verificar que *A Lanterna* deixou de circular por causa da perseguição policial que seus editores sofreram; o próprio Leuenroth foi encarcerado de forma preventiva, por ser acusado de ter ligações com os levantes de novembro de 1935, e só teve a sua liberdade concedida em 10 de julho de 1936²⁸.

²⁷ O festival de *A Lanterna*. *A Lanterna*. São Paulo, n. 362, 28 set. 1933.

²⁸ Os dados acerca da prisão de Leuenroth foram retirados do seguinte documento: Prontuário DEOPS-SP nº. 122 – Edgard Leuenroth.

Dessa forma, *A Lanterna* teve a sua última edição publicada em dois de novembro de 1935, para depois nunca mais voltar a circular.

Ilustração 2 - Modelo de capa do jornal A Lanterna na terceira fase.

CIRCULO ALFA DE ESTUDIOS HISTORICOS

A Lanterna

JORNAL DE COMBATE AO CLERICALISMO

ASSINATURAS:
Ano..... 18X00 — Semestre..... 8X00
Avulso, 200 — Atrasado, 400

Director: EDGARD LEUENROTH
Redação e Administração: Rua Senador Feijó n.º 8-B
Caixa Postal. 2162 — S. Paulo

ANO XI — NUM. 367
SÃO PAULO, 7 DE DEZEMBRO DE 1933
Aparece às quintas-feiras

Para que se fez a Revolução? Para o Povo? Para os Padres?

Estamos, finalmente, diante do anti-projeto de constituição do Brasil.

Produto de uma revolução que se propunha libertar o país de todos os cativeres políticos a que vinha sendo, de longa data, sujeito, mercê das innumeráveis vezes de rapina que de banda a banda o assolavam, desgraçando-o todo e a toda, era de se esperar que este anti-projeto, elaborado sob a égide de tantos revolucionários sinceros, defensores ardorosos da sobre e elevadíssima liberalidade, fosse, desde a primeira hora, a concretização mais viva desse grande sonho por que se lutou e se levou a combater a milhares de brasileiros.

Desventuradamente, porém, tal não se deu. O anti-projeto de constituição não consultou os superiores interesses do povo, nem compensa, de modo algum, o sacrifício de tanta vida e de tanto sangue.

É um papelão destinado a favorecer a padroaria. Nem mais, nem menos. Os eternos exploradores da ingenuidade popular não de sentiram extremamente bem com tais promessas de domínio mais fácil e mais por tempo sobre todos nós.

Pois não foi certamente para converter em letra o que a própria realidade das imortalidades, tão fértil em escândalos e abusos, basta de sua magna carta constitucional, como um atentado à liberdade de pensamento, que se fez a revolução. Não foi, não pôde ter sido para mais oprimir e vexar o povo que se preparou e fez estalar o grande movimento armado que deveria conduzir a nação a um regime de garantias e de liberdade.

Embora religioso nas escolas, assistência religiosa nas casas, nada disso, era revolucionário, representa para a modéstia pobre, mas heróica, que tombou nas trincheiras, vítima das balas assassinas de calcunhamo imperante, que tentava restaurar, sob outras vestes, o ideal verdadeiro por que lutaram e tombaram. Vós o sabeis tão bem como nós que assim é.

Porque, PIERRE! QUÊ SE NOTE, muito sangue de gente pobre empapou a terra em favor desse movimento de regeneração política, na esperança de um Brasil mais livre e mais justo. Muitos lara caíram no abandono após a tormenta rubra. E é esse sangue, e não essa letra que clamam contra a fraqueza dos que dirigem esta obra de reorganização nacional (se é que é do fato), os quais, depois de haverem enfrentado com palhaço o estruendo dos canhões, se nos atizam ridículo e improprio estrepito agora ante os arcaísmos lufardescos do papel de setelina.

Introduzindo o ensino religioso nas escolas, (facultativo ou não, não importa, tudo é um preço ignobili para alijar o fim), inundar os quartéis de pontos negros, trenóculos abismos em minúscula, não era isso, em absoluto, o que se esperava dos redentores do Brasil.

Os homens de boa vontade e bem intencionados sabem e compreendem muito bem a situação miserabilíssima de nossa terra, no tocante à peste negra que a infesta em todos os sentidos. Não deviam portanto permitir que à tirania dos ocultos peripatéticos sucedesse o despotismo mil vezes mais feroz e mais letal das farfugas da Igreja.

Em suma, Ou os revolucionários ainda reagirem, enquanto a tempo, para salvar o Brasil do naufrágio moral em que está prestes a desaparecer, ou podem limpar as mãos à parte quanto à revolução que fizeram para arrastar o mundo a um tanto carregado de fraude e entregalho, estúpido e levianamente, a casa outra casta de algozes, tanto mais numerosos e terroristas, que são os capangas do Papa, os cabanos do Vaticano.

É o sangue dos operários que tombaram na revolução pelo bem do Brasil, são os lares que ficaram desertos pela queda gloriosa dos seus dirigentes, que protestam contra essa grave falta de escrupulos e de sinceridade.

Estamos cansados de saber para que presta casa alcatela de filantropia que veste a cor trágica da desgraça e do luto. Não lhes desconhecemos os processos, nem os fins que visam.

Espereemos, assim, que tais dispositivos constitucionais venham a ser abolidos, ao ser esse anti-projeto convertido, definitivamente, em lei bacia da nação.

Se, todavia, isso não suceder e esse erro não for reparado como deve e não pode deixar de ser, e aí se quiser, de fato, conservar a revolução, atentando, do novo, contra a nossa liberdade e as nossas direitas, e agora, por meios ainda mais graves e perigosos, competir ao exercício do país, que a tal hora, recenata a outra vez, para conditória ao seu termo.

É a honra do exercício que se acha empenhada em tudo isso. É o exercício nacional, cujas tradições tanto orgulham à nação, não recuará sem sua mortificação ante o dever que lhe cabe de honrar a memória dos seus mortos.

NIXTO LILLO



O DESPLANTE DO GRANDE HISTRIÃO: AMANCEBAR A REPUBLICA NOVA COM O BONECO INTEGRALISTA.

Contra a ação do fascismo no Brasil Na terra gaucha

Uma demonstração Integralista em Niterói que os operários transformaram em comício anti-fascista

Notícia fornecida pelos integralistas a alguns jornais divirteram a verdade dos fatos desenvolvidos por ocasião de uma demonstração dos camisas azuis em Niterói, no dia 30 de novembro.

No "9 de Julho", jornal que aparece na capital fluminense, encontramos, a respeito, uma detalhada notícia, do qual extrairmos os trechos abaixo, que dão a idéja de que se passou:

"No domingo, 20 de novembro, os integralistas, sob pretexto de homenagem a essa bandeira cujas cores eles pretendem substituir pelo negro do pavilhão dos cartórios, realizaram uma demonstração na praça Pinto Lima. Tendo um operário apertado certo orador integralista, a terra se interessou sobre os grupos de cartórios que assistiam ao comício. Muitos operários logo a resistência, generalizando-se o comício, que terminou pela fuga dos criminosos verde-olivas. A praça ficou, então, em poder dos operários, enquanto os camacões integralistas corriam a acotear-se num edifício pertencente à Leopoldina Railway, onde tem sua sede.

O primeiro orador proferiu proemios a falar criticando o próprio chefe de polícia, que não instruiu suficientemente seus subordinados, os quais, a princípio, se haviam juntado aos integralistas no alarde aos operários.

Quatro oradores falaram ainda. O comício dos integralistas, que a casa bona, depois de cortar volta por ruas

A REPULSA GERAL

Essa pequena amostra do fascismo integralista, teve o condão de reunir no mesmo facho de indignação toda a sociedade niteroiense.

Varias personalidades de destaque na política, nas letras e no jornalismo hipotecaram sua solidariedade aos operários. O capitão Andralbal (Goyet) enviou neste sentido um telegrama às associações operárias oferecendo-se ao lado delas nesta pugna em que se defrontam os nossos fóros de povo civilizado e a sanha criminosa dos detritos humanos arregimentados para o crime pelos agentes do capitalismo estrangeiro.

A PROPOSITO DE UM SELO IDIOTA

O "Boletim Postal e Marítimo", que se publica em São Paulo, inseriu o seguinte comentário a propósito do selo simplesmente idiota que o governo "revolucionário" põe em circulação, como mais uma demonstração de respeito à acie de bastina aos integralistas no alarde aos operários.

"Fazendo o jogo de uma política setaria incohecível, num regime de República feia, a administração postal brasileira acaba de lançar mais de dois milhões de propaganda religiosa, com desenhos e legendas algarísticos."

Muito Importante

Procurando fazer com que "A Lanterna" circule entre os elementos anticlericais de todas as tendências, reunimos endereços de numerosas lojas maçônicas, centros espirituais, associações operárias, agrupações teosóficas, profeitorias, de livre pensadores, sociais, etc., e a todas estas remetendo o jornal desde o primeiro numero desta fase.

Estado utilizando o trabalho de revista das listas de endereços, precisamos, com a máxima urgência, que todas estas organizações, de todas as Escolas do Brasil, nos comuniquem se desejam continuar a receber o jornal.

Claro está que cada qual deverá reconhecer a importância da sua assinatura em "A Lanterna", não dispõe dos recursos facéis da igreja, vivendo exclusivamente da contribuição de seus amigos, isto é, daqueles que julgam útil a sua obra.

Seremos forçados a suspender a revista do jornal a todas que não atenderem a este apelo.

Contra a preponderância do clericalismo nos destinos do Brasil

Expressivos telegramas a varias personalidades da Capital da Republica

Pelo presidente e vice-presidente da Liga Paulista Pro-Estado Leigo foram expedidos os seguintes telegramas, que por si mesmo expressam a sua importância:

"Dr. Osvaldo Aranha, ministro da Fazenda — Rio de Janeiro — Liga Paulista Pro-Estado Leigo pede vossa, atender bem argumentação feita contra a liberdade religiosa, não deixar entrar atenua clericalismo encapado cristianismo.

"Gosamos das liberdades do art. 72 não sóu pelo seu valor na Republica Velha de pleno acordo cristianismo não clericalismo. Não devemos retroceder para o passado. Dr. Augusto Façco; vice-presidente, Dr. Couto Esher."

"Almirante Silveira, rua Ibituruna, 98 — Rio de Janeiro. — Liga Paulista Pro-Estado Leigo intereiramente solidariedade argumentação carta aberta Osvaldo Aranha, pró-Far Liberdade Brasil souva vossa acção civica.

"Romaniar Brasil nunca será cristianizar Brasil. Aquela ficara embreitecido pela intolerância este ficara politico pela Fraternidade plenamente já garantida 43 anos. — (a) Dr. Augusto Façco, presidente; Dr. Couto Esher, vice-presidente."

"Deputado Dr. Zoroastro Gouveá, Palácio Tiradentes, Rio de Janeiro. — Liga Paulista Pro-Estado Leigo pede intereferencia da Coligação para Deputados Liberais apresentarem logo emendas ao anti-projeto, pedindo suspensão artigos sobre ensino religioso nos nossos dias, sendo por bastas vezes interrompidos por prolongadas salvas de palmas, tendo na peroração arrebatado o auditorio numa explosão de vibrante entusiasmo.

Em seguida o presidente em breves palavras encerrou os trabalhos, agradecendo aqueles presentes que, compreendendo o momento historico sacrosanto de A Liga, que desta forma se preparava para enfrentar o inimigo comum de todas as nações que é o clero.

2ª CONFERENCIA

Será realizada quinta-feira, 30 do corrente, ás mesmas horas, e no mesmo local, pela portaria catariense, rua Mauá de Sena Pereira, que desconvolverá os temas "O Brasil e o Vaticano", sendo saudada pela portaria gaucha Srta. Alzira Freitas.

Prosperitório os trabalhos da Liga.

Arthur Thompson.

Catecismo Herético

Dois livros de missa não valm tanto quanto duas libras de pão.

O latim é uma lingua que enalteece a honestidade e cobre as canalhas do clero. (De um almanaque).

Lolita — o diabo coxo — estabelece regras tais, que um jesuíta poderia estar só, mas dois não podem estar sem um herético. A espiagem foi sua principal arma; daí tomou o nome garantido de toda a trama politica e social — a confissão auricular.

"A Lanterna" em viagem

Conforme informamos no numero anterior, iniciamos a trabalho de visita aos amigos do interior, começando pela Ilha de Paqueta e Araruama, que estão sendo percorridos pelo nosso companheiro Francisco Falcão.

Esperando esta viagem pedada depressa, deve ser feita com o maior rapidez possível, produzindo os resultados necessários para a vida administrativa do jornal.

O êxito do trabalho do nosso companheiro depende da boa vontade dos amigos do jornal residentes nas cidades que irá visitando, contribuindo cada qual com a importância de sua assinatura, bem como prestado-lhe as informações necessárias e orientando na execução de sua tarefa em sua respectiva localidade.

Lembrem-se todos de que cada numero da "A Lanterna" exige depressa consideráveis para quem

Fonte: A Lanterna, São Paulo, ano XI, n. 367, p.01, 07 dez. 1933.

1.6 O Periódico *A Plebe*

O periódico *A Plebe* surgiu em 1917, durante os movimentos grevistas que marcaram esse ano. O jornal veio a substituir *A Lanterna*, que havia deixado de circular no ano anterior. Edgard Leuenroth, que tinha sido o redator de *A Lanterna*, passou a dirigir *A Plebe*, que contava com a participação de outros conhecidos militantes anarquistas como Astrogildo Pereira e José Oiticica. Apesar dos inúmeros momentos de interrupção, esse jornal foi publicado entre anos de 1917 e 1951. (BATALHA, 2000, p. 64).

A Plebe atuou como um porta-voz dos militantes anarquistas, que viam os sindicatos de ação direta e as greves como os mais importantes meios de atuação, o que ficou bastante perceptível durante os movimentos grevistas de 1917, quando essa folha funcionou como “um significativo instrumento na construção da greve geral declarada e sustentada durante esse ano”. (KHOURY, 2007, p.120). Durante as greves de 1917, o jornal desenvolveu várias atividades de arregimentação operária, ao estimular os trabalhadores a se organizarem de forma independente para conseguirem conquistar as melhorias sociais e, por fim, a sua devida emancipação social. (KHOURY, 1981).

A primeira fase de publicação de *A Plebe* ocorreu entre os anos de 1917 e 1924, com um total de duzentos e noventa e um números publicados. Nesse período, o jornal deixou de circular em alguns momentos devido à repressão, principalmente na conjuntura de 1917 e 1920, um momento marcado por inúmeros movimentos grevistas e, conseqüentemente, pela perseguição aos militantes do movimento operário e seus órgãos de imprensa (LEONARDI, FOOT HARDMAN, 1991).

A Plebe não circulou entre 1924 e 1926, pois esses anos foram marcados pela intensificação da repressão aos grupos de esquerda, devido ao estado de sítio decretado pelo então presidente Artur Bernardes (LEONARDI, FOOT HARDMAN, 1991). Dessa forma, o jornal só voltou a ser editado em 1927, mas deixando de circular nesse mesmo ano, com um total de treze números publicados. Durante essa segunda fase de publicação, destacam-se os artigos a respeito das prisões e mortes dos anarquistas que foram mandados para a Colônia Clevelândia, e também os textos de confronto aos militantes comunistas.

Após encerrar as suas atividades em 1927, *A Plebe* voltou a circular entre os anos de 1932 e 1935, período que compreende a nossa pesquisa e a terceira fase de publicação do jornal. Durante esses anos, o periódico publicou cento e duas edições, que apareciam de forma semanal, com uma publicação que variava entre 4.000 e 4.500 exemplares impressos a cada

edição. O jornal era editado em quatro páginas, e no cabeçalho, abaixo do nome do jornal, aparecia a seguinte frase: “Periódico Libertário”.

Na edição de retomada em 1932, os redatores de *A Plebe*, no artigo “O Nosso Reaparecimento”, destacam que, apesar das inúmeras repressões policiais sofridas, o periódico ressurgiu como “a Fênix da fábula”, tendo como objetivo instruir os trabalhadores, conscientizar acerca “da feroz opressão e exploração que são vítimas todos os que trabalham e para estabelecer a paz e a igualdade entre os homens”, reaparecendo com o programa de sempre: a “ação libertária”. (*A PLEBE*, 1932, p.4) ²⁹.

Diferentemente de *A Lanterna*, em que se predominavam os artigos de teor anticlerical, em *A Plebe* observamos mais um caráter doutrinal ideológico, voltado quase totalmente à propaganda do anarquismo. O foco de *A Plebe* era explicar a ideologia anarquista, apresentar o pensamento de seus principais teóricos e difundir entre as classes trabalhadoras as ideias e os imaginários políticos que formavam a cultura política anarquista. Em sua primeira edição, na década de 1930, os editores afirmaram que o jornal era um “modesto semanário dedicado ao estudo e debate de todos os problemas que se relacionam com a Questão Social e com as aspirações dos trabalhadores”. (*A PLEBE*, 1932, p.4) ³⁰.

No período proposto para análise, Edgard Leuenroth não foi o redator chefe de *A Plebe*, mas outro reconhecido militante anarquista, Rodolpho Felipe. Esse militante nasceu em Bragança Paulista, interior de São Paulo, no ano de 1892 e, durante praticamente toda a sua vida, esteve envolvido em atividades sindicais e anarquistas, atuando inclusive como diretor de vários periódicos libertários, como *La Barricata*, *Germinal*, *Guerra Social e A Plebe*. (SILVA, 2005).

Por ser um dos anarquistas mais ativos na década de 1930 e também por dirigir *A Plebe*, o principal periódico libertário de São Paulo, Felipe foi encarcerado inúmeras vezes. Em *A Plebe*, na edição de 25 de março de 1933, por exemplo, Felipe comentou que esteve preso por doze dias, não por ter cometido algum crime, mas por suas atividades de militância, sendo acusado de “rebelde” pelas autoridades públicas.

De nada me acusaram que fosse crime, que seja nocivo á coletividade, a não ser de adversário e rebelde, de homem que tem a consciência do seu “eu” e que, coerente com os seus princípios, soube manter impoluta a sua consciência e a sua dignidade perante os homens divididos em fações que se digladiam pela conquista do poder, que, pelo seu fausto e honrarias, a todos

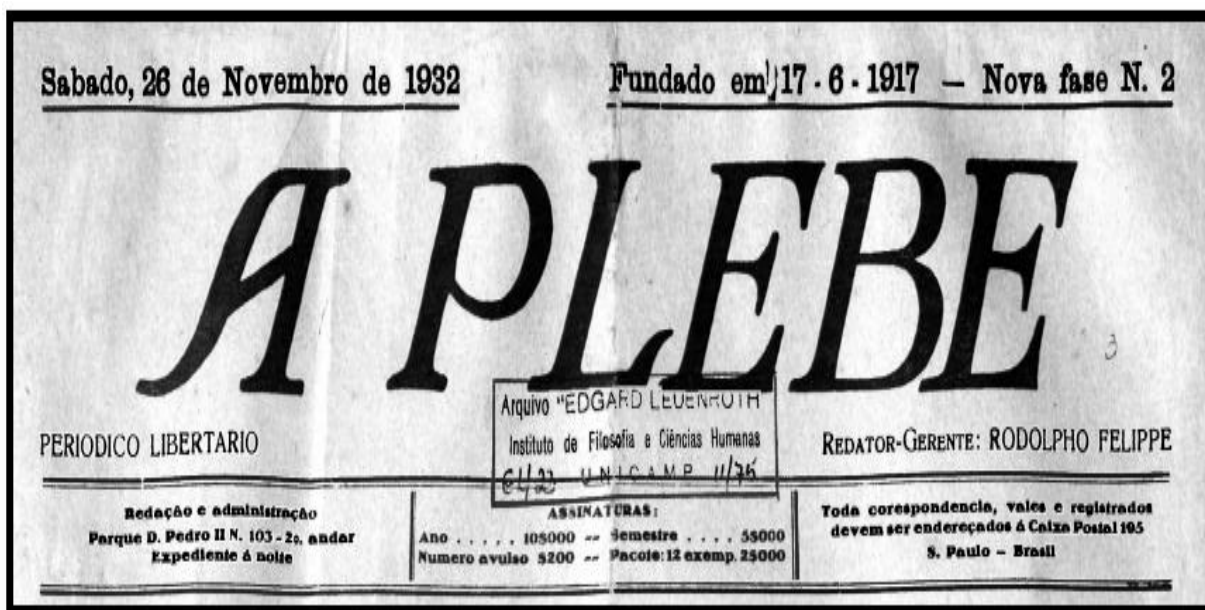
²⁹ O nosso reaparecimento. *A Plebe*. São Paulo, n. 1, 19 nov. 1932.

³⁰ Idem.

ofusca e atrai pela magnificência dos proveitos materiais que proporciona e da irresponsabilidade pessoal que acompanha nas ações e gestão de todos que galguem o poder. (FELIPPE, 1933, p. 03)³¹.

No cabeçalho de *A Plebe* que segue, encontram-se vários dados relevantes acerca de sua publicação na década de 1930. Acima do nome do periódico, no canto direito, está a sua data de fundação e a numeração da publicação que se encontra contada a partir da data em que ressurgiu: “Fundado em 17-6-1917 – Nova-fase N. 2”. Logo abaixo do nome do jornal, no meio, observam-se as formas pelas quais poderia ser adquirido pelo público leitor: assinatura anual a 10\$000 réis, assinatura semestral 5\$000 réis, números avulsos custando \$200 réis e também pacotes com doze exemplares, que custavam 2\$000 réis. Abaixo do nome do jornal, no lado direito, está o nome do seu redator-gerente: “Rodolpho Felippe”.

Ilustração 3 - Modelo de cabeçalho do jornal *A Plebe*.



Fonte: *A Plebe*, São Paulo, n.2, p.01, 26 nov. 1935.

Assim como *A Lanterna*, o jornal *A Plebe* também possuía algumas colunas fixas. Na segunda página havia a coluna *Vida Anarquista*, voltada à propaganda libertária e para discutir o anarquismo de forma geral. O jornal funcionava como um porta-voz da FOSP, e na última página havia a coluna *Movimento Operário*, na qual eram publicadas as notas oficiais dessa organização sindical. Nessa coluna também havia uma série de artigos de organizações operárias de orientação sindicalista-revolucionária vinculadas à FOSP.

³¹ “Na solidão do Paraíso”. *A Plebe*. São Paulo, 25 mar. 1933.

O jornal possuía muitas imagens, mas com temáticas que variavam bem mais do que em *A Lanterna*. Na primeira página, geralmente havia uma imagem em tamanho grande, na qual podem ser observadas desde figuras vinculadas à cultura política anarquista, como os grandes intelectuais libertários, mulheres simbolizando o ideal anarquista portando os estandartes rubro-negros, o sol nascente representando um novo porvir, homens com correntes arrebitadas sobre os pulsos; até mesmo imagens de conteúdo antifascista, contra as guerras, ou que representavam as iniquidades do mundo burguês.

A realização de atividades culturais para a arrecadação de fundos para a publicação também foi uma prática comum de *A Plebe*, pois o dinheiro que conseguiam com as vendas de jornais muitas vezes não dava para cobrir os gastos. A prática mais frequente era a realização de festivais, que na maioria das vezes sempre davam algum lucro, como podemos observar no balancete a seguir publicado na edição de 14 de janeiro de 1933, em referência ao festival realizado no dia 24 de dezembro de 1932.

Ilustração 4 – Balancete do festival pró “A Plebe”.

Balancete do festival pró “A Plebe”, realizado em 24 de Dezembro ultimo	
ENTRADAS	
857 Ingressos	857\$000
27 sem ingresso	27\$000
Leilão de uma gravata	8\$000
	<u>892\$000</u>
DESPESAS	
Aluguel do Salão.	170\$000
Casa Teatral	60\$000
Confeção de impressos	30\$000
Alvará, censura, direitos autorais, etc	46\$000
Refrescos para a orquestra e varias pequenas despesas	16\$800
Total	<u>322\$800</u>
Confronto : { Entradas	892\$000
{ Despesas	<u>322\$800</u>
{ Saldo	<u>569\$200</u>

Fonte: *A Plebe*, São Paulo, n. 8, p. 4, 14 jan. 1933.

Apesar de o jornal sempre conseguir arrecadar recursos financeiros com as suas inúmeras atividades culturais, os déficits não deixavam de aparecer, devido aos pagamentos atrasados das assinaturas, fazendo com que em muitos momentos os editores de *A Plebe*

tivessem que tirar dinheiro do próprio bolso para arcar com os custos da publicação. Em várias edições foram publicados os balancetes desfavoráveis, confrontando os recursos arrecadados com os gastos da publicação do jornal. No balancete a seguir, que está na edição de 25 de março de 1933, podemos verificar claramente os déficits do jornal.

Ilustração 5 – “Nosso balancete”.

ENTRADAS		DESPESAS	
Lista da Administração	84\$600	Deficit do balancete anterior	58\$200
Lista numero 55	40\$000	Confeção e compilação dos numeros 16, 17 e 18 — edição de hoje	1:340\$000
" " 24 Rio	37\$000	Aluguel da sede	60\$000
" " 121 Rio	70\$000	Um certificado de registo	15\$000
" " 49 Sorocaba	25\$000	Selos para expedição	25\$200
" " de S. Bernardo	5\$900	Um carroto e barbante	8\$600
" " de Santos	54\$000		1:507\$000
" " de Palmeiras	39\$000	CONFRONTO:	
" " de Ribeirão Claro	30\$000	Despesas	1:507\$000
" " de Quatá	25\$000	Entrada	964\$000
" " de Baurú	42\$500	Deficit	543\$000
Varias contribuições do interior	337\$400		
Pacoteiros da Capital	173\$600		
TOTAL	964\$000		

Fonte: A Plebe, São Paulo, n. 18, p. 4, 25 mar. 1933.

Da mesma forma que *A Lanterna*, o jornal *A Plebe* deixou de ser publicado em novembro de 1935, por causa da forte repressão que os militantes e jornais de esquerda sofreram nesse período. Rodolpho Fellipe, assim como Leuenroth, também foi acusado de ter ligações com os levantes de 1935, sendo preso em 26 de novembro de 1935 e tendo sua liberdade concedida somente em 02 de março de 1936³². Dessa forma, com a prisão dos seus editores e com a repressão cada vez mais intensificada na Era Vargas, *A Plebe* não circulou entre os anos de 1936 e 1946, só voltando às atividades em 1947 e sendo editado até 1951, período que compreende a sua quarta e última fase de publicação.

Diante do exposto, pode-se concluir que o presente capítulo teve dois objetivos: o primeiro foi realizar uma contextualização histórica antes de adentrar a análise da luta antifascista dos libertários em São Paulo de forma específica, ao ser apresentada a trajetória do movimento anarquista nesse Estado, do período que vai do findar do século XIX até a década de 1930, evidenciando a resistência libertária por distintos meios, como movimentos

³² Os dados acerca das prisões de Felipe foram retirados do seu prontuário junto ao DEOPS/SP, de número 400.

sociais, sindicalismo, imprensa, atividades educacionais e culturais. O segundo objetivo foi apresentar as trajetórias e principais características de *A Plebe* e *A Lanterna*, a fim de compreender melhor esses dois importantes jornais anarquistas que serão utilizados como principais fontes nos próximos capítulos.

Assim, após a apresentação das fontes e do movimento anarquista em São Paulo no início do século passado, o próximo capítulo avançará no sentido de identificar como os fascismos foram observados de forma crítica pelos libertários por meio dos jornais apresentados ao longo destas páginas.

Ilustração 6 – Modelo de capa do jornal A Plebe.

Sabado, 28 de Abril de 1934

Arquivo "EDGARD LEUENROTH" Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Nova fase - Ano II - N. 61

A PLEBE

PERIODICO LIBERTARIO

FUNDADO EM 17-6-1917

Redator-Gerente: RODOLFO FELIPE

Redação e administração AVENIDA RANGEL PESTANA N.º 251 (Antiga Ladeira do Carvão, 9)

Numero avulso 200 Semestre 5000 Ano 105000 Pacote: 12 exemplares 25000

ASSINATURAS:

Toda correspondência, vales e registros devem ser endereçados à Caixa Postal, 195 S. Paulo — Brasil

Os martires de Chicago e o 1.º de Maio

Mais uma vez transcorre essa data fatídica e gloriosa, simbolo da epopeia estupefata e grandiosa da luta entre oprimidos e opressores...

Não é possível saber-se, até quando perdurará essa iniquidade social quantida pelo canifão e pelas balas das ditaduras de todos os felizes e mizeras...

(Continua na 2.ª pagina)

ESTE DE "A PLEBE" SÃO COMO EDIÇÃO ESPECIAL EM COMEMORAÇÃO AO 1.º DE MAIO

A tendencia humana para a liberdade

A liberdade é a eterna manifestação da Natureza: por ela é que existem as mais variadas e complexas combinações da energia cósmica...

Jurisprudência que regulamenta as grandes associações dos animais e os obriga a viverem em reciproco entendimento para mais facilmente sobreviverem na luta pela existencia?

Que o 1.º de Maio não é um dia festa, como querem os malfidantes do mando, mas sim, um dia essencialmente de protesto e rebelião...



Meus irmãos proletários, este dia faz de susto tremer a burguesia De todo mundo, em toda a vossa terra...

De seus crimes horrendos, sanguinários, Tem receio que nós, os proletários, Lhe vamos pedir contas algum dia;

Embragando as massas de prazer, A caninha dourada quer fazer Dnm protesto um motivo de alegria;

1.º DE MAIO Procurem lutar, com vis enganos, Os burgueses velhacos e tiranos, A' foice, ao canifão, á enxada e ao macho;

Repudiad esse insulto, proletários! Respondei aos tiranos salafdrários Cruzando os vossos braços neste dia.

Cantando ao som da "Internacional", Irmãos no abraço fraternal, Proclamemos a nossa redenção;

O pensamento agita o cérebro do homem de tal fôrma que lá não se conforma com nada que não seja produto de sua época.

A liberdade é a felicidade não conectos que se exprimem separadamente por conveniência de expiação;

Na sua frente vê-se o valor da moeda e esquece-se de que os comércios são homens como éle e que possuem o mesmo direito á vida.

S O U Z A P A S S O S

(Continua na 2.ª pagina)

CAPÍTULO 2 DEFININDO OS INIMIGOS: OS FASCISMOS SOB A ÓTICA LIBERTÁRIA

No presente capítulo, discorreremos a respeito de como os movimentos e regimes fascistas foram pensados de forma crítica pelos jornais libertários analisados. Mas, a princípio, convém iniciar com uma breve discussão dos conceitos de fascismo e de antifascismo que permeiam nossa pesquisa.

O primeiro ponto a ser destacado é que o conceito de fascismo deve ser pensado no plural. Como destaca o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva (2000, p.112), por fascismos são entendidos um conjunto de movimentos e governos autoritários de extrema direita, marcados por uma estrutura hierárquica e também por uma ideologia nacionalista exacerbada, antiliberal, antissocialista e antidemocrática. Embora ainda hoje existam movimentos que recebem o rótulo de neofascistas, o certo é que os fascismos tiveram o seu ápice no período entre as duas guerras mundiais, justamente por causa da existência do regime fascista italiano e do regime nazista alemão, e também por expressivos movimentos fascistas que, mesmo não tendo alcançado o poder, conseguiram angariar uma grande quantidade de filiados.

Contudo, por mais que tenham sido diversos os fascismos, o certo é que deve-se atentar para não enquadrar todo e qualquer movimento autoritário sob essa rotulação, e assim evitar uma ampliação desnecessária do termo, chegando a ponto de não ter mais significado político algum. Nesse sentido, concorda-se com o historiador João Fábio Bertonha (2016), quando destaca que o fascismo cobre um fenômeno específico com características próprias, que não se confunde com outros movimentos políticos.

Fascismo, pois, é algo muito específico, ainda que haja variações de um para outro movimento e, especialmente, como seria inevitável, entre os fascistas dos anos 1930 e do mundo atual. É um regime ou movimento fortemente anticomunista, antissocialista e antidemocrático que propõe a substituição da ordem democrática burguesa e do liberalismo político e econômico por uma nova. Nessa nova realidade, haveria um Estado Orgânico, hierárquico, baseado numa liderança carismática e num partido único que serviria para a transmissão de uma ideologia específica, mobilizando a sociedade. Um partido único, aliás, que iria além de uma simples negação de outros ou de uma estrutura amorfa para acomodar interesses, mas uma real máquina de mobilização popular e transmissão ideológica. (BERTONHA, 2016, p. 178).

Assim, por fascismo compreendem-se determinados movimentos e regimes autoritários que existiram no mundo contemporâneo, que apesar da existência de certos graus

de diferença de um para com o outro, ainda guardam uma série de traços em comum, que permitem serem classificados sob o mesmo rótulo. Dessa forma, como destaca Silvano Belligni (2000), ao se estabelecer o conceito de antifascismo também deve ser levada em consideração a multiplicidade dos fascismos, pois sob este termo compreendem-se as mais variadas reações contrárias aos fascismos.

Ao termo antifascismo se dá, de preferência, um significado que abrange todas as tendências ideais, os movimentos espontâneos e organizados e os regimes políticos que historicamente exerceram o exercem uma oposição a tendências, movimentos e regimes caracterizados como fascistas. Uma interpretação do antifascismo como fenômeno relativamente unitário pressupõe, portanto, uma interpretação generalizante do fascismo; pressupões que fascismo se tornou uma categoria que abrange movimentos e regimes com características distintivas comuns, dentro de um âmbito europeu ou mundial, e difundidos através de parâmetros cronológicos que vai dos fins da Primeira Guerra Mundial até nossos dias. (BELLIGNI, 2000, p. 35-36).

Reconhecer a multiplicidade dos fascismos e dos antifascismos é importante em nossa pesquisa, pois embora estejamos trabalhando com o antifascismo vinculado a um grupo bastante específico, o dos anarquistas de São Paulo nos anos 1930, ainda sim o posicionamento desse grupo, como será apresentado a seguir, era bastante contundente e procurava atacar os diversos movimentos e governos fascistas que existiram no período, não restringindo assim a sua oposição somente ao integralismo, que na época era o movimento fascista brasileiro mais expressivo³³.

2.1 A definição de fascismo

A primeira questão a ser discutida é a definição de fascismo que aparece nos jornais analisados. Mas antes de adentrar a análise das fontes, convém frisar que alguns jornais anarquistas brasileiros como *Alba Rossa*, *A Plebe* e *Spartacus*, desde o início da década de 1920, já vinham procurando explicar o que era o fascismo na Itália, observado como um movimento autoritário ligado à burguesia, marcado por traços profundamente nacionalistas e

³³ A Ação Integralista Brasileira (AIB), ou simplesmente integralismo, foi uma organização política criada em 07 de outubro de 1932 por Plínio Salgado, que existiu de forma legal até fins de 1937. Em seus aspectos ideológicos, organizacionais e métodos de ação política, a AIB está inserida dentro dos partidos e movimentos fascistas “que surgiram entre o fim da Primeira Guerra Mundial e a ascensão do nazismo na Alemanha, em 1933”. (MAIO; CYTRYNOWSKI, 2010, p. 41-42).

militares, e que agia com extrema violência contra o movimento operário organizado, especialmente com relação aos comunistas e anarquistas. (BENEVIDES, 2015, p. 68-69).

Entretanto, nesse primeiro momento em que se propuseram a debater a situação política da Itália, o fascismo ainda não havia tomado proporções globais e nem era pensado pelos libertários como algo que poderia ser implantado em outros países. Já no período que abarca a nossa pesquisa, ocorreu à ascensão do nazismo ao poder na Alemanha. Em diversas partes do mundo surgiram movimentos fascistas, inclusive no Brasil, o que fez com os anarquistas deixassem de pensar o fascismo com algo de exclusividade italiana e começassem a encará-lo como uma ameaça maior.

Dessa forma, por meio dos jornais analisados, é possível compreender que os anarquistas nos anos 1930 estavam mais próximos das abordagens que veem o fascismo de uma forma global, e especialmente da interpretação defendida por diversos segmentos da esquerda revolucionária que observavam o fascismo como um fenômeno relacionado à crise histórica do capitalismo internacional prestes a ruir, que para tentar se salvar, estava lançando mão de formas autoritárias de governo, que surgiram como uma forma de tentar destruir pela força o movimento operário organizado e assim tentar evitar o seu fim pela revolução social³⁴. Em *A Lanterna*, por exemplo, o militante Xisto Leão, que era um dos mais assíduos colaboradores do jornal, ressaltou que o fascismo nada mais era do que o último recurso da sociedade burguesa em agonia.

O fascismo não é nem poderia ser, de maneira alguma, o que muitos ingênuos, que se julgam bastante visados, têm a inocência de acreditar: o reinado do pobre, onde a justiça se reparte carinhosa e equitativamente entre lobos e ovelhas.

Se tal fora, não o repeliríamos.

O fascismo é, antes de tudo, antes de mais nada, fruto do capitalismo. É a reação violenta, bárbara tirânica da burguesia, ameaçada nos seus fundamentos, contra o proletariado faminto e maltrapilho que luta por conquistar o seu direito a vida e à liberdade. É, por tanto, a tábua última de salvação da sociedade capitalista, que a ela se aferra de unhas e dentes numa ânsia enorme de sobreviver à própria catástrofe. (LEÃO, 1934, p.02)³⁵.

³⁴ Segundo a cientista social italiana Edda Saccomani (2000, p.469 -470), dentre os primeiros grupos que observaram a dimensão internacional do fascismo destacam-se os expoentes do movimento operário revolucionário em suas diversas ramificações, que procuraram identificar o fascismo à crise histórica do capitalismo internacional em seu estado final, que para tentar se salvar estava se valendo de ditaduras burguesas extremamente autoritárias, sendo que a própria Internacional Comunista era partidária dessa interpretação.

³⁵ LEÃO, Xisto. Não será com padres nas escolas que evitaremos a escravidão fascista no Brasil. *A Lanterna*. São Paulo, ano XI, nova fase – n. 374, 22 mar. 1934.

Contudo, para entender melhor essa interpretação que era defendida pelos anarquistas, é necessária levar em consideração o próprio contexto histórico em que o fascismo emergiu como um fenômeno global. Conforme demonstra o historiador Eric Hobsbawm (1995), o período entre as duas guerras mundiais foi marcado por uma grave crise econômica, que se iniciou com a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, no ano de 1929, mas que acabou por se alastrar por praticamente todo o mundo capitalista, ocasionando um aumento bastante significativo no índice de desemprego em diversos países do Ocidente, uma diminuição bastante drástica na produção industrial tanto nos EUA quanto na Europa, e uma queda brusca nos preços de produtos alimentícios que eram vendidos no mercado internacional, como café, trigo, chá, etc. Além da crise econômica, acentuou-se também a crise política e ideológica, marcada pelo descrédito cada vez maior acerca do liberalismo econômico e político.

Como é notório, a crise iniciada com a quebra da Bolsa de Valores em 1929 não foi a criadora dos grupos fascistas; pois a Itália, desde 1922, já era governada pelo *Partido Nazionale Fascista*. Mas foi a partir da crise com a Bolsa de Valores, que esses movimentos começaram a ser considerados uma das alternativas possíveis perante o constante questionamento dos valores liberais como o livre comércio e a democracia representativa, e também perante o temor compartilhado por muitos de que a instabilidade política e econômica pudesse fazer com que ocorressem revoluções socialistas.

Na visão dos anarquistas, essas constantes crises que abalavam o mundo eram como uma forma de demonstrar que a própria civilização burguesa se encontrava esgotada, não conseguindo dar mais conta de resolver os inúmeros problemas econômicos e sociais que afligiam a humanidade. Mas para tentar perpetuar o seu domínio e os seus privilégios de classe, a burguesia estava se valendo dos regimes fascistas, que nada mais eram do que uma espécie de contrarrevolução, um dos seus últimos recursos para tentar neutralizar pela força o movimento operário revolucionário e assim tentar evitar o seu fim. O militante anarquista P. Marsicano, por exemplo, destacou por meio de *A Plebe* que o regime capitalista já se encontrava com os dias contados, e a revolução social era uma força avassaladora prestes a eclodir para acabar de vez com os malefícios causados pela burguesia e a sua reação autoritária fascista:

O povo tem que resolver os grandes problemas econômicos e sociais que afligem a humanidade – as minorias parasitas, os grupelhos de exploradores recorrem á violência restritiva da força opressora, ao arbítrio como norma governamental.

Vieram as ditaduras fascistas, e é, exatamente o contrário. Exercem-se violências contra os interesses da maioria, em benefício de um grupo ou de uma classe parasita.

Todas as aparentes reformas anunciadas com espetaculosidade visam manter as organizações carcomidas, escorar os regimes em desmoronamento, galvanizar o que já está apodrecido, o que não pode subsistir por ser um absurdo.

A revolução social é uma força natural, viva e palpitante.

O fascismo é uma combinação artificial, um processo de mumificação impraticável, idiotismos duma sociedade moribunda.

O fascismo é a derradeira etapa da crise final.

Para renovar o mundo melhorando a vida, dando aos trabalhadores consciência perfeita dos seus destinos, é preciso resolver os problemas econômicos-sociais que afligem a humanidade.

Os parasitas, os exploradores recorreram a violência restritiva, aos métodos de forças opressoras, á intolerância e ao arbítrio.

O capitalismo, pode-se dizer, entrou na fase da sua derrocada.

Homens livres, revolucionários em geral. É preciso iniciar a suprema arrancada para alcançar a Justiça social que será o Comunismo Anárquico. (MARSICANO, 1934, p. 04)³⁶.

Em *A Plebe*, no artigo *O Integralismo*, publicado na edição de 07 de outubro de 1933, aparece uma das explicações mais interessantes acerca das causas dos surgimentos dos regimes fascistas. Nesse artigo, o jornal procurou demonstrar que com a escassez de empregos cada vez maior em diversos países da Europa e da América, a burguesia se encontrava amedrontada perante os possíveis movimentos de revolta dos desempregados, que poderiam inclusive acarretar a destruição do sistema capitalista, e, como um dos métodos para tentar solucionar esse problema, ela estava pretendendo expulsar os imigrantes desempregados de volta aos seus países de origem, para que em vez de passarem fome e gerarem incômodos em terras estrangeiras, fossem gerar problemas nos países onde nasceram.

No entanto, para que essas expulsões preconizadas pela burguesia pudessem ser concretizadas, era necessária uma grande soma de dinheiro que só era viável de ser conseguido por meio do financiamento estatal. Mas como isso acarretaria em um aumento bastante significativo nos impostos; também era importante impor um regime autoritário de cunho fascista para evitar os possíveis protestos da população contra a extorsão estatal de mais dinheiro público. Segundo *A Plebe*, foi com tais propósitos que o nazismo e o fascismo foram implantados e com essas mesmas intenções a burguesia brasileira também pretendia estabelecer o integralismo como regime político nacional.

³⁶MARSICANO, P. Crise e fascismo. *A Plebe*. São Paulo, ano III, n. 53, 13 jan. 1934.

A própria burguesia, que tem o máximo interesse na existência dos “sem trabalho”, porque neles encontra recursos de defesa na luta que sustenta contra ela a consciência esclarecida do proletariado revolucionário, anda agora apavorada com o crescer da onda que, de punhos cerrados e ululantes, ameaça começar a derrocada, e constituir um perigo permanente ao sistema de explorações e crimes sob cujas bases se sustenta o regime burguês.

Na barafunda dos remédios lembrados pelos “sábios” da burguesia para evitar o mal crescente, entre a supressão da máquina, (um absurdo) o protecionismo, (outro absurdo) figura a ideia de expulsar de cada país os desempregados estrangeiros – (absurdo ainda maior).

Assim a França mandará para a Alemanha, Espanha, Portugal, etc; os súditos que estejam desempregados nos países que receberam a encomenda; em vez de passar fome na terra dos outros vão passar fome na terra onde nasceram... É assim que a burguesia resolve os problemas sociais!

Como é preciso fazer gastos para locomover essa gente que assume proporções fantásticas em quase todos os países do mundo, aumentam o compromisso do Estado, que terá de recorrer, fatalmente, ao processo de extorsão por meio de impostos sobre o povo, que por sua vez, não podendo fazer frente aos gastos de subsistência, se revolta e protesta, entrando em luta contra com o capitalismo.

Há greves, e conseqüentemente novos desempregados, mais “sem trabalho” que vão engrossar as fileiras do exército da fome...

Consequência: como a solução não é possível dessa forma, os governos recorrem a violência; suprimem o direito de reunião, a liberdade individual, entopem os presídios, fuzilam e deportam.

É assim que se instituiu o fascismo na Itália, o nazismo na Alemanha, e que o Sr. Plínio Salgado procura instituir o “integralismo no Brasil”. (*A PLEBE*, 1934, p. 01)³⁷.

A interpretação de que o fascismo era uma espécie de ditadura burguesa, surgido como um recurso para tentar salvar o mundo capitalista em crise, certamente predominou entre vários grupos revolucionários de esquerda na década de 1930, e também foi utilizada pelos anarquistas de São Paulo como uma forma bastante contundente de estimularem a luta antifascista, à medida que o fascismo era visto como uma das últimas barreiras a serem destruídas antes de alcançarem a tão esperada emancipação social.

2.2 A aliança “fascista-clerical”

Já apresentamos em linhas gerais qual era a definição de fascismo que aparece nos jornais analisados; agora discorreremos acerca do alto nível de identificação que os anarquistas estabeleceram entre o catolicismo e os fascismos. Mas primeiramente é evidente

³⁷ O integralismo. *A Plebe*. São Paulo, ano II, n. 43, 07. out. 1933.

ressaltar que a Igreja Católica era para os anarquistas brasileiros uma inimiga muito mais antiga, e que já vinha sendo enfrentada por eles desde o início da Primeira República.

No Brasil, em que o regime republicano e o Estado laico ainda eram recentes, entre o findar do século XIX e o início do XX, o anticlericalismo tornou-se uma bandeira comum a grupos identificados aos mais diversos matizes políticos, mas que compartilhavam a defesa de uma sociedade laica, cuja base era a existência e o desenvolvimento do indivíduo racional: liberais, maçons e agnósticos, bem como socialistas e anarquistas, além de livres-pensadores em geral. Em meio a esse contexto de expansão dos ideais de laicização, os anarquistas passaram a exercer um papel de destaque no movimento anticlerical durante a Primeira República, já que possuíam os discursos e as práticas mais radicais e procuravam atacar constantemente a Igreja por intermédio de seus órgãos de imprensa. (VALLADARES, 2000, p.11).

Nos anos 1930, com a reorganização do movimento anarquista em São Paulo, os libertários voltaram a exercer uma ampla militância anticlerical, ainda mais com a retomada das publicações de *A Lanterna*, em 1933, pois os redatores do jornal passaram a organizar uma série de reuniões, conferências e festivais de caráter crítico à Igreja Católica. Essas atividades eram amplamente divulgadas na imprensa anarquista, como no anúncio de um festival que aparece em *A Lanterna*, na edição de 12 de julho de 1934.

Programa:

Ato comemorativo em que fará uma palestra sobre a ação clerical o companheiro Everardo Dias e falarão vários representantes das ligas anticlericais de várias cidades: representação da peça “LEÃO X” – o acelerado João de Médici – tragédia em verso, de Andrade Silva, velho colaborador de “A Lanterna”, na fase anterior: representação da comédia anticlerical “Vozes do Céu”, excelente trabalho literário de Mota Assunção, teatralizado pelo nosso companheiro Souza Passos; ato variado, com números escolhidos do canto, musica declamação e recitativos.

Os ingressos podem ser procurados em nossa redação e com os membros da comissão, nos respetivos centros e lojas.

A COMISSÃO! (*A LANTERNA*, 1934, p.02) ³⁸.

Com a retomada da militância anticlerical libertária, umas das questões mais debatidas pela imprensa anarquista foram as aproximações entre a Igreja Católica e os fascismos, principalmente com o integralismo no Brasil e o fascismo na Itália. Para os anarquistas, as vitórias dos movimentos fascistas representavam também algum ganho para a Igreja: “Acordo

³⁸ O nosso festival de aniversário. *A Lanterna*. São Paulo, ano XI, n. 381, 12. Jul. 1934.

de Latrão, ensino religioso nas escolas, dinheiro para o Papa, perseguição aos inimigos da igreja, como os maçons e a agora os judeus, etc.”. (PASSOS, 1933, p.01) ³⁹.

Na década de 1930, a posição da hierarquia católica esteve muito próxima das medidas adotadas por regimes de caráter autoritário, fascista ou conservador; grande parte dos membros da Igreja se posicionou contra o liberalismo e o comunismo, que eram interpretados como “doutrinas materialistas que pretendiam separar o espírito da matéria, o indivíduo da personalidade, ou mesmo a Igreja do Estado”. (CORDEIRO, 2013, p. 95-96) ⁴⁰. A partir da reação antiliberal e anticomunista, houve uma tendência geral entre o clero em compactuar com regimes autoritários como os de Mussolini, Hitler, Franco, Salazar, etc. (CORDEIRO, 2013).

Com a aproximação da Igreja para com os regimes e movimentos fascistas, o militante anarquista Luís Rogério, colaborador de *A Lanterna*, chamou a atenção para o fato de que os clérigos por meio de suas “rodas clericais” e órgãos de imprensa estavam atestando o degrading da democracia e a necessidade de regimes baseados na autoridade e na hierarquia, nos quais a falta de liberdade permitiria à Igreja reviver o seu amplo domínio das consciências. Dessa forma, na sua concepção a fusão da luta anticlerical com a antifascista era extremamente vital, pois era a única forma de impedir que o Brasil fosse governado por um regime “fascista-clerical”. (ROGÉRIO, 1935, p. 01) ⁴¹.

Nesse contexto, um dos temas de maior preocupação na imprensa anarquista foi a assinatura do Tratado de Latrão pelo Papa Pio XI e Mussolini em 1929. Por meio desse documento, era reconhecida a soberania da Santa Sé sobre o Vaticano, que passou a ser um Estado independente da Itália, inviolável e neutro. Desse modo, foram resolvidos os atritos entre a Igreja e Mussolini, e este último conseguiu angariar o tão esperado apoio católico para o regime. (BERTONHA, 2006) ⁴². Os anarquistas viram de forma negativa a aliança entre a Igreja e a Itália fascista. O jornal *A Lanterna*, por exemplo, a partir de uma linguagem

³⁹ PASSOS, Souza. Clero e fascismo. *A Lanterna*. São Paulo, ano XI, n. 366, 23 de nov. 1933.

⁴⁰ O próprio Papa Pio XI, ao redigir, em 1931, a *Carta Encíclica Quadragésimo Anno*, em homenagem aos quarenta anos da *Carta Encíclica Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, procurou alertar que o liberalismo ao ser regido por princípios individualistas e de livre concorrência esquecia dos valores sociais e morais que deveriam guiar a economia segundo os preceitos cristãos, enquanto que o socialismo ao ser baseado no conceito de luta de classes poderia trazer vários prejuízos ao desencadear violentas lutas sociais. Dessa forma, para Pio XI ambas ideologias deveriam ser rechaçadas: “Como não pode a unidade social basear-se na luta de classes, assim a reta ordem da economia não pode nascer na livre concorrências de forças”. (PIO XI, 1969, . p. 39).

⁴¹ ROGÉRIO, Luiz. A questão clerical e “A Lanterna”. *A Lanterna*. São Paulo, ano XI, n. 355, 20 jul. 1935.

⁴² A respeito do Tratado de Latrão é importante frisar que significou uma aliança, mas não uma fusão ou uma submissão incondicional da Igreja para com o fascismo, “pois não só esta não pretendia perder a sua autonomia, como dificilmente era possível ver na ideologia fascista italiana, apesar de suas pontes com o mundo católico, um movimento puramente católico ao qual seria possível dar apoio completo e total”. (BERTONHA, 2008, p.279).

pejorativa procurou demonstrar os benefícios que o Tratado de Latrão gerou para ambas as partes envolvidas.

E as igrejas enchem-se, e os padres enriquecem, e a religião cria prestígio e o Papa conquista sua autonomia, fazendo um acordo leonino com o chefe dos fascistas, o nefando Mussolini, que admite o Vaticano como Estado livre, dando ainda ao Papa, dos cofres públicos, 2 ou 3 bilhões de liras, para se sustentarem mutuamente de pé, para engodarem o povo, para protelarem indefinidamente o seu nefasto predomínio, a sua nefasta influência de aves de rapina a dilacerarem a humanidade resignada, ignorante e sofredora. (*A LANTERNA*, 1933, p.04)⁴³.

O professor e militante anarquista José Oiticica, no artigo *E amanhã?*, publicado também em *A Lanterna*, de forma esperançosa descreveu que apesar de Mussolini e o Vaticano estarem se beneficiando mutuamente por meio da aliança consolidada, ambos estavam fadados a serem destruídos pelos movimentos de revolta da classe trabalhadora italiana, que em um futuro próximo não suportará mais ser “escorchada” e “constrangida” pelas autoridades fascistas e católicas.

A massa hoje escorchada, constrangida ao relho mussolínico e ás hóstias papais, vai acumulando, decenalmente, o ódio do escravo, armazenando, com as fundas raivas e insuportáveis dores, miséria, fome e humilhações, esse potencial de rebeldia frequentes vezes, destravado em vários tempos e países.

Então, no reboiço catastrófico, o rancor antifascista conjugado ao rancor antipapal acenderá tochas conflagrantes no palácio Chigi e no Vaticano. Os dois déspotas serão cortados pelo mesmo alfanje ou voarão esbarrigados das tripas pela mesma bomba vingadora. (*OITICICA*, 1933, p.01)⁴⁴.

Entretanto, o que mais incomodou os anarquistas no Tratado de Latrão não era o que estava se passando na Itália, mas o fato de existirem milhares de padres italianos residentes no Brasil, que, segundo a imprensa libertária, exerciam influência tanto na política quanto na educação brasileira, o que já era algo o suficiente para se levantar suspeitas: “Presos por um voto de obediência a um governo estrangeiro não se justifica, realmente, essa tolerância a um governo estrangeiro, não numa ameaça permanente a tranquilidade nacional”. (*A PLEBE*, 1932, p.01)⁴⁵. De acordo com *A Plebe*, perante a aliança entre a Igreja Católica e o Estado Italiano, a primeira poderia ter se tornado uma espécie de “milícia fascista” para uso externo:

⁴³ Após o interregno em que a sanha clerical imperou desenfreada. *A Lanterna*. São Paulo, ano XI, n.354, 13 jul. 1933.

⁴⁴ OITICICA, José. E amanhã? *A Lanterna*. São Paulo, ano XI, n.354, 13 jul. 1933.

⁴⁵ Aos homens livres. *A Plebe*. São Paulo, nova fase - ano I, n. 03, 03 dez. 1932.

“Dando á Igreja privilégios e dinheiro, Mussolini teria obtido do Papa o compromisso de transformar o seu imenso exército de padres numa espécie de milícia fascista para uso externo”. (A *PLEBE*, 1932, p.01) ⁴⁶.

Apesar dos exageros nas denúncias de que os clérigos italianos eram uma espécie de “milícia fascistas no exterior”, de fato esse imaginário dos anarquistas tinha as suas razões para existir, pois, como demonstrou o historiador João Fábio Bertonha (2008), muitos missionários e padres italianos residentes no Brasil, desde o baixo até o alto clero, atuaram no sentido de difundir uma imagem favorável do fascismo italiano em território nacional.

Na década de 1930, para alarmar ainda mais os anarquistas a respeito de uma possível ameaça “fascista-clerical” no Brasil, surgiu o movimento integralista, que tinha como lema “Deus, Pátria, Família”, e que, além disso, pautava que os seus militantes deveriam agir em consonância com os princípios do cristianismo.

A religiosidade cristã preconizada pelo movimento integralista incomodou demasiadamente aos anarquistas. *A Plebe* asseverava que no Brasil o clero estava apoiando o integralismo, porque esse era um movimento autoritário, que em defesa da religiosidade católica tende a cometer as maiores atrocidades.

O clero católico romano, que nestes últimos dias tem aplicado todos os processos engenhosos para dominar o Brasil, teria de qualquer forma que apoiar esse movimento, porque lhe traria vantagens e garantias para continuar a exploração sentimental que lhes permite o domínio das consciências.

Movimento reacionário, que pretende bestificar o povo e reduzi-lo a situação humilhante de obediência passiva, nasceu o integralismo para desenvolver as guerras, fazer derramamento de sangue, tudo em defesa da religião e para o bom nome de Cristo. (A *PLEBE*, 1935, p.02) ⁴⁷.

Para o militante libertário Xisto Leão, o movimento integralista era utilizado pelo clero de forma estratégica, para que conseguisse impor à população brasileira um regime autoritário de “compressão e violência”, no qual a Igreja conseguiria impor o “escravagismo das consciências” e a “volta ao conceito de direito divino”, como o que existia no passado no período das “guerras santas”. (LEÃO, 1934, p.04) ⁴⁸. Assim, Leão também acreditava que era dever da “mocidade culta” lutar para que o Brasil não se tornasse um país dominado pela aliança consolidada entre o integralismo e a Igreja Católica.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Porque a religião quer o integralismo. *A Plebe*. São Paulo, nova fase - ano III, n. 79, 05. Jan. 1935.

⁴⁸ LEÃO, Xisto. A mistificação integralista da clerezia. *A Lanterna*. São Paulo, ano XII, 06 set. 1934.

Contra o integralismo, que é o mesmo que dizer contra a política do clero, deve erguer-se a voz consciente da mocidade culta, se queremos, espalhados pelos sertões a fora, em vez de múmias sem vontade, de seres inconscientes, de seres que vegetam nas pasmaceiras das inquietações místicas a olhar para o alto de mãos postas, rosário pendurado ao pescoço, produto da influência clerical, encontrar o homem vivo, o ser pensante audaz e realizador, o homem livre e moderno, produto das concepções científicas do dinamismo da época, do progresso e da civilização. (LEÃO, 1934, p.04)⁴⁹.

O jornal *A Plebe*, por sua vez, denunciava constantemente que os integralistas se aproveitavam dos sentimentos religiosos da juventude brasileira para angariar mais membros para a AIB e, para reiterar essa afirmativa, publicou uma carta do ex-militante integralista Sócrates G. Ramos, embora discordando dos seus princípios religiosos. Nessa carta, Ramos revelou que aderiu ao movimento integralista porque esse só falava em Deus, mas, com o tempo, descobriu que a apologia às guerras tão presente nos discursos dos líderes integralistas nada tinha de coerência com os ensinamentos pacifistas do cristianismo.

Eu como perfeito cristão que era (como ainda não deixo de ser) vinha louvando ingenuamente, um tal programa, pois que este só falava em Deus, sendo por isso um programa de conceito espiritual e por consequência realmente são de princípios.

Paralelamente a isto, nós, os integralistas, chegamos, a saber, que no regime integralista havíamos de fazer guerras, pois que são precisas e que elas é que haviam de caracterizar nossa forma cívica de governo no futuro.

Ora, de um lado a santíssima palavra de Deus, palavra que constitui, por si só, mesmo fora de qualquer programa social, todo o princípio de amor, paz e fraternidade; e de outro lado todo o princípio de extermínio humano, selvageria e rapinagem que é a guerra, coisa terrível, mas que os chefes integralistas não deixam de apoiar... tudo isso: uma coisa sã de um lado, e outra coisa que não presta de outro lado, formava o contraste que falei acima. (RAMOS, 1935, p.02)⁵⁰.

Com a reorganização do movimento anarquista em São Paulo, nos anos 1930, os militantes libertários também voltaram a exercer uma ampla militância anticlerical e se valerem dos seus órgãos de imprensa para atacar com veemência as aproximações que estavam ocorrendo em diversas partes do mundo entre o catolicismo e os fascismos. Desse modo, a imprensa libertária teve um papel bastante significativo na difusão do ideário anticlerical-antifascista, compartilhado pelos seus editores e colaboradores, já que atuava como um importante instrumento de propaganda ideológica.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Uma carta que revela as mistificações integralistas. *A Plebe*. São Paulo, nova fase- ano III, n. 81, 02 de fev. 1935.

2.3 Os fascismos e o racismo na perspectiva libertária

O anarquismo, desde o seu surgimento, no século XIX, sempre foi um movimento revolucionário internacionalista, com o claro objetivo de abolir as fronteiras entre as diversas nações de todo o mundo. Assim, implantar uma nova organização social baseada na socialização dos meios da produção e de consumo, autonomia e organização política horizontal, na qual os diversos agentes sociais viriam a interferir de forma dinâmica nas diversas instâncias da vida em sociedade sem estarem submetidos a uma ordem hierárquica.

O projeto internacionalista dos anarquistas é algo que sempre foi sustentado tanto na teoria quanto na prática. O italiano Errico Malatesta, por exemplo, que foi um dos principais militantes e teóricos do anarquismo entre o fim do século XIX e início do XX, ao estabelecer o seu programa libertário, em seu livro *Escritos Revolucionários*, em um dos seus pontos deixou bem nítida a sua perspectiva internacionalista quanto à revolução social: “Guerra ao Patriotismo. Abolição das fronteiras, fraternidade entre todos os povos”. (MALATESTA, 2014, p. 06).

No Brasil, o movimento anarquista durante o início do século XX foi constituído por trabalhadores e intelectuais de diversas origens étnicas, como imigrantes italianos, portugueses e espanhóis, e também por brasileiros brancos, mestiços e negros. E justamente por agregar pessoas de traços étnicos tão distintos e por pertencer a um movimento internacionalista que visava a uma revolução social que atingisse todo o mundo, o anarquismo brasileiro também foi antirracista.

Ao contrário do anarquismo, os movimentos fascistas foram marcados pelo nacionalismo exacerbado e em muitos casos também pelo racismo. Em 1933, ocorreu a ascensão de Hitler ao cargo de chanceler na Alemanha, com o seu programa claramente arianista e antisemita. A partir desse momento, os jornais libertários passaram a se preocupar em debater a relação entre os movimentos fascistas com o racismo.

Logo após Hitler assumir o cargo de chanceler, em 30 de janeiro de 1933, o nazismo começou a pôr em prática o seu lado antisemita, promovendo inúmeros ataques a lojas que pertenciam a indivíduos de origem judia. Ainda em 1933, começaram os expurgos dos judeus de diversos cargos públicos, incluindo universidades e escolas, e a partir do mês de maio desse ano todos os serviços públicos passaram a ser restritos aos indivíduos que o governo considerava serem de origem ariana. (DE GRAND, 2005, p. 107-108).

Os anarquistas, ao saberem dessas perseguições, logo passaram a escrever vários artigos em seus jornais, protestando em solidariedade aos judeus que residiam em território alemão. A seguir, um trecho de um artigo do jornal *A Plebe*, relatando o que passava com os judeus na Alemanha, segundo a ótica libertária.

Os judeus ou israelitas, os eternos bodes expiatórios de todos os despotismos através das idades, já sentiram o peso das brutalidades hitleristas-fascistas: assaltados os seus estabelecimentos, boicotados os seus negócios, demitidos dos cargos, dos empregos, das escolas, dos tribunais e de todos os lugares que exerciam e que haviam conquistado pela viveza da sua inteligência, pela força do seu estudo e talento, encontram-se mais uma vez numa situação embaraçosa e intolerável, situação incompatível com as luzes do século, com o programa da filosofia e da ciência, com o respeito que se deve a todo o ser humano, nosso irmão de humanidade, situação violenta e imoral que levantou protestos da consciência universal e com os quais nos sentimos inteiramente solidários. (*A PLEBE*, 1933, p. 01) ⁵¹.

Ainda acerca da questão do antissemitismo na Alemanha nazista, o jornal *A Lanterna*, com o seu conteúdo quase todo voltado ao anticlericalismo, não deixou passar em branco as concordatas entre Hitler e o Vaticano em 1933, ressaltando a incoerência que era um regime com traços claramente antissemitas estar estabelecendo relações com a Igreja Católica, tendo em vista que Jesus Cristo, o maior ícone do catolicismo, era de origem judia ⁵². José Gavronski destacou por meio do jornal que na Alemanha ocorreram inúmeras discussões para se chegar a uma conclusão de qual seria a verdadeira raça de Cristo. E para estabelecer a concordância entre o nazismo e a Igreja chegou-se ao consenso de que ele fosse judeu apenas de corpo, mas não de espírito, entretanto: “o corpo de Jesus morreu na cruz e o Cristo que ressuscitou para a eternidade não pertencia a nenhuma raça”. (*GAVRONSKI*, 1934, p. 02) ⁵³.

Gavronski também ressaltou a inconsistência desta argumentação a respeito da “raça de Jesus”, demonstrando que a conclusão de que Jesus Cristo fosse judeu apenas de corpo, mas não de espírito, era uma mera explicação baseada no misticismo religioso da Igreja Católica, que não queria perder o nazismo como aliado.

⁵¹ Precavemo-nos contra o fascismo. *A Plebe*. São Paulo, ano II, nova fase - n.24, 13 mai. 1933.

⁵² Em 08 de julho de 1933, o regime nazista e o Vaticano assinaram uma concordata para regularizar as relações entre a Igreja e o Estado, que em linhas gerais decretou a permanência das instituições e organizações católicas, mas, por outro lado, também estabeleceu que a Igreja devesse abandonar a sua intervenção nas questões de ordem política. Ao permitir que a Igreja continuasse a existir em território alemão, o nazismo recebeu em troca o apoio católico ao regime e conseguiu angariar prestígio interno e externo.

⁵³ GAVRONSKI, José. A raça de Jesus. *A Lanterna*. São Paulo, ano XI, n. 379, 14 jun. 1934.

Primeiramente convém notar que numa questão de raça, de sangue, de matéria, busca o fato espírito como elemento de conciliação é manifesto de ignorância, senão a prova mais cabal do espírito mistificador que sempre revelou a ciência clerical criadora de dogmas.

Em segundo lugar, sendo apenas a metade do corpo de Jesus judeu, a que raça pertencia a outra metade! (raça espírito-santense).

E aí está para que serve essa teologia: fazer do simples, composto; confundir o que está claro e criar mistérios e aberrações. Em suma, mais um problema para desviar a atenção, de homens dos imediatos, verdadeiros e reais problemas da vida. (GAVRONSKI, 1934, p. 02)⁵⁴.

Como destaca o historiador Alcir Lenharo (1986, p. 73), o nazismo tinha a sua própria “filosofia da História”, segundo a qual a humanidade estava dividida em raças superiores e inferiores, e nas disputas pelas suas próprias sobrevivências, as primeiras tenderiam sempre a sair vitoriosas. Dessa maneira, na lógica nazista, o povo alemão pertencia à raça ariana pura, que justamente pela sua posição de superioridade perante as demais estaria destinada historicamente a ser dominante.

Em alguns artigos de seus jornais, os anarquistas buscaram criticar o discurso arianista pregado pelos nazistas, demonstrando que falar de uma raça humana pura era algo impossível, pois ao longo da história as diversas populações humanas se entrecruzavam. Martins Garcia, no artigo *O Hitlerismo*, publicado em *A Plebe*, salientou que a pureza racial alemã era uma mera superstição, impossível de se comprovar na prática.

O ressurgimento da primitiva raça germânica, com todas as suas fábulas e superstições, não é tarefa fácil de concretizar-se, porquanto os povos modernos, todos, com maior ou menor intensidade, estão saturados de cruzamentos. Hoje em dia, nos países “civilizados” não há pureza racial, isto é, grupos étnicos que descendam de uma única árvore genealógica. Mesmo a raça germânica que habitava as margens do Reno e do Danúbio sofreu a influência do cruzamento quando invadiram o território do Império Romano. Até muitos prejuízos espirituais perderam os germanos quando se converteram ao cristianismo. (GARCIA, 1934, p. 02)⁵⁵.

Na mesma linha de interpretação de Martins Garcia, o jornal *A Plebe*, no artigo *A Hidra Fascista- Nazista quer engolir e devorar-nos com suas numerosas fauces hiantes*, também procurou combater o discurso arianista dos nazistas, ao destacar que não existem raças humanas puras e muito menos raças superiores e inferiores, e o que distingue as populações humanas de fato são apenas peculiaridades vinculadas a questões de ordem geográfica e cultural, e não de ordem racial.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ GARCIA, Martins. *O Hitlerismo*. *A Plebe*, São Paulo, ano III, nova fase – n. 67, 21 jul. 1933.

De resto é uma questão ociosa e infantil querer afirmar a pureza de qualquer raça. A humanidade, através de milênios, tem-se deslocado, chocado, emigrado, guerreado continuamente. Nenhuma se tem conservado fechada, isolada, emparedada e sempre no mesmo habitat.

Todas sem exceção se tem aliado para as guerras, para empreender emigrações, e invasões e todas tem sido alternadamente vencedoras e vencidas.

Pois bastava o caso duma raça, duma nação, duma tribo ser vencida para logo ser reduzida á escravidão e para que o elemento feminino, todas as moças e mulheres serem pasto lauto e regalado dos instintos lúbricos dos vencedores que as conservavam como máquinas de trabalho e filhos.

Vê-se, portanto que essa pureza de raça é pura lenda, é conto para enganar as crianças vaidosas que pensam serem duma fibra melhor, duma estirpe mais distinta do que as outras suas companheiras.

Todos os homens se equivalem. O que os distingue são peculiaridades inerentes ás condições topográficas e geográficas das regiões onde nasceram, se criaram e se desenvolveram, provenientes dum clima mais ou menos brando ou agreste, do alimento preponderante, da religião que seguem, da língua que falam. Fora disto é tudo peta e mentira, é tudo pauterio e fantasia, engano e embusteirice (A *PLEBE*, 1933, p.04)⁵⁶.

O nazismo foi o primeiro regime fascista que adotou medidas políticas claramente racistas, tendo em vista que o fascismo italiano só passou a adotar leis raciais ao findar dos anos 1930, primeiramente em 1937, após a conquista da Etiópia, quando passaram a aplicar uma legislação racial sobre os povos subjugados que habitavam este espaço da África Oriental. E depois em 1938, quando o racismo oficial tomou corpo dentro do território italiano e foram aplicadas diversas leis de caráter antisemita que impediam os judeus a terem acesso à universidade, à cidadania e aos cargos públicos, assim como em alguns anos anteriores havia acontecido na Alemanha nazista. Vale também destacar que em 1938 foi lançado o *Manifesto dos Cientistas Raciais*, documento oficial do regime fascista que estabeleceu a existência de uma raça ariana italiana pura, “à qual os judeus não pertenciam, porque os tipos raciais eram biologicamente determinados”. (DE GRAND, 2005, p. 113).

Mas mesmo os jornais analisados só terem a Alemanha como referência de governo fascista claramente racista, tendo em vista que deixaram de circular em 1935, ou seja, em um momento anterior a aplicação das leis raciais na Itália, os anarquistas já tendiam a identificar nos governos fascistas uma forte tendência ao racismo por causa da experiência alemã, e procuraram demonstrar a inaplicabilidade desse tipo de regime ao Brasil, tendo em vista que para os anarquistas daquela época o país era marcado pela valorização da diversidade étnica,

⁵⁶ A hidra fascista-nazista quer engulir-nos e devorar-nos com suas numerosas fauces hiantes. *A Plebe*. São Paulo, ano II, nova fase - n.31, 1 jul. 1933.

religiosa e cultural ⁵⁷. O jornal *A Plebe*, por exemplo, no artigo *Precavemo-nos contra o fascismo*, ressaltou que o fascismo era uma ideologia “exótica” que nunca daria certo no Brasil, historicamente marcado pela tolerância e pelo respeito mútuo, no qual o preconceito racial e religioso jamais vigorou.

E há gente no Brasil, terra clássica da tolerância e do respeito mútuo, onde não há o preconceito de raça nem a intolerância religiosa, onde indivíduos de cores e de raças e de línguas e religiões diferentes se acotovelam a toda hora, respeitando-se, relacionando-se, familiarizando-se, tendo negócios e interesses recíprocos sem choques nem rivalidades regionais ou nacionais, há gente no Brasil, dizemos, há brasileiros instruídos que preconizam para o Brasil o regime fascista, essa beleza de hortaliça, cujos frutos todos estão apreciando lendo nos jornais o relato daquilo que a censura telegráfica para cá deixa mandar.

O Brasil fascista? Mas seria o pior dos exotismos, o maior dos contrassensos, a mais piramidal das aberrações, o mais funestos dos males!!! (A *PLEBE*, 1933, p. 01) ⁵⁸.

Em outro artigo, *A Plebe*, após relatar novamente que o fascismo era uma “planta exótica” que nunca se aplicaria ao Brasil, justamente por causa da heterogeneidade cultural e étnica que marca o país, também procurou precaver a população afro-brasileira de que o nazismo e o fascismo consideravam-na pertencente a uma raça inferior, e que, justamente por isso, os negros jamais deveriam entrar para qualquer organização de cunho fascista.

Quem mais contribuiu para o progresso, para a civilização brasileira foi a raça africana, foram os nossos irmãos de cor, arrancados às suas florestas e aqui arrastados aos grilhões dum cativo abominável, mas que acabaram por conquistar a sua alforria, o seu lugar ao sol e que hoje tem os mesmos direitos e deveres dos outros cidadãos.

Mas o fascismo e o nazismo, irmãos gêmeos na truculência, no barbarismo e na ferocidade, consideram todas as populações da América do Sul populações inferiores precisamente por lhes correr nas veias muito sangue africano. Nestas condições, os nossos irmãos de cor não devem, não podem aderir ao fascismo que os considera seres inferiores, bons sós para exercerem violências que guindem às eminências do poder, do negregado fascismo. (A *PLEBE*, 1933, p.04) ⁵⁹.

⁵⁷ Como demonstra Lilia Moritz Schwarcz (2012), por mais que o mito da “democracia racial” no Brasil exista desde a década de 1930, em obras como *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, e tenha sido fortificado em muitos momentos por meio de outras análises acadêmicas e também pelo senso comum, o racismo sempre se manifestou no cotidiano da população brasileira, mesmo após a Lei Áurea de 1888. Seja por meio da desvalorização do negro no mercado de trabalho, atos discriminatórios, etc. Entretanto, no início do século passado os anarquistas não tinham essa percepção acerca do racismo existente no país e acreditavam que no Brasil não existia discriminação racial por causa da diversidade étnica existente em todo o território nacional.

⁵⁸ Precavemo-nos contra o fascismo. *A Plebe*. São Paulo, ano II, nova fase - n.24, 13 mai. 1933.

⁵⁹ A hidra fascista-nazista quer engulir-nos e devorar-nos com suas numerosas fauces hiantes. *A Plebe*. São Paulo, ano II, nova fase - n.31, 1 jul. 1933.

No Brasil, o integralismo manteve uma relação com as questões de ordem racial bastante distinta dos movimentos fascistas europeus, pois não pautava a existência de raças superiores e inferiores, e admitia de forma positiva a mestiçagem entre negros, índios e portugueses que ocorria desde o período colonial, o que teria inclusive colaborado de forma benéfica para a própria formação peculiar da população e da cultura nacional. (SENTINELO, 2013, p.86)

Ainda com relação à questão racial e o integralismo, há de se destacar que em alguns intelectuais do movimento, como Gustavo Barroso, era possível encontrar um forte discurso antisemita. Entretanto, apesar do forte conteúdo crítico ao judaísmo, mesmos os textos de Barroso não podem ser classificados como claramente racistas ou de intolerância religiosa, pois eram mais direcionados a atacar o “espírito materialista judeu” relacionado ao capitalismo financeiro internacional e ao comunismo, mas não ao judaísmo como raça ou religião. (BERTONHA, 2014, p.79).

Dessa forma, não encontramos na imprensa anarquista nenhum texto atacando diretamente o integralismo como um movimento racista. O que talvez se explique justamente por causa dessa relação peculiar que o integralismo manteve com as questões raciais, se comparado a outros movimentos fascistas e também porque entre seus militantes não estavam presentes somente homens brancos, mas também pessoas de origem africana e indígena.

Mas se por um lado não há um ataque direto ao integralismo como um movimento racista, por outro, em alguns momentos os jornais libertários buscaram precaver a população afro-brasileira a não entrar para a AIB, e também se posicionaram de forma bastante crítica em relação à presença de militantes e ex-militantes da Frente Negra Brasileira (FNB) no movimento integralista. Tendo em vista que, para os anarquistas, os fascismos tinham uma forte tendência ao racismo e só queriam os negros para serem manipulados, a fim de que exercessem as violências necessárias para a conquista do poder.

A FNB era um movimento de extrema direita de exclusividade negra que existiu na década de 1930, voltado a lutar pelos interesses da população afro-brasileira. Em muitos de seus aspectos se assemelhava aos movimentos fascistas, como a forte presença de elementos da classe média, a defesa do antiliberalismo e do anticomunismo, a presença de um líder carismático, a mobilização das massas, além dos seus militantes admirarem Mussolini e Hitler como grandes líderes. Entretanto, a FNB se afastava dos fascismos por defender a monarquia como regime político ideal (BERTONHA, 2014).

Como já apresentado, a FNB possuía vários pontos de proximidade com os movimentos fascistas e justamente por isso também com o integralismo; o lema da AIB era

“Deus, Pátria e Família”, enquanto que o da FNB era: “Deus, Pátria, Raça e Família”. Apesar de existirem algumas diferenças pontuais entre os dois movimentos, o certo é que devido às diversas convergências ideológicas muitos militantes e ex-militantes da FNB também procuraram militar nas fileiras da AIB.

Os anarquistas, ao perceberem a presença de elementos fretenegrinos e ex-fretenegrinos compondo as fileiras do movimento integralista, logo passaram a atacar a FNB como uma organização criada pelas lideranças da AIB com intuito de influenciar os afro-brasileiros a entrarem no movimento. Desse modo, o jornal *A Plebe* chamou a atenção dos “trabalhadores de cor” para que não entrassem nas organizações integralistas e fretenegrinas, para assim evitarem serem manipulados pelos mentores da AIB, que só os queriam para que exercessem os atos violentos que o integralismo necessitava para conquistar o poder.

A arregimentação dos homens de cor em milícias militares, preconizados e propagada pela FNB, constitui uma gravíssima ameaça para todos os cidadãos que prezam suas liberdades.

Vemos na formação dessa milícia uma torpe manobra dos chefes do integralismo, dos mentores do fascismo paulistano que maquiavelicamente estão a explorar a simplicidade e a ignorância dos negros para deles se servirem como capangas, como facínoras nas empreitadas do crime que sonham trilhar para galgarem as culminâncias do poder.

Não. Os trabalhadores de cor, que sofrem e trabalham como os brancos e como estes são explorados pelo capital e pelo Estado não devem deixar-se enganar pelos jesuítas encasacados, nem se prestarem, esperamos, às torpezas de servirem de algozes, de espancadores, de eliminadores de seres humanos e de incendiários de que o fascismo brasileiro precisar como precisarem os de todo o mundo para triunfar.

Irmãos de cor, trabalhadores explorados, não vos deixeis cair na armadilha que vos preparam. Não vos presteis ao infame papel que vos querem fazer representar: o de Capitães do Mato contra os trabalhadores revolucionários, como havia no tempo da nefanda escravidão para reprimir e conduzir as senzalas das fazendas os vossos irmãos de cor, que fugiam ao negro cativo. (*A PLEBE*, 1933, p.03)⁶⁰.

Como demonstrado, os anarquistas estiveram intensamente preocupados com o racismo oficial que estava tomando corpo na Alemanha a partir da ascensão do nazismo ao poder. Dessa forma, por meio dos seus jornais, os libertários, ao analisarem o discurso arianista pregado pelos nazistas e a perseguição aos judeus em território alemão, também passaram a identificar nos regimes fascistas uma forte tendência racista. Assim começaram a propagar a ideia de que o fascismo era inaplicável ao Brasil, pois de acordo com as suas perspectivas no país não havia discriminação racial e a sua própria constituição histórica era

⁶⁰ Uma manobra perigosa. *A Plebe*. São Paulo, ano II, nova fase - n.27, 3 jun. 1933.

baseada na valorização da diversidade étnica, religiosa e cultural, o que fazia do fascismo uma “planta exótica” incapaz de germinar em território nacional.

Já com relação ao integralismo, não encontramos nenhum artigo na imprensa libertária atacando-o diretamente como um movimento racista, o que se deve principalmente às relações mais brandas que a AIB manteve com as questões de ordem racial se comparadas com outros movimentos fascistas. Mas mesmo não ocorrendo esse ataque direto, os anarquistas se incomodaram com a presença de pessoas negras na AIB e buscaram influenciar os “trabalhadores de cor” a não entrarem para o movimento integralista e nem para a FNB, pautando inclusive que essa última organização tivesse sido criada pelos líderes integralistas com o intuito de manipular os afro-brasileiros para entrar no movimento.

Com base no exposto, podemos destacar que o presente capítulo teve a finalidade de compreender o ideário antifascista dos militantes anarquistas de São Paulo, demonstrando a importância que os jornais *A Plebe* e *A Lanterna* tiveram na difusão das ideias antifascistas compartilhadas por seus editores e colaboradores, já que foram publicados vários textos em suas páginas direcionados a explicar como compreendiam o fenômeno do fascismo e também a influenciar na formação política dos seus leitores para que se opusessem a todos os governos e movimentos de base ideológica fascista.

Entretanto, a luta antifascista dos anarquistas não aconteceu somente por meio da divulgação de textos críticos aos fascismos por meio de seus jornais, mas também pela participação em reuniões, conferências, debates e atos públicos de combate ao integralismo. Dessa forma, o próximo capítulo será voltado a analisar quais foram as atividades de militância antifascista articuladas pelos anarquistas e também o debate que se estabeleceu acerca da participação nas organizações que buscaram lutar contra o fascismo, existentes no Brasil da década de 1930.

CAPÍTULO 3 OS ANARQUISTAS E A LUTA ANTIFASCISTA EM SÃO PAULO

Passando do plano ideológico para o prático, o presente capítulo tem como objetivo analisar em linhas gerais a atuação antifascista dos anarquistas de São Paulo entre os anos de 1932 e 1935, período em que o antifascismo no Brasil deixou de ser mais relacionado às esquerdas italianas residentes em território nacional e se tornou algo que veio a interligar os mais diversos grupos da esquerda brasileira, como comunistas, socialistas e anarquistas, na luta contra o movimento integralista. Mas, a princípio, é necessário apresentar um breve levantamento acerca do antifascismo anarquista em diversas partes do mundo entre as décadas de 1920 e 1930, a fim de que se possa compreender melhor o posicionamento dos libertários perante esse contexto histórico de expansão e fortalecimento dos movimentos políticos de extrema direita.

Entre as décadas de 1920 e 1930, os anarquistas enfrentaram a ascensão de movimentos e regimes fascistas em diversos países que historicamente tiveram uma tradição libertária nos seus movimentos operários, tanto na Europa quanto na América. Dessa forma, os anarquistas foram um dos grupos de esquerda que mais se preocupou em participar ativamente da militância antifascista.

Na Alemanha, os anarcossindicalistas entre 1921 e 1935 possuíam uma importante central sindical que se chamava *Freie Arbeiter Union Deutschland* (FAUD), com 120 mil filiados no início das suas atividades em 1921, sendo que esse número aumentou para cerca de 200 mil nos anos subsequentes. Mas esse número caiu para cerca de 9.000 filiados em 1933, no contexto repressivo marcado pela ascensão de Hitler ao cargo de chanceler na Alemanha. (DE JONG, 2004, p.280).

Com a ascensão do nazismo ao poder, as organizações operárias vinculadas à FAUD foram duramente reprimidas e vários dos seus militantes tiveram que emigrar para não serem presos; muitos dos que não fugiram acabaram mandados para campos de concentração, nos quais foram assassinados ou padeceram devido à falta de alimentos. (WOODCOCK, 2008, p. 218).

Em território alemão, mais precisamente em Berlim, também se encontrava a sede da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), que congregava diversas organizações operárias de tendências anarquistas e sindicalistas revolucionárias do mundo inteiro ⁶¹. A AIT,

⁶¹ A AIT de Berlim surgiu em 1922 como um importante instrumento de contato entre os anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionários da Europa e da América e também como uma alternativa Internacional Comunista,

desde a década de 1920, vinha discutindo com as suas organizações filiadas à luta antifascista, e em 1935 se opôs ferrenhamente aos nazistas e ao rearmamento da Alemanha. Todavia, com a repressão intensificada pelos nazistas contra os grupos de esquerda, o secretariado da AIT acabou por se transferir para Amsterdã, na Holanda, a fim de evitar o fim da organização. (DE JONG, 2004).

Já na Itália, havia a federação sindicalista revolucionária, *Unione Sindacale Italiana* (USI), que era filiada à AIT de Berlim e em muitos dos seus sindicatos existia uma significativa presença anarquista. (ANTONIOLI, 2004, p. 202). Mas com a ascensão de Mussolini ao poder, as organizações anarquistas e sindicalistas foram proibidas e reprimidas; muitos dos militantes vinculados à USI fugiram para o exterior ou acabaram presos, e o jornal anarquista italiano mais importante, o *Humanità Nova*, teve a sua sede de publicação destruída pelos fascistas.

No ano de 1924, a USI, sustentada principalmente por alguns grupos anarquistas, tenta retomar as suas atividades, publicando o jornal *Rassegna sindacale*. Entretanto, a USI não conseguiu se reestruturar devido à intensa repressão e à proibição das organizações operárias independentes, existindo apenas alguns grupos clandestinos entre os anos de 1924 e 1927. (ANTONIOLI, 2004).

Na Espanha, ocorreu a luta antifascista mais importante, na qual os anarquistas tiveram participação. Logo no início da Guerra Civil Espanhola, os anarcossindicalistas vinculados à organização operária *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT) passaram a formar milícias para apoiar os republicanos na luta contra o exército do General Franco, enquanto que os outros grupos de esquerda ainda pensavam no que fazer perante a ameaça de um golpe de extrema direita⁶².

O triunfo dos anarquistas e das forças republicanas durante os primeiros meses da guerra civil fez com que muitos militantes de forma espontânea deixassem um pouco de lado o conflito bélico para buscarem estabelecer novas experiências sociais, dando início a um amplo processo revolucionário em diversas regiões da Espanha. Dessa forma, em várias cidades as fábricas passaram a ser geridas pelos próprios operários, e nos campos muitos trabalhadores rurais passaram a dividir ou coletivizar as terras, e em diversos casos chegaram até mesmo a constituírem comunidades libertárias. (MINTZ, 2008).

sendo a resposta mais consistente do sindicalismo revolucionário e libertário ao bolchevismo. (DE JONG, 2004; WOODCOCK, 2008).

⁶² A CNT também era vinculada à AIT de Berlim.

Contudo, os anarquistas com o tempo ficaram esgotados com o conflito bélico, pois não contavam com armamentos suficientes e nem possuíam uma educação militar que permitisse levar adiante um longo período de guerra. Destarte, aos poucos o processo revolucionário foi sendo abortado; primeiramente as fábricas autogeridas passaram para as mãos do governo e depois as coletividades agrícolas foram destruídas pelos ataques contrarrevolucionários do Partido Comunista, que acreditava que aquele não era o momento propício para uma profunda transformação social. Tudo isso aconteceu sem que ocorresse uma ampla resistência anarquista, até mesmo quando o exército do General Franco, em janeiro de 1939, adentrou Barcelona, que era conhecida internacionalmente como o baluarte do anarquismo espanhol. (WOODCOCK, 2008, p.141).

Já no Continente Americano, foram diversos os imigrantes anarquistas italianos que buscaram reconstruir a luta antifascista fora da Itália, assim como outros grupos de esquerda. (BERTONHA, 2012). Ao fugirem em direção à América, muitos anarquistas preferiram se deslocar para os Estados Unidos e Argentina, países que há muitos anos já vinham recebendo de forma maciça os imigrantes italianos.

Os militantes libertários foram minoritários nos movimentos antifascistas italianos no exílio, mas em muitos momentos tiveram maiores propensões do que outros grupos de esquerda para a prática da ação direta na luta contra o fascismo, incluindo-se a utilização da violência física. (BERTONHA, 2012, p.272).

No Brasil, desde 1919 há registros de alguns jornais vinculados à colônia italiana, que publicavam artigos críticos ao fascismo, como o periódico anarquista *Alba Rossa*. (BERTONHA, 2008, p. 187). Entretanto, como demonstram os estudos do historiador João Fábio Bertonha (1999), no antifascismo italiano em território brasileiro predominaram os socialistas, e os anarquistas não conseguiram formar grupos autônomos para dar combate ao fascismo. Essa situação pode ser explicada por dois fatores principais: primeiramente, porque durante a década de 1920, período em que o antifascismo italiano ganhou fôlego, os anarquistas e comunistas estavam sendo alvos de dura repressão, sobretudo durante o governo de Artur Bernardes. Em segundo lugar, porque foram poucos os anarquistas italianos que ao fugirem do fascismo buscaram se refugiar em território brasileiro.

Mas mesmo não formando organizações autônomas nos anos 1920, anarquistas como Orestí Ristori, Angelo Bandoni, Nino Daniele e Alessandro Cerchiai atuaram em conjunto com outros antifascistas; como no principal jornal antifascista vinculado à colônia italiana radicada no Brasil, o *La Difesa*, quando passou a ser dirigido pelo socialista Francesco Frola,

que era mais aberto ao contato com outros grupos de esquerda do que o diretor anterior do jornal, o socialista moderado Antonio Piccarolo. (BERTONHA, 2008, p. 190).

Em território brasileiro, foi somente na década de 1930 que os anarquistas não vinculados à comunidade italiana começaram a dar relevância à luta antifascista, principalmente por causa da ascensão do nazismo ao poder na Alemanha, que fez com que o movimento operário de diversas partes do mundo tornasse a luta antifascista algo prioritário e também porque em 1932 surgiu o movimento integralista.

3.1 Os libertários e a luta antifascista em São Paulo

Recorrendo-se ao noticiário dos diários, folheando-se as coleções da imprensa libertária, ter-se-á conhecimento dos esforços que os anarquistas vêm desenvolvendo, ininterruptamente, na campanha antifascista. Nessa luta continuam empenhados os anarquistas, denunciando e combatendo em todas as manifestações de caráter antifascista.

Quando constituía perigo, quando era crime combater o fascismo, os libertários jamais interromperam a campanha contra esse elemento liberticida, aqui representado pelo integralismo, que tem nos anarquistas o seu maior e decidido inimigo. Ano após ano, a luta antifascista vem sendo sustentada por todos os meios, pelo movimento libertário, sempre vigilante à frente da agitação, como promotor ou participante.

Na crônica da luta antifascista no Brasil figuram os anarquistas em lugar de destaque com sua atividade em conferência, manifestações e comícios nem sempre pacíficos, bem como através de todos os meios de publicação. (LEUENROTH, 2007, p.106).

A citação acima foi extraída do artigo *A luta antifascista*, escrito por Edgard Leuenroth, publicado primeiramente em 1947, no jornal *A Plebe*, e republicado em 1963 no seu livro *Anarquismo: um roteiro de libertação social*. Por meio da citação, pode-se afiançar que Leuenroth considerava muito relevante a atuação dos anarquistas nas lutas antifascistas brasileiras, principalmente as que ocorreram na década de 1930, momento histórico marcado pelo advento dos movimentos fascistas em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, com o surgimento do integralismo.

Nos jornais analisados, as primeiras atividades antifascistas noticiadas em que os anarquistas tomaram parte datam de 1932. No geral, foram reuniões promovidas por grupos anarquistas ou socialistas, quase sempre em memória de Giacomo Matteotti ou de Errico

Malatesta, que foram destacadas personalidades do antifascismo italiano ⁶³. No dia 19 de dezembro de 1932, por exemplo, o jornal *A Plebe* divulgou a seguinte nota referente a uma reunião realizada por um grupo socialista italiano em memória de Matteotti e em prol da sua esposa e dos seus filhos, que estavam sendo impedidos de sair da Itália, na qual Edgard Leuenroth e Maria Lacerda de Moura estiveram presentes como oradores:

Aberta a sessão e após algumas palavras de introdução de Francesco Frola, tomou a palavra D. Maria de Lacerda que leu longo e substancioso trabalho, estudando as origens morais e literárias do fascismo, que ela filia á literatura de Danunzio, e denunciando todos os crimes, delitos, fraudes e mentiras da cambada que desgoverna e infelicita a Itália e que pretende espalhar-se pelo mundo.

Depois do camarada Edgard também falar para esclarecer certos pontos e prevenir os trabalhadores dos manejos aqui verificados para instituir o fascismo entre nós e para que todos fiquem alerta contra o inimigo comum, e de outras explicações do amigo Frola, encerrou-se a sessão, ao que se seguiu a assinatura dos presentes em listas especiais para depois serem enviadas para Londres, ao Comitê Internacional Feminino que se constitui com o fim de arrancar aquelas vítimas á sanha do fascismo, mediante um movimento de protesto universal. (*A PLEBE*, 1932, p. 03) ⁶⁴.

No entanto, os anarquistas só começaram a se preocupar de fato com a luta antifascista a partir de 1933, período marcado pela primeira marcha integralista realizada em São Paulo e também pelo surgimento da Frente Única Antifascista (FUA), que foi uma organização criada pela iniciativa da Liga Comunista (LC), mas que contou com a adesão de várias organizações de esquerda.

Durante o mês de junho de 1933, os anarquistas passaram a veicular, por meio dos seus periódicos uma série de notícias acerca da organização antifascista que começava a ganhar fôlego em São Paulo. Uma das primeiras iniciativas de alguns libertários foi a criação de um Comitê Antifascista, que passou a publicar uma série de manifestos na imprensa anarquista e também promoveu algumas reuniões. Segundo o escrivão da polícia Joaquim Marcondes de Campos, o Comitê Antifascista, tendo à sua frente os anarquistas de São Paulo, foi criado no dia 22 de junho de 1933, por meio de uma assembleia no Salão Celso Garcia,

⁶³Giacomo Matteotti foi um importante deputado, antifascista e socialista italiano. Em 1924, Matteotti, sustentado por meio de várias provas, denunciou na Câmara dos Deputados uma série de crimes que foram cometidos pelos fascistas e pouco tempo depois foi sequestrado e morto por pessoas próximas a Mussolini. Já Errico Malatesta foi um importante teórico e militante anarquista de renome internacional. Malatesta também era reconhecido por atacar o fascismo por meio dos jornais que redigiu, como o *Pensiero e Volontá*, que teve a sua sala de redação destruída pelos fascistas em 1924. Em julho de 1933 Malatesta veio a falecer vítima de ataques brônquio-pulmonares.

⁶⁴ Pela viúva e os filhos de Matteotti. *A Plebe*. São Paulo, 19 nov. 1932, n 1, ano: I, p. 03.

que contou com Edgard Leuenroth e José Oiticica como principais oradores ⁶⁵. No entanto, ao que parece, esse comitê não sobreviveu por muito tempo, permanecendo ativo somente por alguns meses.

As primeiras atividades antifascistas que os anarquistas realizaram em 1933 eram voltadas à propaganda dos perigos que os movimentos fascistas representavam para a humanidade e, conseqüentemente, as formas de combatê-los. Essas atividades eram geralmente dirigidas por figuras ilustres do movimento anarquista brasileiro, como Edgard Leuenroth, Gusmão Soler, Florentino de Carvalho e José Oiticica; este último vinha diretamente do Rio de Janeiro para dar inúmeras conferências em São Paulo.

O Centro de Cultura Social, que era o principal local de sociabilização anarquista nos anos 1930, promoveu vários comícios e conferências antifascistas, como é possível constatar no seguinte anúncio publicado em *A Plebe*:

Promovido por este Centro Cultural, amanhã, domingo, às 20 horas, o camarada G. Soler, fará uma conferência sobre o tema – O FASCISMO E SUAS MANIFESTAÇÕES.

Todos os antifascistas, todos os estudiosos da questão social e em suas várias manifestações, ficam convidados a comparecer. (*A PLEBE*, 1933, p. 04) ⁶⁶.

Os anarquistas em algumas ocasiões foram convidados pelos “trotskistas” a participar de reuniões com outros grupos de esquerda, para buscarem estabelecer uma ação conjunta na luta antifascista; mas acabaram por se opor a qualquer possibilidade de atuarem de forma regular na Frente Única Antifascista.

O surgimento das frentes únicas está intrinsecamente relacionado à Internacional Comunista, também conhecida como *Comintern*. Os bolcheviques acreditavam que após tomarem o poder na Rússia, seria questão de pouco tempo para que se iniciasse uma revolução socialista no âmbito mundial. Mas no início da década de 1920, quando começou a ficar claro que o momento para a construção de um novo mundo baseado no socialismo ainda não havia chegado, o *Comintern* elaborou a estratégia de frente única dos trabalhadores, que era caracterizada pela cooperação dos partidos comunistas com os outros grupos de esquerda, procurando alcançar objetivos econômicos e políticos imediatos para a classe trabalhadora e também a influenciar os militantes de outras correntes a aderirem ao comunismo. (HÁJEK, 1988, p.191-193).

⁶⁵ Relatório Reservado de Joaquim Marcondes de Campos do Gabinete de Investigações. Prontuário N. 122, Edgard Leuenroth. São Paulo, 23 jun. 1933. DEOPS/SP-DAESP.

⁶⁶ Conferência pública. *A Plebe*. São Paulo, n. 29, 17 jun. 1934.

Entretanto, em 1929, o X Plano do Comitê Executivo do Comintern elaborou a tese do “terceiro período”, que consistia em declarar que o sistema capitalista estava passando por uma grave crise e como consequência estava levando a um acirramento da luta de classes que acabaria por desencadear uma guerra imperialista. (CASTRO, 2007, p. 431) ⁶⁷. Desse modo, o movimento operário deveria lutar para que essa guerra imperialista não se voltasse contra a URSS, mas se transformasse em uma guerra civil revolucionária. Portanto, como esse era um momento histórico de ascendência revolucionária, a frente única com a socialdemocracia deveria ser evitada. Esta inclusive passou a ser rotulada de “social-fascismo” pelo *Comintern*, pois seria igual ao fascismo em sua capacidade de iludir os trabalhadores na manutenção da ordem capitalista. (CASTRO, 2007).

Assim, entre 1929 e 1934 as frentes únicas se não foram completamente abandonadas pelos partidos comunistas ligados ao *Comintern*, só eram aceitas quando articuladas “pela base”, ou seja, sem o contato direto com os partidos socialdemocratas, e eram voltadas principalmente para demonstrar aos militantes socialdemocratas a natureza “social-fascista” dos seus partidos.

Em contraposição ao *Comintern*, os comunistas vinculados á Oposição de Esquerda, cujo principal líder e teórico era Leon Trotsky, desde o findar da década de 1920 já estavam propondo a frente única de todos partidos e organizações de esquerda como uma forma de combater o fascismo, reconhecendo que mesmo a socialdemocracia, sendo conservadora e preocupada em manter a estrutura democrática e parlamentar, compará-la ao fascismo sob o rótulo de “social-fascismo” era uma grande incongruência teórica. (CASTRO, 2007, p. 432-433). Trotsky defendia que apesar do fascismo e da socialdemocracia serem movimentos políticos burgueses, ao não buscarem uma ruptura completa com a sociedade capitalista por meio de uma revolução socialista, ambos possuíam divergências fundamentais, que faziam o termo “social-fascismo” não ter sentido algum.

A social-democracia que, hoje, é o representante principal do regime parlamentar burguês, apoia-se nos operários. O fascismo, porém, apoia-se na pequena burguesia. A socialdemocracia não pode ter influência, sem as organizações operárias de massa. O fascismo, porém, não pode consolidar o seu poder de outra forma senão destruindo as organizações operárias. A arena principal da social-democracia é o parlamento. O sistema do fascismo é baseado na destruição do parlamentarismo. (TROTSKY, 1979, p.150).

⁶⁷ O “primeiro período” compreenderia o período da Primeira Guerra Mundial, “a Revolução Russa e as insurreições derrotadas do imediato pós-guerra (Alemanha etc.) e o “segundo período” incluiria a NEP, na Rússia, e o refluxo revolucionário dos anos 1920”. (CASTRO, 2007, p.448).

Desse modo, havia no movimento comunista internacional do início da década de 1930 duas tendências que buscavam interpretar e debater o conceito de frente única: os “stalinistas”, vinculados ao *Comintern* de um lado, e, do outro, os “trotskistas” e a Oposição de Esquerda. (CASTRO, 2007, p. 432). Esse debate durou até 1935, quando o *Comintern* veio a estabelecer, por meio do VII Congresso da Internacional Comunista, a política de “frentes populares”, que, diferentemente das “frentes únicas”, eram voltadas não somente à ação conjunta com as esquerdas, mas também com os partidos progressistas vinculados aos camponeses e à “pequena-burguesia”. As “frentes populares” foram uma importante virada tática em meio a um contexto histórico internacional bastante agitado, no qual o fascismo estava ganhando força, e os perigos de uma nova guerra mundial estavam se tornando cada vez mais evidentes. O que fez com que o *Comintern* viesse a tomar um posicionamento menos sectário e assim passar a observar nos partidos progressistas e na socialdemocracia os mais significativos aliados, sobretudo na luta antifascista. (DASSÚ, 1988, p. 324).

De acordo com o historiador Carlo Romani (2014, p.99), um dos primeiros passos para a criação de uma frente única de luta contra o fascismo em São Paulo foi a criação do Comitê Antiguerrero, no mês de março de 1933, por meio de uma reunião no salão Lega Lombarda, promovida pela iniciativa do antifascista italiano Francesco Frola, e que contou com a adesão de militantes socialistas e comunistas. No entanto, mesmo aparecendo como uma das primeiras organizações em que poderia haver a convergência das esquerdas antifascistas, o comando do Comitê Antiguerrero acabou caindo em mãos do PCB, que o colocou acima de seus interesses políticos em um período em que o partido estava sendo influenciado pelas teses sectárias do “terceiro período”.

O Comitê Antiguerrero, sendo hegemônico pelo PCB, pretendia liderar os militantes de esquerda na luta contra a guerra imperialista, que surgiria em decorrência da crise estrutural do capitalismo e para que essa guerra não viesse a atingir a URSS, mas se transformasse em uma guerra civil revolucionária; também tinha como objetivo combater a reação da direita contra as forças progressistas e de forma subsidiária participar da luta antifascista. (CASTRO, 2007, p. 436).

Apesar de se encontrarem dados no prontuário do DEOPS/SP de Edgard Leuenroth, demonstrando que participou em três de novembro de 1933 como orador de uma reunião promovida pelo Comitê Antiguerrero, e que conseguiu inclusive conter os ânimos dos “stalinistas” e “trotskistas” que partiram para a violência física durante esse encontro, a

posição dos anarquistas e também da FOSP com relação a essa organização era de clara oposição ⁶⁸.

Em um artigo publicado em 16 de dezembro de 1933, no jornal *A Plebe*, Pedro Catalo relatou que os comunistas haviam proposto à FOSP que participasse do Comitê Antiguerreiro, mas essa organização resolveu nem levar em consideração o presente pedido. (CATALO, 1933, p. 2) ⁶⁹. Nesse mesmo artigo, Catalo também procurou deixar bem claro que os anarquistas e a FOSP, diferentemente dos comunistas que integravam o Comitê Antiguerreiro, nunca estariam dispostos a lutar em defesa da União Soviética.

Ôra, senhores anti-guerreiros: Si se trata de defender o proletariado russo, estamos de acordo; por isso é que somos contra o govêrno da Rússia, que é o Partido Comunista, que obriga os operários dali a produzirem extraordinariamente excessivo do Plano Quinquenal, enquanto protege a exploração dos "Kulaks", fazendeiros que vivem á custa do suor dos infelizes camponeses, e garante, também, os "nepman", que são burgueses exploradores iguais os que nos exploram aqui. (CATALO, 1933, p. 2) ⁷⁰.

Em contraposição ao Comitê Antiguerreiro, os anarquistas estabeleceram um contato maior com a Frente Única Antifascista (FUA), que surgiu devido aos esforços dos militantes ligados à Liga Comunista (LC), que, influenciados por Leon Trotsky, buscaram desde o início do ano de 1933 criarem uma frente de luta contra o fascismo, agregando todas as esquerdas de São Paulo. Como demonstra Ricardo Figueiredo de Castro (2007, p. 433-434), durante os primeiros meses de 1933 ocorreu um contato mais intenso entre a LC e o Partido Socialista Brasileiro de São Paulo (PSB paulista), que também havia aderido à ideia da formação de uma frente de luta contra o fascismo, o que possibilitou que a FUA fosse finalmente fundada no dia 25 de junho desse ano, por meio de uma reunião no salão da Legião Cívica 5 de Julho, que contou com a participação das mais diversas organizações de esquerda da capital paulista em seu congresso inaugural.

Partido Socialista Brasileiro, Grêmio Universitário Socialista, União dos Trabalhadores Gráficos, Legião Cívica 5 de Julho, Liga Comunista Internacionalista, Partido Socialista Italiano, Bandeira dos 18, Grupo Socialista Giacomo Matteotti, jornal *O Homem Livre*, jornal *A Rua*, revista *Socialismo*, Grupo Itália Libera, Federação Operária de São Paulo, jornal *A Lanterna* e jornal *A Plebe*. (ABRAMO, 2014, p.36-37).

⁶⁸ Prontuário DEOPS-SP nº. 122 – Edgard Leuenroth.

⁶⁹ CATALO, Pedro. Sobre o Comitê Antiguerreiro. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 50, 16 dez. 1933.

⁷⁰ Idem.

Entre os grupos mais expressivos da esquerda paulista, apenas o comitê regional do PCB não participou da inauguração da FUA, pois naquela época, seguindo as teses sectárias do “terceiro período”, não estava disposto a participar de uma organização de frente única que agregasse os mais diversos partidos e organizações de esquerda, contra os quais inclusive possuía um profundo desprezo. Além do mais, a relação do PCB com a FUA era dificultada pela existência do Comitê Antiguerrero, que surgiu apenas alguns meses antes. (CASTRO, 2007, p. 435-436).

No congresso de inauguração da FUA, os anarquistas propuseram que essa frente de luta fosse formada por meio da união de todos os indivíduos antifascistas e, “sob as bases da mais ampla e completa autonomia das facções, princípios e doutrinas que subdivide os homens em clubes, legiões, partidos e dissidências”. (A *PLEBE*, 1933, p. 04)⁷¹. No entanto, o que se constatou por meio da reunião foi que os outros grupos que aderiram à reunião eram correligionários à formação de uma frente única que congregasse os vários partidos e sindicatos de esquerda, e não que fosse formada a partir dos indivíduos antifascistas. Isso para os anarquistas era visto como uma incongruência, à medida que muitos dessas organizações eram muito pouco expressivos.

Muitos deles sem projeção na opinião pública, em nada poderiam valer a obra para a qual mais se faz sentir a necessidade de energias e de ação efetivas e, portanto numérica e voluntariosa dos indivíduos que sentem a necessidade de combater o perigo fascista sem cálculos políticos ou partidários. (A *PLEBE*, 1933, p. 04)⁷².

Os anarquistas e a FOSP, por acreditarem que a FUA deveria ser uma frente de indivíduos antifascistas e não de grupos e partidos de esquerda, apesar de demonstrarem simpatia para com essa organização, optaram por não participarem dela de forma efetiva. Mas mesmo não ocorrendo a adesão, os militantes libertários em algumas ocasiões participaram de reuniões antifascistas promovidas pela FUA e pelos grupos que a integravam, e também convidaram os antifascistas vinculados a essa organização a participarem de algumas conferências que foram promovidas pelos próprios espaços anarquistas, como o CCS.

O contato mais próximo dos anarquistas com a FUA, se comparado ao Comitê Antiguerrero, pode ser explicado porque essa era uma organização que desde o seu surgimento procurou ser constituída de forma horizontal, a partir do contato direto entre as organizações de esquerda, que eram correligionárias à luta antifascista. Enquanto que o

⁷¹ Movimento de opinião e repulsa ao fascismo. *A Plebe*. São Paulo, ano I, n. 31, 1 jul. 1933.

⁷²Idem.

Comitê Antiguerrero, sendo hegemonizado pelo PCB, pretendia colocar os militantes de esquerda sob a sua liderança, além de lutar por algumas causas às quais os anarquistas eram totalmente contra, como a defesa da União Soviética.

Nos meses subsequentes ao surgimento da FUA, os anarquistas passaram a promover várias atividades antifascistas, e a mais representativa indubitavelmente foi a conferência antiintegralista promovida pelo CCS, no dia 14 de novembro de 1933. A presente conferência foi amplamente divulgada pela imprensa libertária, como é possível constatar por meio os seguintes anúncios de *A Lanterna* e *A Plebe*.

Promovido pelo Centro de Cultura Social, realiza-se na próxima terça-feira, 14 do corrente, às 20 horas, no Salão Celso Garcia, á rua do Carmo, um comício de combate a influência do integralismo (fascismo nacional), no qual falarão vários oradores.

Todos os homens amantes da liberdade devem comparece a esse comício. (*A LANTERNA*, 1933, p.02)⁷³.

No dia 14 do mês corrente o Centro de Cultura Social realizará uma grande conferencia anti-integralista, no Salão Celso Garcia, á rua do Carmo, 25. Serão oradores: um representante do “Homem Livre”, um elemento da corrente socialista e um elemento libertário.

Esse ato é apenas o início de uma série de iniciativas do mesmo gênero destinadas a esclarecer a classe operária e ao povo sobre o perigo que representará para o Brasil o possível domínio desta nefasta e criminosa doutrina. O perigo integralista (fascismo crioulo) é uma realidade que ninguém pode desconhecer. (*A PLEBE*, 1933, p. 04)⁷⁴.

O objetivo dessa conferência realizada pelo CCS não era circunscrevê-la aos militantes libertários, mas atingir o máximo de pessoas que se interessassem pela luta antifascista e, por isso, convidaram como conferencistas o socialista Carmelo S. Crispino, o anarquista Hermínio Marcos e um representante do jornal *O Homem Livre*, que os jornais anarquistas não souberam divulgar o nome a fim de que pudessem atrair os mais diversos segmentos da esquerda paulistana.

Segundo o historiador Ricardo Figueiredo de Castro, essa conferência anti-integralista não teria sido realizada pela iniciativa dos anarquistas do CCS, mas pelos militantes da FUA.

Entre novembro de dezembro de 1933, aconteceriam os maiores confrontos entre a FUA e a AIB. Em 14 de novembro, realizou-se um comício da FUA no Salão Celso Garcia, sede da Associação das Classes Laboriosas, que contou com a presença de cerca de mil participantes e sofreu a agressão de

⁷³ Contra o fascismo. *A Lanterna*. São Paulo, 09 nov. 1933, n. 365, ano XI, p.01.

⁷⁴ Centro de Cultura Social. *A Plebe*. São Paulo, 04 nov. 1933, n. 46, ano: II, p.04.

,integralistas que tentaram acabar com o evento, sem sucesso. (CASTRO, 2007, p. 441).

Entretanto, o próprio jornal antifascista *O Homem Livre*, que detinha fortes vínculos com a FUA atestou que o comício foi promovido pelos anarquistas do CCS: “Realiza-se o comício promovido pelo “Centro de Cultura Social”, com uma concorrência que há tempos não se verifica em reuniões desse caráter, em São Paulo. Mais de mil pessoas comprimiam-se no salão, enchendo todas as suas dependências”⁷⁵. (*O HOMEM LIVRE*, 1933, p. 01)⁷⁶.

O comício anti-integralista, assim como tinham almejado os libertários, reuniu um grande público composto por homens e mulheres pertencentes às mais diversas correntes, mas que ali estavam agrupados pelo mesmo ideal de dar combate ao integralismo. Em meio à conferência, aparecerem alguns integralistas a fim de tumultuar, no entanto, ao perceberem a quantidade de elementos antifascistas que ali se encontrava, retiraram-se e começaram a procurar reforços nas mediações, mas acabaram sendo repelidos por um grupo de trabalhadores. Ao final do comício, os antifascistas saíram às ruas “dando vivas as liberdades e morra o integralismo”, caminharam até a Praça da Sé, onde entoaram o hino *A Internacional*. (*A LANTERNA*, 1933, p.04)⁷⁷.

Após o comício, os trabalhadores que moravam no bairro do Brás, ao voltarem para as suas casas, foram surpreendidos em meio ao trajeto por um automóvel do qual desceram diversos policiais armados que á primeira vista supunham ser integralistas. Depois de uma breve discussão entre os manifestantes e os policiais, ocorreu uma troca de tiros, que ocasionou a prisão de alguns trabalhadores. (*A LANTERNA*, 1933, p.04)⁷⁸.

⁷⁵ O jornal *O Homem Livre* circulou entre 1933 e 1934, e foi um dos órgãos mais consistentes dos antifascistas de São Paulo que eram vinculados a FUA. (CASTRO, 2005).

⁷⁶ O Comício do Salão Celso Garcia. *O Homem Livre*. São Paulo, 20 nov. 1933, n. 19, ano: I, p. 01.

⁷⁷ Comício anti-integralista. *A Lanterna*. São Paulo, 23 nov. 1933, n. 366, ano: XI, p.04.

⁷⁸ Idem.

Ilustração 7 – Imagem do comício anti-integralista de 14 de novembro de 1933



Fonte: *A Lanterna*, São Paulo, n. 366, p. 4, 23 nov. 1933.

No começo de 1934, os anarquistas, após o período de efervescência antifascista dos últimos meses do ano anterior, pareciam que tinham perdido o interesse em promover atividades antifascistas ou mesmo em participar das que eram realizadas por outros grupos políticos.

Em 25 de janeiro de 1934 aconteceu o único comício antifascista de grande repercussão, em que os anarquistas tomaram parte antes da Batalha da Praça da Sé, no mês de outubro desse ano. Convocado por várias organizações antifascistas da capital, o comício aconteceu às 12 horas, no Largo da Concórdia, contando com uma grande adesão popular. Entretanto, a polícia interveio de forma violenta, dando fim à manifestação: “E assim, a tiros, a patas de cavalos foi disperso o comício anti-fascista e ferido o direito de liberdade popular”. (*A PLEBE*, 1934, p. 04)⁷⁹.

No dia 7 de outubro de 1934 ocorreu o maior combate entre integralistas e antifascistas que a cidade de São Paulo já presenciou, a famosa ‘Batalha da Praça da Sé’.

⁷⁹ Um comício antifascista *A Plebe*. São Paulo, 27 jan. 1934, n. 54, ano: III, p.04.

Nesse dia, a Ação Integralista Brasileira (AIB) pretendia realizar na Praça da Sé um ato público em homenagem ao segundo aniversário do Manifesto Integralista, mas as forças antifascistas da capital, ao saberem dessa pretensão, logo trataram de se mobilizar para em conjunto impedir o evento. (CASTRO, 2007, p. 443).

Antes mesmo de os integralistas chegarem à praça, os antifascistas já estavam a postos prontos para o ataque. As forças antifascistas saíram vitoriosas no confronto, o que levou muitos integralistas a fugirem correndo pelas ruas do centro de São Paulo, despindo as suas camisas verdes a fim de evitarem serem vítimas de mais agressões. (SAMIS, 2014, p. 39-43).

Em decorrência da violenta luta entre antifascistas e integralistas, os anarquistas e os outros grupos de esquerda que tomaram parte no combate foram alvos de intensa perseguição. A polícia encarcerou vários militantes libertários e a própria sede da FOSP foi invadida e lacrada pelas autoridades. (SAMIS, 2014, p. 42) ⁸⁰.

Os anarquistas, subsequentemente, trataram de reorganizar a FOSP e buscar formas de auxiliar os militantes que foram presos em decorrência da luta antifascista, chegando até mesmo a criar o Comitê Pró Presos Sociais, que realizou algumas atividades festivas voltadas a arrecadar fundos de auxílios aos companheiros encarcerados e aos seus familiares.

A Batalha da Praça foi um evento que teve grande repercussão na opinião pública, inclusive no Distrito Federal, o que, somando-se à identificação do cadáver do jovem cartunista e militante da Juventude Comunista, Tobias Warshavsky, contribuiu para que se iniciasse uma ampla campanha de oposição à política repressiva exercida pelo Governo Vargas. O jornal carioca *A Pátria* passou a estimular a formação de uma comissão jurídica popular do inquérito para investigar de forma mais detalhada a morte de Tobias Warshavsky. (CASTRO, 2007, p.444).

Com a formação da Comissão Jurídica e Popular de Inquérito (CJPI), em novembro de 1934, *A Pátria* passou a se dedicar diariamente a dar notícias acerca das investigações e acusações de que polícia teria sido a responsável pela morte de Tobias Warshavsky, e logo começou a receber apoio de vários intelectuais que vieram a se juntar à comissão. Durante o mês de novembro de 1934, as adesões à CJPI vinham principalmente do Rio de Janeiro, mas logo nos meses subsequentes passou a receber o apoio de entidades e indivíduos de diversos estados brasileiros, e estendeu as suas investigações para além do caso Tobias, passando a averiguar inúmeros casos de desaparecimentos de lideranças de organizações políticas e sindicais. (CASTRO, 2007, p.445).

⁸⁰ Tendo em vista a importância que a Batalha da Praça da Sé tem na história do antifascismo no Brasil, a relação desse evento com os anarquistas será mais bem aprofundada a seguir, em uma parte específica.

Desse modo, a FUA se esgotava politicamente em 1934, vindo definitivamente a se extinguir após a Batalha da Praça da Sé, devido a sua desmobilização, marcada principalmente pelo fim do seu principal porta-voz, o jornal *O Homem*, no mês de fevereiro, e pelos militantes “trotskistas”, deixando de tentar mudar os rumos políticos tomados pelo PCB a partir do Primeiro de Maio desse ano. Em contraposição, a CJPI vinha se fortalecendo e abrindo espaço para que a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente popular muito mais ampla do que a FUA e o Comitê Antiguerrero, viesse a surgir e ocupar um espaço ainda maior nas lutas antifascistas brasileiras. (CASTRO, 2007, p.447).

Dessa forma, a CJPI, ao conseguir aglutinar várias organizações que se sensibilizavam com a luta contra a repressão na Era Vargas e com o antifascismo, foi o núcleo do qual se originou a ANL, a mais importante organização existente no Brasil na década de 1930, que procurou combater o fascismo, o latifúndio e o imperialismo. (CASTRO, 2007).

Embora existam registros de que a ANL já funcionava desde o findar de 1934, a sua fundação oficial ocorreu em 30 de março de 1935, no Rio de Janeiro, por meio de uma grande reunião no Teatro João Caetano. O programa político da ANL, a partir da sua fundação oficial, passou a ser orientado por meio das seguintes exigências básicas: fim das dívidas imperialistas, defesa das liberdades públicas, anulação de todas as dívidas agrícolas, divisão dos latifúndios entre os camponeses e defesa da pequena e média propriedade rural.

O programa político da ANL voltado a combater o latifúndio, o imperialismo e em defesa das liberdades, somado à luta que as suas seções em todo o país estavam desenvolvendo contra os integralistas, recebeu a admiração dos anarquistas; porém, com algumas ressalvas, por existirem militantes ligados ao PCB nas organizações aliancistas e também porque o comunista Luís Carlos Prestes foi aclamado como presidente de honra da ANL, em seu congresso de inauguração oficial, o que não agradava em nada os libertários de São Paulo .

Em maio de 1935, começaram a aparecer artigos nos jornais analisados procurando explicar o que era a ANL, como essa organização em tão pouco de existência estava ganhando tanta repercussão no cenário político nacional, e também procurando debater acerca de como os anarquistas deveriam se comportar perante as organizações aliancistas, ou seja, se deveriam aderir a elas ou não. Em 11 de maio de 1935, *A Plebe* se pronunciou pela primeira vez em relação à ANL, demonstrando que desde que permanecesse distanciada da política institucional, essa entidade talvez pudesse ser capaz de trazer muitos benefícios à população brasileira.

É um movimento em torno do qual se esboçam simpatias populares, destinado, se houver espírito de sacrifício e desprendimento, a formar um movimento de opinião capaz de empolgar as multidões e leva-las á realização dos mais amplos conceitos da liberdade e da dignidade humana. Estaria, pelo menos, se não for desvirtuada pelas ambições políticas, na possibilidade de realizar a mobilização das consciências para a completa emancipação de todos os imperialismos tanto nacionais e estrangeiros. (*A PLEBE*, 1935, p.01)⁸¹

Em julho de 1935, a ANL convidou as diversas organizações antifascistas e operárias a participarem de um comício anti-integralista que iria ocorrer em São Paulo. Os anarquistas de *A Plebe* recusaram o convite, e explicaram que embora vissem de forma positiva a luta da ANL pela melhoria da situação do povo brasileiro, não podiam compactuar com essa organização, pois fiéis que eram aos princípios libertários nunca assumiriam compromissos com uma organização política, mesmo que de forma eventual. (*A PLEBE*, 1935, p.01)⁸².

A mesma posição foi apresentada pela FOSP, que relatou que os seus princípios anti-políticos e autonomistas a impediam de firmar qualquer espécie de compromisso com a ANL ou com qualquer outra organização política. Embora rejeitando qualquer possibilidade de tomar parte no comício antifascista, a FOSP não deixou de registrar a sua simpatia para com o programa aliancista.

Considerando que a Aliança Nacional Libertadora não é uma organização faciosa; que visa, realmente, o conagraçamento de todos os que aspiram a um regime de justiça e liberdade, sem sectarismos nem paixões partidárias, esta federação, com a franqueza das suas atitudes passadas e dos princípios que a animam no presente, visando o futuro, apoia o movimento de opinião que se vem coordenando em torno do lema: “*Pão, terra e liberdade*”. (*O COMITE FEDERAL*, 1935, p.03)⁸³.

Entretanto, em 29 de junho de 1935, foi realizada uma conferência no salão da Federação Espanhola, para discutir qual seria a posição libertária frente à ANL, na qual é possível constatar um discurso um pouco mais crítico em relação aos aliancistas. Na presente conferência, Gusmão Soler, atuando como principal orador, procurou deixar bem claro que havia alguns pontos de contato entre os anarquistas e os aliancistas: “Eles entendem que se deve combater com energia todo o mal que nos vem de cima, o excesso de autoritarismo e a corrupção moral. Nós opinamos sempre de igual modo e continuamos pensando assim”.

⁸¹ Pão, terra e liberdade: A propósito da fundação da ANL. *A Plebe*. São Paulo, ano III, n. 88, 11 mai. 1935.

⁸² Estamos onde sempre estivemos. *A Plebe*. São Paulo, 8 jul. 1935, n. 90, ano: III, p. 01.

⁸³ O COMITE FEDERAL. A Federação Operária de São Paulo e o movimento da Aliança Nacional Libertadora. *A Plebe*. São Paulo, 8 jul. 1935, n. 90, ano: III, p.03.

(SOLER, 1935, p. 02) ⁸⁴. Mas apesar de concordar com certos aspectos do programa aliancista, Soler receava que, influenciada por Luís Carlos Prestes, a ANL pudesse se tornar uma organização comunista, visando à conquista do poder, o que logicamente a levaria para o campo inimigo.

Mas os aliancistas acabam invocando uma solução que jamais chegará a ser eficaz. Porque o capitalismo de Estado, com Stalin ou com Luiz Carlos Prestes á frente, nunca devolverá ao homem a liberdade perdida, o direito de ser livre que esse mesmo Estado lhe roubou.

Que vós não podereis transpassar os limites de vossos pensamentos? Conformes. Nesta conformidade, antes que vos cegue a paixão ou a loucura do poder, deveis permitir que vos digamos para terminar: somos vossos amigos enquanto estejais na “oposição”. (SOLER, 1935, p. 02) ⁸⁵.

Após Gusmão Soler realizar a sua palestra, falaram Edgard Leuenroth e Florentino de Carvalho. Primeiramente, Leuenroth destacou as formas de atuação dos anarquistas e logo em seguida começou a combater com veemência a criação de ídolos pelos movimentos políticos e sociais, pautando que os revolucionários deveriam se agrupar em tornos de princípios e doutrinas, “e nunca ao redor de nomes, por mais ilustres e íntegros que eles sejam” (*A PLEBE*, 1935, p.03) ⁸⁶. Segundo o historiador Alexandre Samis (2014, p. 38), esse posicionamento de Leuenroth era uma forma de criticar o personalismo em torno da figura de Luís Carlos Prestes, fortificado pela ANL, que para os anarquistas era um absurdo, tendo em vista que, de acordo com a perspectiva libertária, os princípios e as finalidades políticas deveriam estar sempre acima de qualquer personalidade política.

Florentino de Carvalho, por sua vez, ressaltou que o movimento anarquista antecedia a todos os movimentos revolucionários que estavam sacudindo o país nos últimos tempos, e que permanecerá mesmo depois de qualquer transformação política e estatal, “pois que o seu programa, a sua finalidade filosófica e social, é, justamente acabar de uma vez para sempre com todo o princípio de autoridade moral, econômica e política do homem sobre o homem”. (*A PLEBE*, 1935, p.03) ⁸⁷.

Dessa forma, ao final da conferência, o posicionamento dos anarquistas era bem claro, davam apoio à ANL, mas não adesões, pois mesmo existindo alguns pontos de contato ideológico entre os anarquistas e os aliancistas, havia a desconfiança com relação à presença de Prestes na ANL, bem como o receio de que com o tempo essa organização pudesse vir a

⁸⁴ SOLER, Gusmão. Quem somos, donde vimos e para onde vamos: Os anarquistas e a Aliança Nacional Libertadora. *A Plebe*. São Paulo, ano III, n. 92, 06 jul. 1935.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ O pensamento libertário e a Aliança Nacional Libertadora. *A Plebe*. São Paulo, 6 jul. 1935, n. 92, ano III, p.03.

⁸⁷ Idem.

buscar o poder político institucional, o que contrariava o programa revolucionário anarquista pautado na aniquilação completa de todo o aparato estatal.

Nosso mundo está no porvir, mais além da arca santa da propriedade, por cima de todos os tabernáculos autoritários, a incomensurável altura sobre o monte em que foram achadas as tábuas da lei. Queremos chegar até ao fim com a teoria de Proudhon: desalojar os homens de seus castelos feudais, derrubar dos altares os deuses, porque em meio á vida, e não entre quatro paredes, que aspiramos a viver.

Nós, amigos da aliança, não somos reconstrutores do que está afundando, somos homens de ideias... Abandonamos essa sociedade a que vós no momento de agonia, vos abraçais com desespero.

Vós tentais uma recomposição desta máquina inútil. Nós, os anarquistas, estamos em marcha para a verdadeira revolução. O nosso norte, o nosso horizonte de luz é a liberdade. (SOLER, 1935, p. 02) ⁸⁸.

Mesmo não ocorrendo a adesão, os anarquistas demonstraram solidariedade para com a ANL, quando foi posta na ilegalidade pelo Governo Vargas, em julho de 1935, e as suas seções e os militantes foram amplamente reprimidos: “O fechamento das sedes da ANL é um atentado às liberdades publicas, contra a qual lançamos o nosso protesto, o protesto sincero dos que amam a liberdade de pensamento mais do que a própria vida.” ⁸⁹ (A PLEBE, 1935, p. 01) ⁹⁰.

Além dos debates em torno da ANL, os anarquistas, no ano de 1935, também voltaram a realizar algumas atividades de conscientização acerca dos perigos que os movimentos fascistas representavam para a humanidade, tendo novamente o CCS como o principal espaço para a realização dos comícios e conferências, como se pode observar no seguinte anúncio de *A Plebe*:

O camarada Oiticica vai realizar uma série de conferências, sendo a primeira hoje a noite, ás 20 ½ horas, no Centro de Cultura Social, á rua Quintino Bocaiúva, 80.

O tema da conferência desta noite “O Estado Totalitário”, é de grande atualidade, e o camarada Oiticica, com aquela clareza que lhe é peculiar, vai, certamente, analisar as causas que determinam a burguesia lançar mãos dos governos tirânicos das ditaduras fascistas, que, em toda órbita do planeta, dão mostras de pretender abafar em sangue as concepções de liberdade. (A PLEBE, 1935, p.01) ⁹¹.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ A ANL foi decretada ilegal em julho de 1935, após Prestes pronunciar o famoso discurso de 5 de julho, no qual criticava o governo de Vargas e clamava pela formação de um governo popular revolucionário. Como uma organização de massas não consegue resistir na ilegalidade, “a Aliança esvaziou-se e a partir daí Prestes e o PCB passaram a dominar a organização”. (VIANNA, 2007, p. 87).

⁹⁰ Investidas reacionárias. *A Plebe*. São Paulo, ano III, 20 jul. 1935.

⁹¹ Conferência de José Oiticica. *A Plebe*. São Paulo, 05 jan. 1935, n 79, ano: III. p.01.

Os anarquistas nesse ano também participaram de forma eventual de algumas atividades antifascistas promovidas por outros grupos políticos. No dia 27 de outubro de 1935, por exemplo, os militantes libertários tomaram parte em um comício antifascista no Parque D. Pedro, que havia sido convocado pelo Partido Socialista de São Paulo. O comício foi realizado em contraste ao congresso integralista que estava acontecendo em recinto fechado no Cassino Antarctica, protegido pelas forças policiais nas mediações. (A *LANTERNA*, 1935, p.01) ⁹². Segundo o jornal *A Plebe*, o comício antifascista foi exitoso e contou com uma ampla adesão popular. Ao final do evento, todos retornaram para as suas casas tranquilamente, sem que ocorressem as rotineiras violências policiais ou confrontos nas ruas com os integralistas. (A *PLEBE*, 1935, p. 04) ⁹³.

No entanto, a luta antifascista desenvolvida pelos anarquistas veio a ser desarticulada após novembro de 1935. Como já comentado, os levantes de novembro de 1935 foram usados como um pretexto pelo governo para se iniciar uma ampla repressão contra as esquerdas, sendo que comunistas, democratas e opositores ao Governo Vargas foram violentamente reprimidos. Os anarquistas, mesmo não tendo participado dos levantes, não foram poupados da repressão, muitos militantes como Edgard Leuenroth e Rodolpho Fellippe, foram presos, os jornais libertários foram empastelados e vários sindicatos vinculados à FOSP tiveram as suas sedes invadidas e fechadas pelas forças policiais. Dessa forma, com a intensa repressão policial, o Estado conseguiu minar as forças das esquerdas, e conseqüentemente desarticular o movimento anarquista de São Paulo e destruir a luta antifascista que era empreendida pelos militantes libertários.

3.2 A Batalha da Praça da Sé: o evento, as suas repercussões e a sua importância para o movimento anarquista

O violento confronto entre antifascistas e integralistas que ocorreu em sete de outubro de 1934, na Praça da Sé, que se localiza no centro da cidade de São Paulo, foi o mais importante episódio da vitória da luta antifascista do Brasil nos anos 1930, justamente pelo fato de o integralismo ter sido derrotado em plena praça pública pela ação conjunta dos diversos sindicatos, partidos políticos e organizações de esquerda.

⁹² Comício de protesto contra o integralismo. *A Lanterna*. São Paulo, 02 nov. 1935, n. 402.

⁹³ Um comício anti-integralista e contra a guerra. *A Plebe*. São Paulo, 09 nov. 1935, n. 101, ano: III, p.04.

Os primeiros trabalhos que abordaram especificamente esse importante episódio da luta antifascista no Brasil foram realizados por dois militantes de esquerda, que na época tiveram participação ativa na Batalha da Praça da Sé. Primeiramente, o texto *Sete de outubro de 1934 - 50 anos*, de Fúlvio Abramo, publicado em 1984 nos *Cadernos do Cemap*, no qual o autor defende a importância dos “trotskistas” e da Frente Única Antifascista (FUA) na organização da contraofensiva ao ato público que os militantes integralistas pretendiam realizar em sete de outubro de 1934⁹⁴. Eduardo Maffei, por sua vez, em seu livro que se intitula *A batalha da Praça da Sé*, que também foi publicado em 1984 em homenagem aos cinquenta anos desse importante episódio da luta antifascista, endossa a participação do PCB no evento, colocando-o como principal responsável pela vitória antifascista.

De acordo com o historiador Ricardo Figueiredo de Castro (2002, p. 376), tanto o texto de Maffei quanto o de Abramo procuram vangloriar a importância das organizações políticas que faziam parte na época do combate de sete de outubro de 1934; o primeiro destacando que o PCB era o responsável pela convocação dos antifascistas na contraofensiva aos integralistas, enquanto que, para o segundo, a LCI de orientação “trotskista” e a FUA foram as principais responsáveis pela organização do contracomício antifascista.

Já na historiografia especializada, foram poucos os trabalhos que se debruçaram em analisar a Batalha da Praça da Sé, dentre os quais destacam-se os seguintes artigos de Ricardo Figueiredo de Castro: *A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil (1933-1934)*, publicado em 2002, e *A Frente Única Antifascista (1933-1934)*, publicado em 2007. Nos respectivos textos, Castro se dedicou a analisar a importância da FUA como a principal aglutinadora dos diversos grupos de esquerda nas lutas antifascistas brasileiras que ocorreram entre os anos de 1933 e 1934, ressaltando a importância que essa organização teve na Batalha da Praça da Sé, ao convocar as várias correntes de esquerda a participarem em conjunto na contraofensiva a manifestação integralista; e também por ter dividido e organizado as funções entre os antifascistas no interior da praça no dia do confronto.

No que tange à participação dos anarquistas nesse evento, há apenas o artigo *Anarquistas e sindicalistas revolucionários na luta antifascista (1933-1935)*, de Alexandre Samis (2014), que analisou a participação dos anarquistas em várias reuniões que aconteceram em espaços pertencentes aos mais diversos grupos políticos de esquerda que aderiram à ação unificada antifascista nos dias anteriores à Batalha da Praça da Sé; a forte

⁹⁴O texto de Abramo foi republicado em 2014 com o formato de livro, pela editora Veneta, mas com um novo título: *A Revoada dos Galinhas Verdes: uma história da luta contra o fascismo no Brasil*.

presença de elementos libertários no dia do confronto e de forma breve citou a repressão que ocorreu nos dias posteriores à vitória antifascista.

Apesar da existência de importantes trabalhos como os citados acima, ainda sim a relação dos anarquistas com a luta antifascista de sete de outubro de 1934 pode ser mais bem aprofundada, pois mesmo o texto de Alexandre Samis é muito centrado no evento em si, não se atendo tanto às suas repercussões entre os libertários e a FOSP. Dessa forma, nas páginas a seguir procuraremos analisar não só a presença dos libertários nesse importante episódio da luta antifascista, mas também será dedicada a devida atenção à repressão que sofreram após a vitória sobre os integralistas e a fixação da presente data no imaginário anarquista como um dia simbólico em que os integralistas saíram derrotados.

A data de sete de outubro tem toda uma importância para os integralistas, pois é o dia do aniversário do Manifesto Integralista, também conhecido Manifesto de Outubro, documento redigido por Plínio Salgado, em 1932, que lançou as bases da Ação Integralista Brasileira (AIB). Os militantes integralistas pretendiam realizar um ato público na Praça da Sé em sete de outubro de 1934, para homenagear o segundo aniversário desse documento tão especial para o movimento. (CASTRO, 2007).

Entretanto, as esquerdas ao saberem da realização desse evento pela AIB, logo passaram a organizar uma contramanifestação ao ato público integralista. Os antifascistas vinculados às mais diversas tendências políticas passaram a convocar, por meio de jornais, boletins e manifestos todos os antifascistas a comparecerem à Praça da Sé na mesma data e hora em que seria realizada a concentração dos integralistas, para que em conjunto realizassem uma grande manifestação de repulsa ao fascismo.

Os anarquistas, desde o mês de setembro de 1934, começaram a convocar os seus militantes para a contraofensiva aos integralistas. Em uma nota publicada no jornal *A Plebe*, em um de setembro de 1934, por exemplo, os editores do jornal destacaram que os grupos revolucionários não possuíam o direito de se expressarem livremente em praça pública, enquanto que os integralistas podiam realizar atos públicos à vontade, sendo inclusive protegidos pelas forças policiais. Era uma grande afronta aos “antifascistas e revolucionários sociais” à realização da manifestação integralista em um espaço público como a Praça da Sé. Por fim, os anarquistas deixaram bem claro que iriam até a praça para combater os integralistas e ao mesmo tempo reivindicar o direito de também poderem se manifestar livremente em espaços públicos.

Os integralistas estão, novamente, fazendo publicar nos jornais comunicados nos quais se lê que, no próximo mês de outubro, pretendem fazer uma “nova conquista” da capital rebelde. Como sempre, o exagero leva-os ao estigma da mentira, também agora prometem um desfile de muitos milhares de filhotes pelas ruas da cidade.

Contando não só com a impunidade, mas até com a garantia da polícia, é bem possível que consigam alguma coisa, se não mais, ao menos exhibir-se, empoados e bamboleantes, em fila em ordem.

Nada teríamos que dizer sobre essa manifestação se a mesma se circunscrevesse ao âmbito mesquinho e estrito do partido salgadinho.

Porém, não é assim. Esses moços encamisados e perfumados desfrutam uma situação privilegiada. Fazem exercícios militares ao som de rufos e tambores, como se já estivessem senhores da situação.

Enquanto eles, os nazistas crioulos gozam de tal liberdade e proteção das autoridades, os antifascistas e os revolucionários sociais em geral estão privados dos mais comezinhos direitos de cidadania.

E isso não pode e nem deve continuar.

É dever de todos nós, os revolucionários sociais, encetar uma campanha de reivindicação de liberdade não só de pensamento, que em si, é nula e irrisória, mas também e, sobretudo, da liberdade de manifestação pública das nossas aspirações e dos nossos ideais.

Os acontecimentos se precipitam, o mal estar do povo, dia mais, dia menos, deverá explodir, vir á tona e expandir-se pelas ruas da capital.

Nos outros Estados e em todas grandes cidades do país há e houve rajadas de rebeldia, houve e há movimentos populares de reivindicações sociais, e em S. Paulo o mesmo se dará porque aqui, como acolá, a situação econômica está a pedir uma solução. E que fará o povo se não se dispuser, de antemão, o direito de reunião em praça pública, onde esses problemas sejam ventilados e discutidos pelos interessados?

Nós não opomos aos direitos de outrem de propagarem seus ideais ou suas ambições políticas, o que queremos, o que devemos reivindicar, é o nosso direito conspurcado, a nossa liberdade cerceada e conquistada, enfim, mais pão e mais liberdade.

Quanto à manifestação anunciada pelos discípulos de Hitler e Mussolini do Brasil diremos como Mateotti: “Lutas contra o fascismo, não dizendo coisas que não se fazem, mas fazendo coisas que não se dizem” (*A PLEBE*, 1934, p. 01)⁹⁵.

Segundo o historiador Alexandre Samis (2014, p.39), semanas antes da Batalha da Praça da Sé, as esquerdas já começaram a combinar como seria organizada a manifestação antiintegralista por meio de várias reuniões em espaços pertencentes aos diversos grupos que aderiram à ação unificada antifascista, como na sede da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG-SP), de tendência “trotskista”, e também na sede da própria FOSP. Nessas primeiras reuniões já ficaram bastante evidentes os antagonismos e as trocas de insultos entre os grupos que possuíam divergências, principalmente entre os “trotskistas” e os “stalinistas”.

⁹⁵ Contra o fascismo e pela conquista de mais pão e liberdade. *A Plebe*. São Paulo, n. 70, 01 set. 1934, p. 01.

Apesar das divergências partidárias, as reuniões foram exitosas. Nesses encontros, os grupos antifascistas estabeleceram de forma consensual a divisão da contramanifestação; os “stalinistas” ficaram incumbidos de cobrir o fundo da praça, no espaço que compreende os calçadões da Rua Wenceslau Brás e da Rua Direita. Os socialistas do PSB ficaram responsáveis pelas calçadas em frente ao prédio Santa Helena, até o início da Rua Wenceslau Brás. Já os anarquistas e “trotskistas” ficaram responsáveis por cobrirem em conjunto a Rua Santa Helena e a Rua Paranapiacaba. Mas no dia do evento a divisão não foi seguida à risca, pois todos os antifascistas circulavam livremente pela praça, solidarizando-se com os companheiros de outras tendências revolucionárias, “sem qualquer espírito divisionista ou particularista”. (ABRAMO, 2014, p. 66).

Logo pela manhã do dia sete de outubro de 1934, as esquerdas iniciaram os preparativos para o ato antifascista, pelas ruas do centro de São Paulo e nos lugares já antes definidos; circulavam socialistas, “trotskistas”, anarquistas e “stalinistas”, fazendo um breve reconhecimento dos espaços em que iriam se concentrar à tarde, na hora de combater os integralistas. (MAFFEI, 1984, p.75).

À tarde, os integralistas começaram a se concentrar nas escadarias da Catedral da Sé, portando bandeiras com o símbolo do sigma; passaram a entoar hinos e anauês, a saudação típica do integralismo. As esquerdas também já estavam organizadas nos pontos já antes definidos. (ABRAMO, 2014).

Com os ânimos inflados, os antifascistas passaram a insultar os integralistas, o que deu início às primeiras confusões envolvendo a violência física, com trocas de socos, chutes, bengaladas e os primeiros tiros disparados. No entanto, após esses primeiros incidentes, os integralistas conseguiram se reagrupar novamente nas escadarias da Catedral. (ABRAMO, 2014).

Entre às 13 e 15 horas, a infantaria da Força Pública começou a se organizar na praça para dar fim aos possíveis tumultos. A polícia armou algumas metralhadoras sobre tripés em alguns pontos específicos da praça; entretanto, em um incidente que até hoje não se sabe se foi proposital ou acidental, ocorreu a descarga de uma metralhadora, que acabou por ferir algumas pessoas e matar um agente policial. As esquerdas não sabiam da possível acidentalidade dos disparos, pois para elas os tiros estavam partindo dos integralistas, o que incitou a reação antifascista. (ABRAMO, 2014).

Fúlvio Abramo, na época dirigente da FUA, ficou incumbido de iniciar a contramanifestação antifascista. Aproveitando-se da inflamação dos ânimos populares após os disparos da metralhadora, Abramo achou aquele o momento oportuno para começar o

combate antifascista, e após pronunciar um breve discurso que daria início à contramanifestação, ele e os seus companheiros foram alvejados por vários disparos que partiram dos integralistas. (ABRAMO, 2014).

Com os ânimos exaltados de ambas as partes, tanto do lado dos integralistas quanto dos antifascistas, iniciou-se um tiroteio que tomou conta de toda a praça.

Começou então o tiroteio. As balas sibilavam em todas as direções vindas de todos os pontos da praça, das esquinas das ruas, das portas dos prédios, onde se entrincheiravam grupos de pessoas armadas que atiravam contra os “camisas verdes”.

Ouviram-se estrondos semelhantes ao das granadas de mão e parece que de fato, foram empregadas no combate, pois foram encontrados estilhaços na Praça da Sé.

A polícia que fazia a guarda do local, e as praças da cavalaria, atiravam também sem rumo, tomadas de surpresa. (A *PLEBE*, 1934, p.01)⁹⁶.

No combate armado, os antifascistas demonstraram ser mais fortes, ocasionando a fuga de muitos integralistas.

Aí começou a debandada dos “camisas verdes” que, descontrolados, mandando às favas a voz do comando e a disciplina, sem mesmo se lembrarem que foram ali para jurar fidelidade ao seu “chefe nacional”, corriam abandonando as bandeiras do sigma e até os tambores de marcar passo. (A *PLEBE*, 1934, p.01)⁹⁷.

Após o tiroteio na Praça da Sé, o combate se estendeu até o Largo São Francisco, onde, perante uma nova investida dos antifascistas os integralistas que ainda resistiam, foram definitivamente derrotados.

Ante a nova investida dos antifascistas a debandada foi geral. Grupos de “camisas verdes” desciam as ladeiras Porto Geral, Ouvidor, Rua Libero, procuravam refúgio atrás dos autos e nas casas. Muitos foram os que arrancaram a camisa e ficaram em camiseta de esporte, vendo-se, ao cair da tarde, e á noite, magotes que vieram do interior pensando que vinham para uma festa. (A *PLEBE*, 1934, p.01).

Ao final da vitória antifascista, o jornal *A Plebe* computou a morte de dois agentes policiais, três integralistas, um guarda civil e um estudante antifascista. No que tange aos feridos, houve cerca de trinta pessoas com ferimentos graves e por volta de uma centena com contusão em decorrência dos tumultos.

⁹⁶ Narrando os acontecimentos do dia. *A Plebe*. São Paulo, n. 73, 13 out. 1934, p.01.

⁹⁷ Idem.

Nos dias posteriores à Batalha da Praça da Sé, a polícia iniciou uma árdua repressão às esquerdas. Logo no dia seguinte à vitória antifascista, a sede da FOSP foi invadida e fechada pelas forças policiais e alguns dos trabalhadores que lá se encontravam foram presos de forma violenta. A *Plebe* relatou vários episódios em que militantes procurados pela polícia em decorrência da luta antifascista tiveram as suas residências invadidas e foram presos lá mesmo.

Em resposta à repressão, a FOSP ameaçou dar início a um grande movimento grevista: “Começamos desde já a articular os nossos comitês de fábricas e oficinas, na preparação da greve geral em São Paulo, caso a polícia persista no fechamento das nossas organizações e na perseguição ignominiosa aos trabalhadores organizados”. (A *PLEBE*, 1934, p. 04) ⁹⁸. No entanto, ao que as fontes indicam essas ameaças não foram concretizadas, pois não há notícias de greves em solidariedade aos presos políticos.

Mas em meio às perseguições e prisões arbitrárias, a FOSP e os anarquistas logo passaram a se mobilizar em solidariedade aos companheiros que estavam detidos. Uma das primeiras iniciativas foi a criação da “Ação entre amigos pró-presos sociais”, que organizou alguns sorteios de prêmios em bilhetes como forma de arrecadar auxílio em dinheiro para ajudar na libertação dos presos.

Todavia, a iniciativa mais consistente dos anarquistas indubitavelmente foi a criação do Comitê Pró Presos Sociais, que passou a ser responsável por cobrar das autoridades públicas a libertação dos presos e a promover atividades festivas como forma de arrecadar dinheiro em benefício dos companheiros encarcerados e as suas respectivas famílias, como fica patente no seguinte anúncio de *A Plebe*.

⁹⁸ Uma nota da Federação Operária de São Paulo sobre os acontecimentos de domingo. *A Plebe*. São Paulo, n. 73, 13 out. 1934, p.04.

Ilustração 8 – Grande festival pró presos sociais.

Grande Festival Pró Presos

**Dia 17 de
Novembro
às 20 horas**



**No Salão da
Rua Qunitino
Bocaiuva, 80**

promovido pela

Federação Operaria de S. Paulo

CONFERÊNCIA PELA COMPANHEIRA ISABEL CERRUTI

1.ª parte — Representação da peça “A CASA DOS MILAGRES”.

2.ª parte — O professor De Carmelis fará interessantes trabalhos de ilusionismo.

3.ª parte — Ato variado.

Procurem os convites nas sedes dos Sindicatos, na Redação de “A PLEBE” e na redação de “A LANTERNA”.

Fonte: A Plebe, São Paulo, n.75, p. 4, 10 nov. 1934.

As fontes não revelam quando necessariamente cada preso foi liberto, mas o certo é que até o mês de janeiro de 1935 os anarquistas permaneceram ativos nas campanhas pela soltura de Natalino Rodrigues, o último libertário que ainda se encontrava detido em decorrência da luta antifascista⁹⁹.

A prisão de Natalino Rodrigues tomou aspectos de uma verdadeira saga. A sua detenção ocorreu no dia 8 de outubro de 1934, na sede da FOSP, sendo acusado de ter tomado parte na Batalha da Praça da Sé, e como principal suspeito de ter assassinado dois agentes policiais durante o confronto. Logo após a sua prisão, começou a mobilização do Comitê Pro Presos Sociais pela soltura dos que foram presos em decorrência da luta antifascista. Esse comitê enviou aos juízes vários *habeas-corpus* pedindo a libertação de Natalino Rodrigues, mas acabaram sendo todos negados.

Devido à mobilização em torno da sua libertação, Natalino Rodrigues acabou por se tornar um “preso volante” nas mãos dos policiais, sendo transferido constantemente de um presídio para outro, a fim de impedir que os seus companheiros descobrissem a sua localização e assim deixassem de incomodar a polícia. (*A PLEBE*, 1934, p. 01)¹⁰⁰.

No entanto, os protestos não cessaram e a polícia resolveu livrar-se de vez de Natalino Rodrigues, embarcando-o no navio Aníbal Benévolo no Porto de Santos, com o objetivo de deixá-lo abandonado na fronteira dos estados do Sul, “onde fosse alvo, pelos seus aspectos de

⁹⁹ Natalino Rodrigues trabalhava como padeiro e era um dos membros mais ativos do Sindicato dos Manipuladores de Pão e Anexos Confeiteiros, organização sindical filiada a FOSP.

¹⁰⁰ Tartufismo policial. *A Plebe*. São Paulo, 08 dez. 1934, n. 77, ano: II, p.01.

presidiário, das autoridades ou da fome, pois naquele estado não seria fácil a Natalino encontrar trabalho”. (A *PLEBE*, 1934, p. 01)¹⁰¹. Mas mesmo preso no porão do navio, Natalino Rodrigues conseguiu se comunicar com membros do sindicato dos padeiros da cidade de Santos, que logo entraram em contato com os seus advogados, e finalmente conseguiram um *habeas-corpus* para a sua libertação. Apesar de estarem com o documento em mãos, os advogados não conseguiram tirá-lo do navio de forma imediata, pois o comandante não queria deixá-lo partir, o que fez com que o próprio juiz, Dr. Pedro Chavez, que havia consumado a liberdade de Natalino Rodrigues, tivesse que ir pessoalmente para tirá-lo de lá.

Após a libertação de todos os militantes que foram presos em decorrência da luta antifascista, o sete de outubro de 1934 adentrou o imaginário anarquista como uma data símbolo da vitória antifascista em São Paulo, tornando-se, assim, uma referência histórica que passou a ser utilizada como instrumento de suas lutas contra o integralismo. Rodolpho Fellippe, por exemplo, em um artigo nostálgico acerca da Batalha da Praça da Sé, publicado em *A Plebe*, demonstrou a importância que esse importante episódio da vitória antifascista tinha para os anarquistas e as lutas que estavam travando contra o integralismo.

A jornada de 7 de outubro de 1934 deve também servir de lição prática e de demonstração incontestável de que o elemento principal a ser empregado na luta contra o inimigo comum é a ação direta.

As teorias e os princípios se discutem e se confrontam com outros princípios e outras teorias.

Mas para combate a força organizada para demolir as fortalezas do inimigo, para abater as cidadelas da tirania, faz-se mister usar da força, da dedicação, do espírito do sacrifício e do desapego à própria vida, e lançar-se resoluta e abnegadamente em defesa da liberdade e da justiça.

Tenham isso em conta os operários dos outros pontos do Brasil onde ainda os “camisas verdes” continuam a exhibir sua ridícula e criminosa intenção de restabelecer a escravidão no Brasil.

Tenham os operários dos outros Estados a hombridade que tiveram os trabalhadores de S. Paulo no memorável 7 de outubro de 1934, e que a luta travada na Praça da Sé sirva de estímulo a todos quantos prezam a sua liberdade, não permitindo que o fascismo implante no Brasil o regime da tirania que na Alemanha está transformando um povo culto em vasto manicômio de doidos e na Itália levou o povo à mais pavorosa das guerras, talvez, da próxima conflagração mundial. (FELLIPPE, 1935, p. 04)¹⁰².

O episódio de sete de outubro de 1934 também foi tomado como um importante referencial histórico pela FOSP, em outubro de 1935, quando convocou os “trabalhadores e o

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² FELLIPPE, Rodolpho. As grandes datas do proletariado. *A Plebe*. São Paulo, n. 99, 12 out. 1935, p.04.

povo de São Paulo” para lutarem nas ruas, caso os integralistas tentassem novamente realizar uma manifestação em praça pública, conforme estava sendo divulgada.

Povo de São Paulo, de pé contra o integralismo!

Se a lição que foi dada aos camisas verdes no memorável 7 de outubro, quando pretendiam fazer uma demonstração de força na Praça da Sé, não bastou para esmorecer as pretensões e ambições de mando dessa gente fantasiada de verde, será mister que o povo renove a lição com mais energia. Mães, esposas, filhas e noivas, não permitais que os vossos entes queridos tomem parte nas manifestações integralistas, pois que essas manifestações constituem uma afronta e um insulto ao povo, e o povo de São Paulo saberá, como tem sabido fazer até hoje, repelir essa afronta aos princípios de liberdade.

No dia 26 do corrente, si os integralistas pretenderem fazer, como anunciam, a sua ridícula exibição de “camisas verdes”, lá deverão estar todos os homens que tenham vontade de lutar contra a escravização do povo brasileiro, dispostos a escoraçá-los da praça pública, evitando assim que no Brasil aconteça o que está acontecendo na Itália, onde Mussolini, depois de ter levado o país a derrocada financeira, não recua agora diante do monstruoso crime de levar a guerra e a morte às terras africanas, sacrificando a mocidade italiana às suas ambições de domínio imperialista e levando aos lares a ruína e a desgraça.

Contra o fascismo! Contra a guerra! Contra os camisas verdes! A postos, proletários! (FOSP, 1935, p. 01) ¹⁰³.

A Batalha da Praça da Sé foi um daqueles poucos momentos históricos em que as divergências entre os grupos de esquerda foram deixadas um pouco de lado em prol da união contra o inimigo comum: o fascismo, que no Brasil era representado pelo movimento integralista. Após a vitória na Praça da Sé, os anarquistas e os outros de esquerda que aderiram à ação conjunta antifascista, passaram a tomar o episódio de sete de outubro de 1934 como uma referência histórica para as suas lutas sociais, já que essa data simbolizou a mais importante vitória sobre o integralismo.

3.3 Para além da luta contra o corporativismo: a FOSP e o antifascismo

A FOSP e os anarquistas que procuravam atuar no sindicalismo revolucionário estiveram intensamente preocupados em lutar pela autonomia do movimento operário, combatendo constantemente o projeto autoritário e corporativista da Era Vargas, que, por meio da repressão e dos benefícios sociais garantidos somente aos trabalhadores que estavam

¹⁰³ Contra a ameaça dos integralistas. *A Plebe*. São Paulo, 26 out. 1935, n. 100, ano: III, p. 01.

nos sindicatos oficiais, procurava minar as forças do sindicalismo autônomo vinculado aos grupos de esquerda.

Dessa forma, o antifascismo não teve um aspecto tão importante para a FOSP, se comparado com a luta pela manutenção do sindicalismo autônomo perante o Estado, mas ainda sim em conjunto com os seus sindicatos filiados procurou em vários momentos participar da luta antifascista em São Paulo.

Do mesmo modo que os grupos anarquistas em geral, a FOSP também promoveu reuniões entre seus militantes voltadas à propaganda antifascista, como se pode notar na seguinte divulgação de uma “sessão antifascista” que consta no jornal *A Plebe*:

Uma sessão antifascista.

Promovida pelo Comité de Agitação Anti-fascista, realizou-se na terça-feira á noite, no local da Federação Operária, um comício popular. Perante regular assistência fizeram-se ouvir vários oradores, cada qual estudando a origem e a causa do nefasto fenômeno social que surgiu, qual peste moral, da grande matança humana que foi a guerra europeia de 1914-18. (*A PLEBE*, 1933, p. 04)¹⁰⁴.

Nos jornais anarquistas, também há algumas notícias de alguns sindicatos filiados á FOSP que promoveram atividades antifascistas, dentre os quais destacam-se a Liga Operária da Construção Civil, a União dos Artífices em Calçados, o Sindicato Misto de Marília e o Sindicato dos Operários de Barretos e Frigorífico.

Entretanto, o sindicato filiado à FOSP que mais se preocupou com a luta antifascista parece ter sido a União dos Artífices em Calçados. Surgida em 1917, no período de fervor dos movimentos grevistas, a União dos Artífices em Calçados era uma das organizações operárias mais ativas da capital paulista e, justamente por isso, uma das mais reprimidas pelas forças policiais. No tocante a essa organização sindical, a historiadora Lucia Parra, em seu trabalho acerca dos anarquistas perseguidos pelo DEOPS/SP, chega até mesmo a mencionar que “Entre as profissões dos anarquistas fichados, notamos a preponderância de sapateiros, sendo que muitos destes eram filiados e atuantes junto a União dos Artífices em Calçados”. (PARRA, 2003, p. 39)

A União dos Artífices e Calçados desenvolveu uma série de comícios antifascistas e publicou alguns manifestos de caráter crítico ao fascismo que saíram na imprensa anarquista e de forma avulsa, para serem distribuídos entre os trabalhadores de São Paulo. Em uma nota publicada no jornal *A Plebe*, em 1 de julho de 1933, por exemplo, esta organização sindical

¹⁰⁴ Uma sessão antifascista. *A Plebe*. São Paulo, n. 32, 08 jul. 1933, p.04.

incitou os trabalhadores a tomarem parte na luta antifascista e em seguida os convidou a participarem de algumas atividades que seriam desenvolvidas ao longo do mês de julho.

Companheiros: - Neste momento não podemos ficar o estado de passividade em que temos estado. O tempo urge e é necessário que façamos alguma coisa de prático em face do monstro fascista, desse fascismo cruel e sanguinário que se está desencadeando por todo o mundo cada vez mais e que ameaça também tolher-nos a liberdade de manifestar o nosso pensamento e de reclamar os nossos direitos de trabalhadores livres, de produtores úteis e ativos que a ninguém deve favores, pois vivemos do suor da nossa frente e se não trabalhamos ninguém nos dá de comer.

Por isso não deveis faltar a nenhuma das nossas reuniões, pois só coesos e unidos poderemos liberdade e bem estar para todos.

Ficam todos convidados para a assembleia a realizar-se a 3 do corrente, segunda-feira próxima, e todos os militantes desta União para reunir na quarta-feira próxima dia 05 de julho. (*A PLEBE*, 1933, p.03)¹⁰⁵.

Como forma de combate antifascista, a FOSP se valeu da distribuição de manifestos avulsos entre os trabalhadores. No seu prontuário junto ao DEOPS/SP, encontram-se alguns desses manifestos que eram voltados à propaganda antifascista e outros que, além do caráter de propagandeio, convidavam os trabalhadores a tomarem parte nas reuniões e nos atos públicos de combate ao integralismo. A seguir, será apresentado um desses manifestos da FOSP, cuja publicação foi destinada a convocar os operários de São Paulo a participarem de um ato público de combate ao integralismo, que ocorreria no dia 16 de junho de 1935.

¹⁰⁵ União dos artífices em. *A Plebe*. São Paulo, n. 31, 01 jul. 1933, p.03.

Ilustração 9 – “Contra o integralismo devemos despender todas as nossas energias de homens conscientes e de povo liberto”.

Federação Operária
de São Paulo

CONTRA O INTEGRALISMO DEVEMOS DESPENDER TODAS AS NOSSAS ENERGIAS DE HOMENS CONSCIENTES E DE POVO LIBERTO.

Trabalhadores!

Mais uma vez as ordas sanguinarias integralistas pretendem por á prova o grau de consciencia e a tempera revolucionaria ao proletariado paulista, e mais uma vez, temos certeza, o bando dos fascistas brasileiros que teima em estabelecer aqui sistemas caducos de politica estrangeira, encontrar-se-há frente, a frente, com todo um povo altivo que, na memoravel jornada de 7 de Outubro do ano proximo passado, desfraldando o feito erculeo das tradições rebeldes da coletividade paulistana, arriscou a propria vida em defesa das liberdades publicas.

Nos, a Federação Operaria de S. Paulo apesar do rudez golpe que, em virtude daqueles acontecimentos a reação policial nos desferiu, arrancando ao nosso convivio trabalhadores honestos e autenticos revolucionarios, já estamos refeitos dessas profundas feridas e prontos a ocupar no combate ao integralismo o lugar que nos corresponde, como expressão libertaria do movimento operario, e como orgão federativo e coordenador das organizações federadas neste organismo de luta em prol da emancipação total da classe trabalhadora. O Integralismo sendo como é um partido de defesa dos sangue-suga do povo e dos magnatas clericais, não deve encontrar apoio nos homens conscientes que vivem honradamente do proprio suor e que almejam e lutam, para estabelecer entre os seres humanos, modos de vida consentaneos com as necessidades de cada individuo e por consequencia, da propria coletividade.

Assim pois, sem confundir-nos com ninguém, e para isto temos um processo de luta completo e definido, estamos moralmente ligados a todos os que, como nos, entendem que as liberdades de opinião e de organização defendem-se praticamente, e, conquistam-se pela ação directa mesmo a custo de ingentes sacrificios. Em Petropolis, Leonardo Cantu' caiu varado pelos balaios sicarios integralistas escudados na covardia de seus atos.

Sempre assim, a liberdade custa rios de sangue, e não venceremos com simples arrombos, é preciso ação energica e decidida para conquistar os nossos direitos.

TRABALHADORES!
PROLETARIOS DE SÃO PAULO!

A Federação Operaria de S. Paulo vos convida a tomar parte em todos os comícios e reuniões de caracter anti-fascista, mesmo não sendo patrocinados por esta Federação, e sempre que visem o combate ao integralismo e as tiranias sob qualquer modalidade que se apresente, assim sendo, devemos comparecer em massa á grande concentração anti-integralista que se realizará dia 16 do corrente como uma confirmação dos nossos anseios de bem estar e liberdade.

S. Paulo, Junho de 1935

O COMITE' FEDERAL

Fonte: Pront. 716, Federação Operária de São Paulo. Deops/SP, Arquivo do Estado de São Paulo.

A FOSP também manteve um posicionamento bastante crítico com relação às frentes únicas, sempre em defesa da sua autonomia na luta antifascista. Em um manifesto destinado aos trabalhadores de São Paulo, que foi apreendido pelo DEOPS/SP, a FOSP explica que em coerência com os seus princípios apolíticos optou por não adentrar a FUA na sua reunião de fundação, porque essa organização de frente única não era constituída a partir da mais ampla

autonomia individual dos elementos antifascistas, mas pela união entre partidos e organizações sindicais.

De acordo com nossa orientação e com a norma que até aqui temos seguido, a delegação das organizações, juntamente com os representantes dos jornais libertários, pugnaram e defenderam a ação conjunta de todos os indivíduos antifascistas, sob as bases da mais ampla autonomia de facções, princípios ou doutrinas. Não o entenderam assim os promotores da reunião, que a outrance queriam a frente de partidos e organizações sindicais, pelo que os que não estavam de acordo com as “frentes únicas” de fachada, nem com compromissos partidários, ficamos a margem da organização, porém, como sempre estivemos, continuaremos na vanguarda das forças que combatem o fascismo em todas as suas manifestações e prestaremos incondicional apoio a toda obra que vise realmente, as liberdades de conquistas.

A Federação Operária de São Paulo, as organizações a ela aderentes e os libertários, prosseguirão ininterruptamente a sua obra antifascista e anti-estatal. Como até hoje, no futuro saberão cumprir com sua missão, sem necessidades de rótulos espalhafatosos nem ligações absurdas¹⁰⁶.

No dia 28 de junho de 1933, a FOSP promoveu uma reunião com as suas organizações filiadas para tratar dos motivos que levaram os seus representantes na inauguração da FUA a não adentrarem diretamente a essa organização. Após explicarem tudo o que aconteceu, em unanimidade os sindicalistas que ali se encontravam aprovaram a posição da delegação de manter a autonomia da FOSP na luta antifascista. Em seguida, passaram a discutir as formas de ação antifascista que as organizações sindicalistas revolucionárias deveriam tomar e, por fim, decidiram constituir um Comitê Antifascista da FOSP. (A *PLEBE*, 1933, p. 04)¹⁰⁷. As fontes não indicam o tempo de existência desse comitê, mas o certo é que pelo menos até o findar de 1933 ele esteve ativo, realizando algumas conferências e distribuindo manifestos aos trabalhadores.

Dessa forma, em consonância com os seus princípios autonomistas e apolíticos, a FOSP se opôs à possibilidade de adentrar qualquer organização de frente única contra o fascismo, seguindo na maioria das vezes de forma autônoma na luta antifascista, só participando de forma eventual em alguns episódios de confronto ao integralismo com outros grupos de esquerda, como na Batalha da Praça da Sé.

Para finalizar, pode-se concluir que mesmo não fazendo da luta antifascista o seu aspecto primordial nos anos 1930, a FOSP teve certa importância para que parte dos trabalhadores organizados de São Paulo se interessasse pelo antifascismo, tendo em vista que

¹⁰⁶ Prontuário N. 716, Federação Operária de São Paulo. “Contra a Horda Fascista”. DEOPS/SP. DAESP.

¹⁰⁷ A Federação Operária de S. Paulo e a luta. A Plebe. São Paulo, 01 jul. 1933, n.32, ano II.

em conjunto com os seus sindicatos participou de atos públicos contra o integralismo, promoveu uma série de atividades antifascistas e distribuiu vários manifestos alertando as ameaças que o fascismo representava para a classe trabalhadora e aos grupos de esquerda em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1930, mesmo que o antifascismo não tenha tido um aspecto tão primordial para o movimento anarquista, se comparado à luta pela manutenção do sindicalismo livre de qualquer relação com órgãos estatais, em muitos momentos os militantes libertários procuraram dar colisão à ameaça advinda da extrema direita, que em território brasileiro era representada pelo integralismo; que mesmo não tendo chegado ao poder, era o maior movimento fascista que se encontrava fora da Europa.

Em âmbito nacional, o Estado de São Paulo era o local em que o movimento anarquista ainda era bastante expressivo nos anos 1930 e, justamente por isso, foi onde o antifascismo vinculado aos libertários revigorou com mais intensidade. Dessa forma, por meio da análise dos jornais *A Plebe e A Lanterna*, buscou-se, ao longo da nossa pesquisa, compreender o antifascismo anarquista em São Paulo durante os anos de 1932 e 1935, período marcado por importantes confrontos entre os antifascistas e os integralistas e também pela internacionalização da luta antifascista, pois, com a ascensão do nazismo na Alemanha, ocorreu uma maior mobilização das esquerdas para lutar contra os fascismos em escala mundial.

Por meio do presente estudo, conseguiu-se identificar que a luta antifascista dos anarquistas e também da FOSP ocorreu diversas vezes de forma autônoma. Nos momentos de maior intensidade do antifascismo em âmbito nacional, como, por exemplo, da criação da FUA em 1933, os anarquistas procuraram criar pequenos comitês antifascistas a fim de que não precisassem se filiar a outros grupos para dar combate ao integralismo. A autonomia dos anarquistas na luta antifascista também pode ser notada em suas diversas reuniões e conferências que aconteceram em espaços libertários, as quais eram destinadas exclusivamente ao público anarquista.

Entretanto, mesmo que os anarquistas não tenham participado de forma efetiva das organizações de frente única, em dadas ocasiões a luta antifascista dos libertários também aconteceu em conjunto com outros grupos de esquerda. De forma eventual, os militantes anarquistas foram convidados por outros grupos a participarem de reuniões, comícios e atos públicos antifascistas, que contaram com elementos pertencentes às mais diversas correntes, como “trotskistas”, “stalinistas” e socialistas. Os militantes libertários, por sua vez, em algumas ocasiões também convidaram as pessoas vinculadas a outros grupos a tomarem parte em algumas de suas atividades antifascistas, para que pudessem atingir a um maior público que se interessasse pela luta contra o fascismo.

Por intermédio da averiguação crítica das fontes, identificou-se que o antifascismo dos anarquistas de São Paulo não esteve confinado á militância política e social, mas também ocorreu no plano político-ideológico, ao publicarem em seus jornais diversos textos críticos aos fascismos, buscando influenciar diretamente na formação política dos seus leitores para que tomassem um posicionamento antifascista.

Destarte, parte da nossa pesquisa também foi direcionada a compreender o ideário antifascista dos anarquistas por meio dos jornais analisados. No que tange à definição de fascismo defendida pelos anarquistas, constatou-se que em parte convergia com a de outros grupos políticos revolucionários de esquerda, que também identificavam o fascismo como uma espécie de reação autoritária da burguesia em crise, que para tentar se salvar estava lançando mão de formas capitalistas autoritárias de governo. No entanto, divergia desses grupos ao definir que somente o anarquismo era a ideologia política que deveria guiar os trabalhadores na revolução social que daria fim à reação fascista da burguesia.

Ainda no que diz respeito ao pensamento antifascista dos anarquistas, outras questões também foram levadas em consideração em nosso estudo. Em linhas gerais, vimos que os libertários estabeleceram contundentes críticas às aproximações entre os fascismos e a Igreja Católica, que, a partir da reação antiliberal e anticomunista nos anos 1930, tendeu a se aproximar dos regimes e movimentos de extrema direita. Como também demonstramos, os anarquistas identificaram uma forte ligação entre fascismo e racismo, principalmente por causa da ascensão do nazismo ao poder na Alemanha, o primeiro regime fascista com um programa político claramente racista.

Diante do exposto, é mister concluir que no início da década de 1930 os anarquistas tiveram uma importante atuação em diversas conferências, reuniões e atos públicos antifascistas, e também se valeram constantemente dos seus jornais para atacar ferrenhas críticas aos movimentos e regimes fascistas. Nesse período, ao contrário da tese da decadência do anarquismo, os militantes libertários em São Paulo ainda possuíam seus espaços politico-culturais, como o CCS; seus órgãos de imprensa, exerciam um papel predominante na FOSP, que era uma das principais organizações sindicais do Estado, e em muitos momentos procuraram participar ativamente da luta antifascista.

REFERÊNCIAS

ABAD DE SANTILLÁN, Diego. **La FORA: ideología y trayectoria**. Buenos Aires: Proyección, 1971.

ABRAMO, Fúlvio. **A revoada das galinhas verdes: uma história da luta contra o fascismo no Brasil**. São Paulo: Veneta, 2014.

ALVES, Paulo. Repressão e movimento operário na Primeira República, 1890-1923. *In: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). **Imagens Anarquistas: análises e debates***. 1.ed. Londrina: EDUEL, 2009. p. 59-84.

ANTONIOLI, Maurizio. O sindicalismo revolucionário italiano. *In: COLOMBO, Eduardo (org.). **História do Movimento Operário Revolucionário***. São Paulo: Imaginário, 2004. p. 191-204.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partidos no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. **Construindo o consentimento: Corporativismo e Trabalhadores no Brasil dos anos 30**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 1994.

_____. Estado e trabalhadores. *In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). **Do corporativismo ao neoliberalismo: Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra***. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

AZEVEDO, Raquel. **A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)**. São Paulo; Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Coleção Teses e Monografias, v. 3).

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O ano vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. *In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo do liberalismo excludente***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BELLIGNI, Silvano. Antifascismo. *In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política***. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

BENEVIDES, Bruno Corrêa de Sá. **Vozes que clamam no deserto: o antifascismo nas páginas da imprensa anarquista- *Alba Rossa, A Plebe e Spartacus* (1919-1922)**. Monografia de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2015.

BERTONHA, João Fábio. **Anarquistas italianos nas Américas: a luta contra o fascismo entre o velho e o Novo Mundo (1922-1945)**. História Social (UNICAMP), v. 22/23, p. 270-293, 2012.

_____. **Fascismo, nazismo, integralismo**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas**. Maringá: EDUEM, 2014.

_____. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____. **O integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia**. Salvador: Editora Pontocom, 2016.

_____. **Sob a sombra de Mussolini: os italianos de São Paulo e a luta contra o fascismo, 1919-1945**. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. **Sobre a direita: estudos sobre o fascismo, o nazismo e o integralismo**. Maringá: Eduem, 2008.

_____. **Trabalhadores imigrantes entre fascismo, antifascismo, nacionalismo e luta de classes**. In: CARNEIRO, Maria Luzia Tucci (org.). **História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (século XIX e XX)**. São Paulo: EDUSP, 2010.

BONOMO, Alex Buzelli. **O anarquismo em São Paulo: as razões do declínio**. Dissertação (Mestrado em História) - Pontífice Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2007.

CARONE, Edgard. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. **As esquerdas e o processo constituinte brasileiro de 1933-1934: projeto e ação política**. História Social (UNICAMP), Campinas, v. 1, n.2, p. 55-88, 1995.

_____. **A Frente Única Antifascista (1933-34)**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **A formação das tradições (1881-1945)**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 429-452.

_____. **A Frente Única Antifascista (FUA) e o antifascismo no Brasil**. Revista Topoi, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 354-388.

_____. **O Homem Livre: um jornal a serviço da liberdade**. Cad. AEL, V. 12, n. 22/23, 2005, p. 61-76.

COLOMBO, Eduardo. **A F.O.R.A.. O finalismo revolucionário**. In: COLOMBO, Eduardo (org.). **História do movimento operário revolucionário**. São Paulo: Ed. Imaginário, 2004.

CORDEIRO, Leandro Luiz. Alceu Amoroso de Lima e a intelectualidade católica frente ao Integralismo. *In*: BERTONHA, João Fábio (org.). **Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil**: integralismo, fascismos e repressão política. Maringá: EDUEM, 2013.

CORRÊA, Felipe. **Ideologia e estratégias**: anarquismo, movimentos sociais e poder popular. São Paulo: Faísca Publicações Libertárias, 2011.

CORREIA, Francisco. Mulheres libertárias: um roteiro. *In*: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986. P. 38- 63.

DASSÚ, Marta. Frente única e frente popular: O VII Congresso da Internacional Comunista. *In*: HOBSBAWM, Eric (org.). **História do Marxismo**: O marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 293-336.

DE GRAND, Alexander. **Itália Fascista e Alemanha Nazista**. São Paulo: Madras, 2005.

DE JONG, Rudolf. A AIT de Berlim: de 1922 à Revolução Espanhola. *In*: COLOMBO, Eduardo. **História do Movimento Operário Revolucionário**. São Paulo: Imaginário, 2004. p. 271-284.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil, 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1977.

FELICI, Isabelle. **A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi**. AEL: anarquismo e anarquistas, Campinas, UNICAMP, v 8-9, 1998.

FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

FOOT HARDMAN, Francisco. **Nem pátria, nem patrão!** Memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. A imagem como instrumento de luta anarquista. *In*: GAWRYSZEWSKI, Alberto (org.). **Imagens Anarquistas**: análises e debates. 1. ed. Londrina: EDUEL, 2009. p. 59-84.

GERALDO, Endrica. Práticas libertárias do Centro de Cultura Social Anarquista de São Paulo (1933-1935 e 1947-1951). **Cadernos AEL-Anarquismo e anarquistas**. Nº8/9, p. 165-192, IFCH, Campinas, 1998.

GODIO, Julio. **Historia del movimiento obrero latino-americano**: Anarquistas y socialistas (1850-1918). México: Editorial Nueva Imagem, 1980.

- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988.
- GONÇALVES, Cláudia Tolentino. **A pena e a espada: projetos de Brasil em Edgard Leuenroth**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2014.
- HÁJEK, Milos. A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha. *In*: HOBBSAWM, Eric (org.). **História do Marxismo: O marxismo na época da Terceira Internacional: da Internacional Comunista de 1919 às frentes populares**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 169-196.
- HALL, Michael M. Imigrantes na Cidade de São Paulo. *In*: PORTA, Paulo (org.). **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004 a.
- _____. O movimento operário na cidade de São Paulo *In*: PORTA, Paulo (org.). **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004 b.
- HALL, Michael M.; PINHEIRO, Paulo Sérgio. “**Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle**”. *Remate de Males*, nº5, 1985, p. 96-120.
- HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: O Breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Rebeldes Primitivos: Estudio sobre las formas arcaicas de los movimientos sociais em los siglos XIX y XX**. Barcelona: Editorial Ariel, 1983.
- KHOURY, Yara Aun. **As greves de 1917 em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1981.
- _____. Edgard Leunroth, anarquismo e as esquerdas no Brasil. *In*: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **A formação das tradições (1881-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LEITE, Miriam L. Moreira. Maria Lacerda de Moura e o anarquismo. *In*: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986. P. 82-97.
- LENHARO, Alcir. **Nazismo: O triunfo da vontade**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. **Sacralização da Política**. 2.ed. São Paulo: Papyrus, 1986.
- LEUNROTH, Edgard. **Anarquismo. Roteiro de Libertação Social**. São Paulo: Achiamé, 2007.
- LEVAL, Gaston. **Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário**. São Paulo: Ed. Imaginário, 2007.
- LIMA, Mariangela Alves de; VARGAS, Maria Thereza. Teatro operário em São Paulo. *In*: PRADO, Antonio Arnoni (org.). **Libertários no Brasil: Memória, lutas e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917.** São Paulo: Annablume, 2000.

MAFFEI, Eduardo. **A Batalha da Praça da Sé.** Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

MAGNANI, Sílvia Ingrid Lang. **O movimento anarquista em São Paulo (1906-1917).** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAIO, Marcos; CYTRYNOWISKI, Roney. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida (org.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MALATESTA, Errico. **Escritos Revolucionários.** São Paulo: Hedra, 2014.

_____. Sindicalismo: a crítica de um anarquista. In: WOODCOCK, George (org.). **Os grandes escritos anarquistas.** Porto Alegre: L&PM Pocket, 1981.

MARAM, Sheldon Leslie. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARTINS, Ana Luzia. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922).** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008.

MINTZ, Frank. **Autogestión y anarcosindicalismo: en la Españã revolucionaria.** Buenos Aires: Libros de Anarres, 2008.

MONATTE, Pierre. Em defesa do sindicalismo. In: WOODCOCK, George (org.). **Os grandes escritos anarquistas.** Porto Alegre: L&PM Pocket, 1981.

MOURA, Maria Lacerda. **Fascismo – filho dileto da Igreja e do capital.** São Paulo: Editorial Paulista, 1934.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936).** Niterói, RJ: UFF, 2009. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense.

PARRA, Lucia Silvia. **Combates pela liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945).** São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

_____. **Leituras libertárias: cultura anarquista em São Paulo dos anos 30.** Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2014.

PAXTON, Robert Owen. **A anatomia do fascismo.** São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **O proletariado industrial na Primeira República.** In: FAUSTO, Boris (org.). Rio de Janeiro: Difel, 1978.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael M. **A Classe operária no Brasil, 1889-1930, documentos.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

PIO XI. **Quadragesimo Anno.** São Paulo: Edições Paulinas, 1969.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **A formação das tradições (1881-1945).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 273-294.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** RJ: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, Edgar. **Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil.** São Paulo: Global, 1984.

_____. **Novos rumos: pesquisa social (1922-1946).** Rio de Janeiro: Edições Mundo Livre, 1978.

_____. **Socialismo e sindicalismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

_____. **Trabalho e conflito: pesquisa (1906-1937).** Rio de Janeiro: Arte Moderna, 1977.

ROMANI, Carlo. Italianos, antifascismo e perseguição política na Era Vargas. In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Erica Sarmiento da, GONÇALVES, Leandro Pereira (org.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas.** Rio de Janeiro: Maud x: Faperj, 2014. p. 89-110.

SACCOMANI, Edda. Fascismo. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

SAMIS, Alexandre Ribeiro. Anarquistas e sindicalistas revolucionários na luta antifascista (1933-1935). In: VIANNA, Marly de Almeida Gomes; SILVA, Erica Sarmiento da; GONÇALVES, Leandro Pereira (org.). **Presos políticos e perseguidos estrangeiros na Era Vargas.** Rio de Janeiro: Maud x: Faperj, 2014. p. 33-48.

_____. **Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil.** São Paulo: Ed. Imaginário, 2002.

_____. Introdução. In: LEVAL, Gaston. **Bakunin, fundador do sindicalismo revolucionário.** São Paulo: Ed. Imaginário, 2007.

_____. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo (org.). **História do movimento operário revolucionário.** São Paulo: Ed. Imaginário, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SENTINELO, Jaqueline Tondato. A nação integral: proposta autoritária de Nação para o Brasil na década de 1930. In: BERTONHA, João Fábio (org.). **Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política.** Maringá: EDUEM, 2013.

SFERRA, Giuseppina. **Anarquismo e anarcossindicalismo.** São Paulo: Ed. Ática, 1987.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Os Fascismos. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. **O Século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SILVA, Rodrigo Rosa. **Imprimindo a resistência: A imprensa anarquista e a Repressão Política em São Paulo (1930-1945).** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2005

SIMÃO, Azis. **Sindicato e Estado.** São Paulo: Dominus Editora, 1966.

SURIANO, Juan. **Anarquistas: Cultura y política libertaria em Buenos Aires (1890-1910).** Buenos Aires: Manatianal, 2008.

TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). **A formação das tradições (1881-1945),** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Anarquismo e sindicalismo revolucionário: trabalhadores e militantes em São Paulo na Primeira República.** São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

_____. **O Amigo do Povo: grupos de afinidade e a propaganda anarquista em São Paulo nos primeiros anos deste século.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

TRINDADE, Héliogio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 1930.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

TROTSKY, Leon. **Revolução e contra-revolução na Alemanha.** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

VALLADARES, Eduardo. **Anarquismo e anticlericalismo.** São Paulo: Imaginário, 2000.

VIANNA, Marly de Almeida G. O PCB, a ANL as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

WINOCK, Michel. As ideias políticas. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política.** RJ: Editora FGV, 2003.

WOODCOCK, George. **Historia das ideias e movimentos anarquistas..** 2. ed. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2008. V. 02: O Movimento.

_____. **Os grandes escritos anarquistas (org.)**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1981.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. *In: Projeto História*. São Paulo: PUC, n° 4, 1985.

FONTES JORNALÍSTICAS

A LANTERNA. São Paulo, 1933-1935. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo.

A PLEBE. São Paulo, 1932-1935. Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas.

O HOMEM LIVRE. São Paulo, 1933-1934. Centro de Documentação e Memória (CEDEM) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Paulo.

PRONTUÁRIOS DEOPS/SP

Pront. 122, Edgard Leuenroth, DEOPS/SP, AESP/SP.

Pront. 400, Rodolpho Felipe, DEOPS/SP, AESP/SP.

Pront. 716, Federação Operária de São Paulo, DEOPS/SP, AESP/SP.